

LUIZA WALDMANN BRASIL MATIAS

**ENTRE A MONTANHA E O MAR:
CONSIDERAÇÕES SOBRE O TÍTULO DE PATRIMÔNIO MUNDIAL CONCEDIDO
PELA UNESCO À PAISAGEM DO RIO DE JANEIRO**

Monografia apresentada à Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientação: Adriana Mattos de Caúla e Silva
Supervisão: Andrea da Rosa Sampaio
Banca Convidada: Aline Romeu Xavier

Fevereiro de 2022
Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar quero agradecer aos meus pais pelo amor e apoio incondicionais que tive em toda a minha caminhada. Obrigada pela criação recebida que, através do exemplo, me ensinou, entre tantos outros valores, a importância da honestidade, da generosidade e da dedicação. Obrigada por me oferecerem a melhor educação possível, seja dentro de casa, seja na vida escolar.

Ao meu irmão Edu e à minha avó Yara pelo amor e carinho infinitos.

À toda minha família, pelo acolhimento e por sempre acreditar em mim e me incentivar.

Ao meu Clã, família que escolhi para me acompanhar nesses anos de graduação. Carol, Elisa, Fefa, Julia, Pedro e Tadeu, cada um de vocês colaboraram para tornar essa jornada mais leve, divertida, interessante e proveitosa.

À Julia, pela amizade, escuta e compreensão, pelos sonhos e projetos juntas.

Ao Hugo, por todo o incentivo e amizade.

Aos demais amigos que me acompanham a anos, obrigada pelo apoio e pela troca.

Às mulheres que, nesse momento final de faculdade, tanto me inspiraram e me mostraram caminhos para o futuro. À Adriana Caúla, professora e orientadora que sempre admirei pela criatividade, dedicação e paciência, agradeço o apoio e incentivo. À professora Regina Bienenstein, obrigada pelos ensinamentos diários, pelo exemplo de determinação infundável e pelo acolhimento. À minha chefe Cláudia Ardións, pelo carinho, pela confiança e pelos ensinamentos profissionais e de vida.

Às professoras Cristina Nacif e Flávia Braga pelos valiosos comentários na pré-banca. À arquiteta Paula Merlino pela entrevista e materiais concedidos, indispensáveis à este trabalho. Aos demais colegas, professores e servidores da Escola de Arquitetura e Urbanismo que colaboraram com a minha formação. À universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada.

Muito obrigada a todos vocês.

RESUMO

Este trabalho trata das implicações e desdobramentos do reconhecimento de parte da paisagem carioca como patrimônio mundial pela Unesco em 2012 através do sítio nomeado “Rio de Janeiro: Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar” e indica algumas propostas para sua gestão. O processo para receber o título internacional foi longo, marcado pela falta de participação da população, por divergências de entendimentos entre as organizações nacionais e internacionais, e por motivações outras além das relacionadas ao patrimônio cultural. Dez anos após parte da paisagem carioca receber tal título, diversas questões referentes à gestão do sítio permanecem pendentes e incertas. Assim, o trabalho objetiva aprofundar o debate sobre a salvaguarda da paisagem do Rio de Janeiro como patrimônio mundial e investigar caminhos possíveis para a manutenção dessa paisagem a partir de revisão teórica e criação de propostas.

Palavras-chave: Patrimônio Mundial, Paisagem, Gestão Territorial.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Ville Episcopale du Bresil, 1695 - François St. Sebastien Froger

Figura 2 - Panorama da cidade do Rio de Janeiro, 1873 - Emilio Bauch

Figura 3 - A tempestade. Giorgione, 1508

Figura 4 - Gordon Cullen, Townscape, 1961

Figura 5 - Pomerode, SC - Paisagem Cultural da Imigração em Testo Alto e Rio da Luz

Figura 6 - Projeto Biodiversidade na cidade: Bérghamo e Vale do Astino. Vencedor do Prêmio Paisagem do Conselho da Europa na 7ª Sessão 2020-2021

Figura 7 - Instituto Pretos Novos, território remanescente da Pequena África, Rio de Janeiro

Figura 8 - Roda de Samba na Pedra do Sal, território remanescente da Pequena África, Rio de Janeiro

Figura 9 - Lavagem do Cais do Valongo, território remanescente da Pequena África, Rio de Janeiro

Figura 10 - População do norte do país registrada por Mário de Andrade

Figura 11 - Mineração na Serra do Curral e cidade de Belo Horizonte ao fundo

Figura 12 - Conjunto Arquitetônico, Urbanístico, Natural e Paisagístico da Serra do Monte Santo

Figura 13 - Romaria no Monte Santo

Figura 14 - Parque Nacional Uluru-Kata Tjuta, Australia. Inscrito como sítio misto na Lista do Patrimônio Mundial

Figura 15 - Sítios inscritos na Lista do Patrimônio Mundial na categoria Paisagem Cultural

Figura 16 - Estudos do Iphan sobre a paisagem cultural da construção naval e da forma de morar da Vila de Elesbão (AP) - Construção sobre palafitas

Figura 17 - Estudos do Iphan sobre a paisagem cultural da construção naval e da forma de morar da Vila de Elesbão (AP) - Rio como lugar de lazer

Figura 18 - Mapa da proposta da Paisagem Cultural carioca feito pelo Iphan

Figura 19 - Performance: Como propor um cartão postal, por Rafael Amorim, 2020.

Figura 20 - Propaganda de Plano de Saúde, 2021

Figura 23 - Mapa da zona delimitada para a candidatura de 2008-2012

Figura 21 - Mapa da zona delimitada para a candidatura de 2001-2003.

Figura 22 - Mapa da zona delimitada para a candidatura de 2004-2005.

Figura 24 - Mapeamento das recombinações entre 2009 e 2013

Figura 25 - Cartaz em protesto

Figura 26 - Mapa de Visada

Figura 27 - Análises Visuais

Figura 28 - Cristo Vermelho, 2000, Ducha - Intervenção artística efêmera que tornou o Cristo vermelho por 45 minutos

Figura 29 - Casal na praia

Figura 30 - Mureta da Urca

Figura 31 - Vista do Monumento em Memória às Vítimas do Holocausto no Morro do Pasmado.

Figura 32 - Manifestação no Morro do Pasmado contra a construção do museu

Figura 33 - Edifício do hotel Novotel, em Botafogo, afastado das divisas, diferenciando-se dos demais edifícios sem afastamento.

Figura 34 - Intervenções na paisagem da orla de Copacabana identificadas pelo ETPC/IRPH

Figura 35 - Fichas de interferências na paisagem

Figura 36 - Faixa Limítrofe estabelecida pela Resolução SMU 12/2018

Figura 37 - Visadas do Sítio. Aplicação Patrimônio Cultural Carioca

Figura 38 - Foto de uma visada. Aplicação Patrimônio Cultural Carioca

Figura 39 - Algumas das imagens georreferenciadas das visadas apontadas pelo dossiê baixadas da aplicação Patrimônio Cultural Carioca

Figura 40 - Estudo de Setorização da Zona de Amortecimento feito pelo ETPC.

Figura 41 - Linha do tempo da patrimonialização

Figura 42 - Catálogos de Paisagem

Figura 43 - Mapas das Solicitações de intervenção analisadas pelo IRPH

Figura 44 - Botafogo - Subsetorização da “Zona de Amortecimento” ou Área de Especial Interesse Sociocultural

Figura 45 - Mapa Apac Botafogo

Figura 46 - Faixa Limítrofe estabelecida pela Resolução SMU 12/2018

Figura 48 - Escala Macro: Sítio Principal e “Zona de Amortecimento”

Figura 49 - Escala Media-Macro

Figura 50 - Media-micro

Figura 51 - Escala Micro

Figura 52 - Unidades de Paisagem - parte 1

Figura 53 - Unidades de Paisagem - parte 2

Figura 54 - Unidades de Paisagem - parte 3

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1.1 PROBLEMAS.....	7
1.2 JUSTIFICATIVA.....	8
1.3 OBJETIVOS.....	8
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	9
2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE PAISAGEM.....	10
2.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE TERRITÓRIO.....	19
3. A QUESTÃO PATRIMONIAL DA PAISAGEM.....	22
4. ESTADO DA QUESTÃO.....	35
4.1 A LÓGICA	
GLOBAL.....	35
4.2 A CANDIDATURA DA PAISAGEM CARIOCA NA LISTA DO PATRIMÔNIO	
MUNDIAL.....	38
4.3 A GESTÃO DA PAISAGEM.....	49
4.4 ENTREVISTA - A GESTÃO DA PAISAGEM CARIOCA HOJE.....	57
4.5 LINHA DO TEMPO DA PATRIMONIALIZAÇÃO.....	67
5. PROPOSTAS PARA A GESTÃO DO SÍTIO.....	68
5.1 DIRECIONAMENTOS.....	68
5.2 LEGISLAÇÕES DENTRO DE BOTAFOGO.....	71
5.2.1 APAC BOTAFOGO.....	71
5.2.2 FAIXA LIMÍTROFE.....	73
5.2.3 PLANO DE MANEJO PARQUE MUNICIPAL DA CATACUMBA.....	74
5.2.4 PLANO DIRETOR 2011.....	75
5.2.5 PLANO DIRETOR 2022.....	76

5.2.6 LEI DA COTA 100	76
5.3 PROPOSTAS.....	76
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	87
8. ANEXO I – ENTREVISTA.....	91

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho trata das implicações e desdobramentos do reconhecimento de parte da paisagem carioca como patrimônio mundial pela Unesco em 2012 através do sítio nomeado “Rio de Janeiro: Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar” e indica algumas propostas para sua gestão. O processo para receber o título internacional foi longo, marcado pela falta de participação da população, por divergências de entendimentos entre as organizações nacionais e internacionais, e por motivações outras além das relacionadas ao patrimônio cultural. Dez anos após parte da paisagem carioca receber tal título, diversas questões referentes à gestão do sítio permanecem pendentes e incertas. Assim, o trabalho objetiva aprofundar o debate sobre a salvaguarda da paisagem do Rio de Janeiro como patrimônio mundial e investigar caminhos possíveis para a manutenção dessa paisagem. Assim, esse trabalho é dividido em quatro capítulos. O Capítulo 1 traz algumas considerações sobre as palavras paisagem e território, de forma a guiar a abordagem dada ao tema. O Capítulo 2 apresenta algumas das propostas existentes para o tratamento da paisagem como patrimônio cultural, no âmbito nacional e internacional, a fim de problematizar como esse objeto tem sido apreendido pelas políticas públicas e suas possíveis implicações. O Capítulo 3 contextualiza a candidatura internacional apresentando a lógica global na qual ela se insere e as incoerências que envolveram sua elaboração. Além disso, apresenta uma investigação sobre como o sítio vem sendo gerido nos últimos anos através de uma entrevista com uma arquiteta diretamente envolvida na gestão. Por fim, o último capítulo trata de algumas reflexões e propostas para o futuro do tratamento da paisagem carioca inserida no sítio “Rio de Janeiro: Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar”.

Este trabalho de conclusão de curso é fruto de inquietações pessoais frente ao tema do reconhecimento internacional da paisagem da cidade do Rio de Janeiro no âmbito das instituições de patrimônio brasileiras. As propostas aqui apresentadas não se tratam de caminhos definitivos, mas sim de primeiros passos rumo a um tratamento mais complexo, justo e adequado da paisagem carioca.

1.1 PROBLEMA

Apesar da reconhecida necessidade de salvaguarda da paisagem, dada a sua importância cultural e identitária e as crescentes ameaças de degradação que esses bens sofrem (pressões do sistema capitalista, impactos ambientais, etc), é importante observar

como esta proteção tem sido feita.

A proteção do patrimônio cultural é capturada, diversas vezes, por estratégias de city-marketing de forma competitiva e homogeneizante. A patrimonialização, dentro de uma lógica de consumo, torna-se uma estratégia de renovação urbana que nem sempre se reflete em melhorias para a qualidade de vida da população em geral (MALTA, 2017). No caso da patrimonialização da paisagem, percebe-se que esse processo colabora intensivamente para a espetacularização, mercantilização da paisagem e apagamento dos conflitos (JACQUES, 2005; MALTA, 2017; MENESES, 2002; ZAMANT, 2015).

Além disso, o processo de patrimonialização é, por vezes, feito sem a devida participação das populações envolvidas (RIBEIRO, 2019) e reflete uma leitura imposta por órgãos internacionais (SMITH, 2021). Tal leitura privilegia os entendimentos e os valores profissionais ou especializados referentes ao patrimônio e exclui formas de entendimento de patrimônio que se encontram fora desse discurso ou são opostos a ele (SMITH, 2021).

Por fim, a forma que a paisagem vem sendo tratada como patrimônio por vezes é reduzida a visualidade. Entendendo que a paisagem é uma construção coletiva imbricada de significados, herdada e dinâmica (AB’SABER, 1977, BERQUE, 1994, CORTINA, 2011), compreende-se que essa gestão deveria ser feita de forma mais complexa.

1.2 JUSTIFICATIVA

A partir do estágio no IPHAN, aproximei-me da questão patrimonial e, em especial, da chancela da paisagem através do Sítio Patrimônio Mundial UNESCO, nomeado “Rio de Janeiro: Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar”. Sendo o IPHAN a instituição nacional que vem trabalhando pelo reconhecimento e preservação da Paisagem Cultural Brasileira, parte do meu trabalho como estagiária envolveu observar a consonância dos processos nos quais estava envolvida com a preservação da paisagem cultural carioca. Essa experiência, provocou-me diversas inquietações sobre o tema do patrimônio e da paisagem.

Para que haja um debate mais aprofundado e amplo sobre o tema, acredito que a salvaguarda do patrimônio cultural - nesse caso na categoria paisagem - deve ser abordada de forma complexa e reflexiva, considerando as contradições que permeiam tal processo. A partir dessas ponderações, a forma como a paisagem é gerida deve ser investigada e repensada.

1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os principais objetivos deste trabalho são:

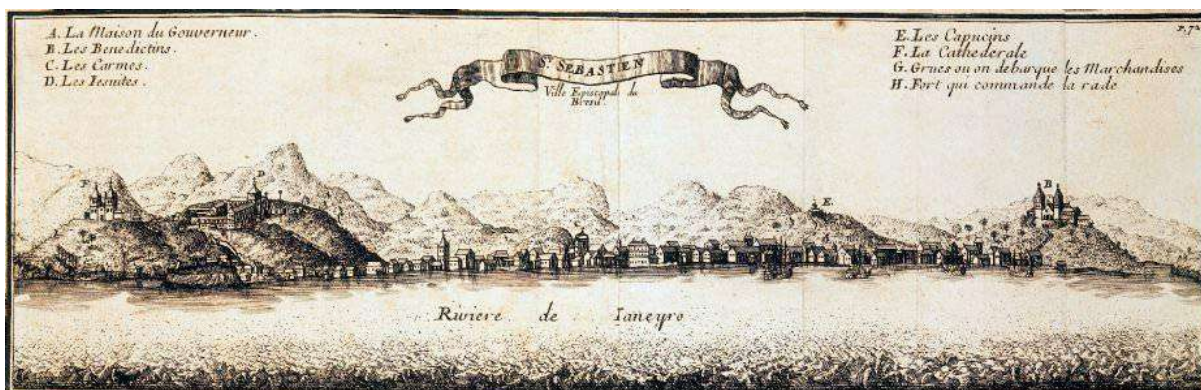
- Estudar as distintas abordagens de compreensão da paisagem e suas implicações.
- Entender o processo de patrimonialização em contexto ampliado.
- Analisar de forma crítica os processos que envolvem o reconhecimento da paisagem do Rio de Janeiro como patrimônio mundial.
- Apontar possíveis desdobramentos causados pela patrimonialização e pela gestão da paisagem carioca.
- Elaborar propostas relativas à preservação da paisagem cultural do Rio de Janeiro, patrimônio mundial.

2. CONCEITUAÇÕES INICIAIS

2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE PAISAGEM

Tratar o tema da paisagem pode ser uma tarefa complexa. Por ser um conceito capturado por diferentes disciplinas, cada uma com sua abordagem específica, e amplamente utilizado pelo senso comum, o emprego da palavra paisagem pode trazer leituras diversas. Vulgarmente entendida como percepção visual à distância, panorama, na pintura apreendida como representação de uma natureza habitada e ordenada pelo homem (POMMIER, 2013) e no campo da geografia como fruto da relação complexa entre sujeito e objeto, marcado pela subjetividade do observador (BERQUE, 1995), a polissemia do termo paisagem causa diferentes implicações no contexto do patrimônio e das políticas públicas. Assim, faz-se necessário uma breve discussão sobre sua origem e distintas interpretações, esclarecendo que a intenção não é esgotar o tema, mas elucidar algumas das diferentes leituras existentes que colaboram para melhor entendimento e desenvolvimento deste trabalho.

Figura 1 - Ville Episcopale du Bresil, 1695 - François St. Sebastien Froger



Fonte: Brasiliana Fotográfica

Figura 2 - Panorama da cidade do Rio de Janeiro, 1873 - Emilio Bauch



Fonte: Brasiliana Fotográfica

Euler Sandeville Júnior (2005) aponta que a palavra paisagem chegou à língua portuguesa através do francês *paysage*, derivando de *pays*, que é referente à país, região, território, pátria. Por sua vez, *país* tem origem no latim *pagus*: marco ou baliza metida na terra, território rural delimitado por marcos, distrito, aldeia, povoação. Segundo o autor, o mesmo se dá para a palavra inglesa *landscape*, que vem do holandês *landschap*, que seria região ou parte de terra. No alemão, a palavra *landschaft* originalmente possuía um significado de constituição espacial ou ordenamento de uma região. Dessa forma, a origem de tais termos desvincula o entendimento da paisagem apenas como forma ou visualidade e “remete claramente à territorialidade e à dimensão cultural e sensível implicada” (SANDEVILLE JR, 2005). Porém, como veremos a seguir, a noção de paisagem adquiriu um sentido artístico de representação pictórica profundamente ligado à natureza.

Há um vasto debate sobre quando teria surgido a noção de paisagem. Apesar das divergências, muitos autores concordam que no ocidente a paisagem seria uma ideia socialmente construída difundida no renascimento a partir da pintura.

Para o geógrafo Augustin Berque (1995, apud RIBEIRO, 2020), não foram todas as sociedades que possuíam o sentido de paisagem em sua cultura. O autor afirma que somente a China, a partir do século IV, e o Ocidente, a partir da Renascença, apresentaram uma ‘sensibilidade paisagista’. Para identificar se uma civilização é ou não paisagística, o autor aponta quatro critérios: o uso de uma ou mais palavras para dizer “paisagem”; uma literatura (oral ou escrita) descrevendo paisagens ou cantando sua beleza; representações pictóricas de paisagens e jardins para se deleitar (BERQUE, 1994, p. 16, apud SILVA, 2014).

Por outro lado, Alain Roger indica o surgimento na Europa renascentista de um pensamento paisagista através da obra de arte (ROGER, 1997, apud RIBEIRO, 2020). O autor chama esse processo de artialização da paisagem, que seria o surgimento da paisagem como um objeto no ocidente a partir da associação à arte, imbricada pelas noções de estética e de belo. Assim, a paisagem passa a ser entendida como uma pintura, um recorte do mundo aos olhos do pintor.

Ainda sobre a origem da noção de paisagem, Cauquelin aponta que a técnica de projeção em perspectiva linear foi a grande responsável pelo processo de transformação da paisagem em natureza. A perspectiva, ao aproximar a representação do espaço à realidade, faz com que esta deixe de ser um elemento decorativo, como o era na Grécia e Roma antiga, e torne-se o tema principal da obra. Essa perspectiva simulava uma imagem que confundia o real e o imagético, o que levou a paisagem a adquirir “a consistência de uma realidade para além do quadro, de uma realidade completamente autônoma, ao passo que, de início, era apenas uma parte, um ornamento da pintura” (CAUQUELIN, 2007, p.37, apud SEBASTIÃO, 2021). Dessa forma, esse recorte do mundo feito pelo autor da obra, entendido como paisagem, passa a estar profundamente associado a elementos naturais.

Figura 3 - A tempestade. Giorgione, 1508



Fonte: Site Histórias da Arte

Apesar de alguns autores considerarem que a origem da noção de paisagem se deu no renascimento (ROGER, 1997), Serge Briffaud questiona o nascimento tão bem definido dessa ideia (BRIFFAUD, 1998, apud RIBEIRO, 2020). O autor mostra que, na idade média, o gozo visual do mundo já estava presente no texto de monges e clérigos, que o consideravam condenável. Ele aponta que os outros autores desconsideram esse período por associarem o pensamento paisagista apenas à representação pictural. Ademais, apesar do autor ponderar que a Renascença cria novas condições de uma universalização da relação paisagista, para ele, foi apenas no final do século XVIII, com o desenvolvimento da ideia do pitoresco, que a revelação da paisagem pela obra de arte aconteceu.

De fato, o Romantismo do século XIX, associado à ideia do pitoresco nascida no século anterior, transforma a natureza em monumento, em espaço de contemplação a ser preservado (RIBEIRO, 2020). Nesse momento surgem diversos parques e mirantes que ao simularem essa natureza idealizada, buscam trazê-la para a vida cotidiana. Portanto, a busca pela natureza fez a paisagem deixar de ser apenas representação para passar a ser objeto real a ser apreciado, pitoresco, belo e sublime.

A primeira vez que o termo paisagem passou de um termo apenas relacionado à pintura para um conceito científico foi através de Alexander von Humboldt (1769-1859), que entende a paisagem como a imagem da natureza (RIBEIRO, 2020). Sua grande contribuição foi no campo da filosofia da natureza, ou Naturphilosophie: para o autor a paisagem é estética, ligada a observação e o olhar, mas também é realista, pois é um dado do mundo a ser reconhecido. Nesse sentido, a pintura da paisagem é uma forma de registro tanto das leis da natureza e do rigor científico, como das emoções provenientes da relação com a natureza. Ainda que a separação entre arte e ciência não esteja bem definida, o autor dá o primeiro passo rumo à organização desse conhecimento nos moldes da ciência moderna.

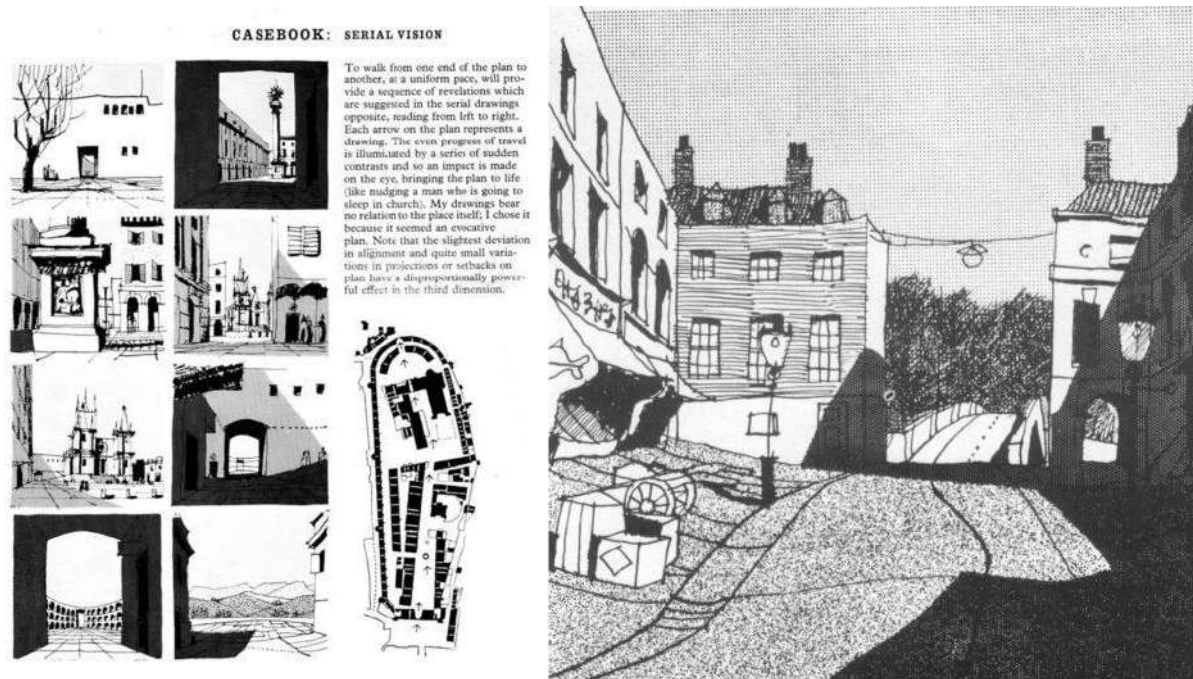
Mais tarde, com a geografia já institucionalizada como disciplina acadêmica, múltiplos autores propõem uma abordagem para o conceito de paisagem, cito aqui alguns dos mais relevantes. Na Alemanha do início do século XX, Siegfried Passarge e Otto Schlüter trabalham com os conceitos de *naturlandschaft*, a paisagem natural, sem a ação do homem, e *kulturlandschaft*, a paisagem cultural, transformada pelo trabalho humano. Ambos investigaram como os elementos que compõem a paisagem se agrupam e os mecanismos de transformação da paisagem natural em paisagem cultural (CORREA, 1995, apud RIBEIRO, 2020). Na França, Paul Vidal de la Blanche propõe a observação da paisagem, ressaltando a importância do caráter visual, seguida de uma análise, identificação dos elementos que a compõem, e uma síntese, interpretação diferenciando regiões. O autor propõe ainda o conceito de *gênero de vida*, a forma de ser e viver de cada grupo que é profundamente relacionada às condições que cada meio impõe através de uma ideia de necessidade e possibilidade (GOMES, 1996, apud RIBEIRO, 2020). Dessa forma, o gênero de vida estaria impresso na paisagem e seria seu resultado e seu modelador. Ribeiro (2020) esclarece que apesar da ideia de gênero de vida ter sido abandonada pela geografia a partir dos anos 50, exerceu uma grande influência em políticas de patrimônio associada à paisagem, como a da Unesco por exemplo. Na bibliografia de língua inglesa, Carl Ortwin Sauer (1889-1975) recupera a ideia de paisagem cultural e paisagem natural dos autores alemães e se opõe a essa divisão, afirmando que estas não se tratam de objetos separados, mas de um único, a paisagem. O autor forma o que ficou conhecido como Escola de Berkeley de Geografia Cultural. Sauer foca em como a cultura transforma a paisagem e as etapas dessa transformação. A frase “a cultura é o agente, a área natural o meio e a paisagem cultural é o resultado” (SAUER, 1996, apud RIBEIRO, 2020) explica o entendimento do autor. O conceito de cultura utilizado por Sauer foi mais tarde severamente criticado, assim como o fato do mesmo se ater apenas aos

aspectos visíveis, excluindo os fatos não-materiais da atividade humana, toda a sua subjetividade. Nota-se que a noção de paisagem entre tais autores que marcaram o pensamento da paisagem até meados do século XX estava intimamente ligada à questão visual, provavelmente devida à origem do termo no ocidente ter acontecido através da pintura.

A partir dos anos 50, surgem entre os acadêmicos diversas críticas sobre o tema e um certo afastamento dos estudos da paisagem, que só seriam retomados décadas depois. Como aponta Ribeiro (2020), foi nos anos 80 que correntes diversas, retomando o estudo do tema, apesar das divergências compartilhavam o reconhecimento da importância da subjetividade e o entendimento da paisagem como uma ideia socialmente construída, uma forma de representação do mundo. Entre estes autores podemos destacar Denis Cosgrove, do grupo chamado “nova geografia cultural”. O autor defende que a paisagem é uma forma de apreender o mundo que tem sua própria história. Assim, “a ideia de paisagem representa um modo de ver – um modo no qual alguns europeus têm representado a eles mesmos e a outros o mundo e suas relações e através da qual eles têm comentado sobre relações sociais” (COSGROVE, 1984, p. 1, apud RIBEIRO, 2007).

No campo da arquitetura, Gordon Cullen (1914-1994) escreve o primeiro texto dedicado à paisagem urbana. *Townscape* (1961) faz uma análise visual e subjetiva da forma urbana pelos sentidos, entendendo que o meio ambiente nos suscita reações emocionais. Para o autor, o conceito de paisagem urbana exprime a arte de tornar coerente e organizado visualmente o emaranhado de edifícios, ruas e espaços que constituem o ambiente urbano (CULLEN, 2008). Apesar de claramente orientado pela apreensão visual da paisagem, o autor traz uma interessante aproximação da cidade, capturando a paisagem através da imersão sensorial e não da observação distanciada.

Figura 4 - Gordon Cullen, *Townscape*, 1961



Fonte: Paisagem Urbana

Portanto, observa-se que a palavra paisagem, inicialmente referente à pintura e à uma questão estética, evolui para um conceito científico tratado por diversos autores. Apesar disso, a conotação de paisagem como uma vista admirável, um panorama, um cenário a ser visto, observado, pintado e fotografado existe até hoje, sendo muito presente no senso comum. Superando esse sentido restrito, a paisagem carioca a ser tratada no presente trabalho é sentida e vivenciada diariamente e modificada continuamente. Assim, a noção de paisagem aqui proposta não se prenderá à tradição artística e visual nem ao entendimento de que a paisagem é apenas um produto da relação sociedade e natureza.

Da mesma forma, Augustin Berque se opõe ao estudo da paisagem como estudos morfológico ou psicológico pois entende que “a paisagem não reside somente no objeto nem somente no sujeito, mas na interação complexa destes dois termos” (BERQUE, 1994 apud SILVA, 2014). A paisagem é estabelecida pela subjetividade do observador, subjetividade essa que vai além de um ponto de vista ótico, mas sempre se refere aos objetos concretos que existem à nossa volta (BERQUE, 1994 apud RIBEIRO, 2007). A paisagem, mediadora entre o homem e o meio, é dialética, relativa e dinâmica (BERQUE, 1994 apud SILVA, 2014). Por fim, nos esclarece que a importância do estudo da paisagem está no fato de que ela nos permite perceber o sentido do mundo no qual estamos inseridos (BERQUE, 1984, apud RIBEIRO, 2020).

Anne Cauquelin, assim como Berque, compreende a dimensão intangível da paisagem e afirma que a paisagem está sujeita à subjetividade humana, mas diferente do geógrafo, a filósofa não se atém à dimensão material. A paisagem para autora seria uma trama, fina rede cultural que enlaça olhar e mundo, fruto de uma estrutura cultural herdada pelo indivíduo (CAUQUELIN, 2007 apud SEBASTIÃO, 2021). Utilizando o conceito elaborado por Ernst Cassirer (1874-1945) de *forma simbólica*¹, Cauquelin aponta que a “a natureza não é a paisagem, mas passou a ser vista como paisagem, consolidando-se como forma simbólica do contato entre sujeito e natureza” através de séculos de preparação (SEBASTIÃO, 2021). Portanto, a percepção do mundo depende da rede simbólica individual, visto que o observado objetivamente adquire um significado pois é lido através da subjetividade humana.

Entretanto, um parêntese deve ser feito para Cauquelin em relação à importância da vista em seu entendimento da paisagem. Para a autora, a técnica de projeção em perspectiva linear afetaria a percepção visual do espaço até os dias atuais (SEBASTIÃO, 2021). Assim, o enquadre através da perspectiva seria a predisposição para a existência da paisagem. Dado que este trabalho propõe expandir o entendimento da paisagem para além da questão visual, devemos somar a importância visual atribuída à paisagem na obra de Cauquelin a outras considerações.

Ulpiano Meneses (2010), seguindo a afirmação de Berque de que a paisagem não é uma noção universal, se questiona o que a distinguiria das inúmeras formas que a assumem a superfície do planeta. O autor defende que a questão estética, não se referindo à beleza mas sim ao universo complexo da percepção, seria definitiva para designar uma paisagem. Indica, fazendo referência a Cosgrove (1998), que não há paisagem sem um observador, pois a paisagem é uma forma de ver o mundo. A paisagem é portanto uma estrutura de interação entre sua natureza material e um dado alterado pela percepção humana, que não é apenas um processo fisiológico dos sentidos mas também envolve seus valores, aspirações, interesses, etc. Assim, é preciso superar a fisiologia da percepção e conhecer as determinações culturais, sociais, e históricas da percepção, ou seja, o que constrói a subjetividade humana (BERQUE, 1995, apud MENESES, 2010).

Meneses (2010) considera, ainda, que a paisagem é fonte de conhecimento histórico. Afirma que esta deixa pistas materiais de seu caráter histórico visto que é expressão da configuração geomorfológica, social, econômica e cultural de uma conjuntura histórica e das

¹ Para Cassirer, forma simbólica seria o caminho pelo qual a subjetividade se dirige à objetividade através da capacidade exclusivamente humana de perceber o mundo físico a partir de sua constituição cognitiva que cria uma rede simbólica sempre em modificação (SEBASTIÃO, 2021).

suas fisionomias anteriores. Nesse sentido, afirma que a historicidade da paisagem diz respeito tanto aos usos que as sociedades fizeram dela como às estruturas perceptivas, sendo o olhar um dos fatores de construção da paisagem.

Afastado da discussão da questão visual e a partir de uma vertente ambientalista, o geógrafo brasileiro Aziz Ab'saber também trata da dimensão histórica da paisagem. Aponta que a paisagem é resultado dos processos passados, responsáveis pela compartimentação regional da superfície, e dos processos atuais, a dinâmica atual das paisagens (VITTE, 2008). A combinação entre a herança histórica e cultural agindo sobre os diferentes ambientes, resulta na diversificada paisagem brasileira. Assim o autor elucida que:

“A paisagem é sempre uma herança. Na verdade, ela é uma herança em todo o sentido da palavra: herança de processos fisiográficos e biológicos, e patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram como território de atuação de suas comunidades.” (AB'SABER, 1977, apud SANDEVILLE JR., 2005)

Figura 5 - Pomerode, SC - Paisagem Cultural da Imigração em Testo Alto e Rio da Luz



Fonte: Slide Curso CPC-SP, 2021

Outro autor que trata a paisagem por um viés não visual é o sociólogo Michel Conan (CONAN, 1994 apud SILVA, 2014), que discorre sobre as relações de propriedade que os

grupos mantêm com o território. Segundo o autor, cada grupo social possui sentimentos, símbolos e ideais comuns produzidos através de ritos e podem dispor de um objeto simbólico, um emblema que representa a ideia do grupo. Assim, podem a transformar em seu próprio emblema o território sobre o qual exerce uma relação de propriedade. Conforme a relação de propriedade contribua para uma ou outra utilidade - social, econômica, científica, política, de lazer - o valor emblemático do território será diferente. Este valor se refletirá na materialidade da paisagem ao mesmo tempo que esta paisagem será uma representação do “modo psicológico” do grupo (ibidem).

A paisagem é um símbolo do grupo que se torna coeso ao apropriar-se, mediante formas de experiência ritualizadas, de um lugar que lhe assinala uma identidade esquemática, e o valor que lhe é atribuído é um símbolo dos ideais coletivos do grupo. Por sua materialidade, pelo valor de representação e pelo sentido que lhe é adicionado, ele constitui um emblema do grupo. (CONAN, 1994, p. 37-38, apud SILVA, 2014)

Conan acrescenta ainda que, a paisagem como emblema orienta as práticas dos membros do grupo, sinalizando o pertencimento ou não de um indivíduo. Visto que essas práticas são refletidas na materialidade da paisagem, esta última denuncia os conflitos ou a harmonia entre os diversos grupos que coexistem no mesmo território. O autor argumenta que cabe, então, aos paisagistas a negociação justa, eficaz, realizável e durável entre as partes envolvidas para que não se torne aliado de um ator particular.

A Convenção Europeia da Paisagem, ocorrida em Florença no ano 2000, trouxe uma outra leitura do que poderia significar o termo paisagem. Segundo a Convenção “‘Paisagem’ designa uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da ação e da interação de fatores naturais e/ou humanos” (Convenção Europeia da Paisagem, 2000). Portanto, nota-se o protagonismo dos que vivenciam a paisagem na sua designação como tal. Ademais, observa-se que foi recuperada nesta definição a noção de território, que ressalta a intervenção das populações sobre a paisagem. Esta definição do termo paisagem será a utilizada no âmbito deste trabalho.

Sem a pretensão de esgotar o tema aqui trabalhado, percebe-se que a paisagem é um conceito capturado por diferentes disciplinas que trabalham o conceito das formas mais variadas. Frente a isso, faz-se necessário refletir como essa multiplicidade de leituras implicará no tratamento da paisagem. Euler Sandeville Júnior afirma que:

“O problema maior ocorrerá quando se pretender entender e lidar com a paisagem a partir de sua estereotipação como uma figura (bidimensionalidade, rapidamente, referida a uma forma, como contrapartida de sua desmaterialização), desvinculado-a de sua natureza processual complexa, a qual ocorre e se explica a partir de processos sociais e naturais” (SANDEVILLE JR., 2005)

Portanto, deve-se reconhecer a complexidade da paisagem construída a fim de agir de forma a respeitar esses processos e não impactar negativamente as diversas formas de vida que ali coexistem. Assim, mais à frente abordaremos o tratamento da paisagem pela perspectiva do patrimônio e das políticas públicas.

Figura 6 - Projeto Biodiversidade na cidade: Bérghamo e Vale do Astino. Vencedor do Prêmio Paisagem do Conselho da Europa na 7ª Sessão 2020-2021



Fonte: Conselho da Europa

2.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE TERRITÓRIO

Ao trabalhar com o conceito de paisagem, principalmente através do entendimento proposto pela Convenção Europeia da Paisagem, deparamo-nos também com o conceito de território. Assim sendo, faz-se necessário algumas breves considerações sobre o assunto.

Assim como *paisagem*, *território* é um termo polissêmico e em constante evolução. As diferentes abordagens existentes podem dar “ênfase a alguns aspectos dentro do território, seja o aspecto econômico, político e cultural ou o entrelaçamento destes fatores, para explicar o conceito e a dinâmica de um espaço que está sempre em construção” (BORDO *et al*, 2013). Dada a temática patrimonial tratada neste trabalho, entendemos que as aproximações

conceituais sensíveis à cultura são as mais apropriadas a serem utilizadas aqui.

Algumas considerações sobre *território* feita por Bonnemaïson (1981, apud HOLZER, 1997) podem ser úteis a este trabalho:

“Ele não é forçosamente fechado, ele não é sempre um tecido espacial unido, ele não induz somente a um comportamento necessariamente estável” (BONNEMAISON, 1981, 253 apud HOLZER, 1997).

“um território, antes de ser uma fronteira, é um conjunto de lugares hierárquicos, conectados por uma rede de itinerários... No interior deste espaço-território os grupos e as etnias vivem uma certa ligação entre o enraizamento e as viagens. (BONNEMAISON, 1981, 253-254 apud HOLZER, 1997).

“uma coleção de lugares denominados e apropriados geograficamente, dispersos e assentados em espaços de contorno indistintos”. (BONNEMAISON, 1981, 254 apud HOLZER, 1997).

Compreende-se que o território está intimamente conectado aos grupos e etnias que possuem uma certa ligação com aquele espaço. O território, portanto, não possui necessariamente um contorno delimitado nem é obrigatoriamente formado por uma só unidade, podendo inclusive ter a conformação de um arquipélago.

É possível, ainda, recuperar o que Machado (1997, apud ROCHA et ALMEIDA, 2008) aponta sobre o termo aqui em pauta. Segundo o autor, território não abrange apenas as questões físicas ou materiais, mas também tudo o que uma sociedade “pode comportar como ideal, como representações, sentimentos de vinculação, de comportamentos individuais ou de instituições que participam de uma organização espacial” (MACHADO, op. 1997 apud ROCHA et ALMEIDA, 2008). Ou seja, o território compreende também aspectos simbólicos e um é produto da história da sociedade, por isso, está sempre em processo de mudança (ROCHA et ALMEIDA, 2008).

Figura 7 - Instituto Pretos Novos, território remanescente da Pequena África, Rio de Janeiro



Fonte: Instituto Pretos Novos

Figura 8 - Roda de Samba na Pedra do Sal, território remanescente da Pequena África, Rio de Janeiro



Fonte: Free Walker Tours

Figura 9 - Lavagem do Cais do Valongo, território remanescente da Pequena África, Rio de Janeiro



Fonte: Porto Maravilha

3. A QUESTÃO PATRIMONIAL DA PAISAGEM

Mitchell (1994 apud MENESES, 2010) aponta que a paisagem é um processo pelo qual se formam as identidades sociais e subjetivas. Dada a esse carácter identitário, ela se torna objeto de preservação incluída entre os componentes do patrimônio cultural. Portanto, este capítulo propõe o estudo de algumas das propostas existentes para o tratamento da paisagem como patrimônio cultural, no âmbito nacional e internacional, a fim de problematizar como esse objeto tem sido apreendido pelas políticas públicas e suas possíveis implicações.

Márcia Chuva (2012) afirma que a noção de patrimônio cultural é historicamente constituída e se transforma no tempo. A partir disso, compreende-se que as políticas públicas de preservação e seu arcabouço teórico estão em constante modificação. Nesse sentido, as experiências de preservação dos bens naturais, no final do século XIX, na França e nos Estados Unidos podem ser apontadas como hegemônicas e grandes influenciadores das políticas de patrimônio brasileiras, principalmente em relação à natureza e à paisagem (CURSO CPC, 2021). Na França, podem ser ressaltados a proteção das Cachoeiras de Gimel em Corrèze, em 1889, e a criação da Lei de 2 de maio de 1930, que estabelece a proteção de

sítios e monumentos naturais, e uma zona de proteção de 500 metros ao redor dos mesmos (CURSO CPC, 2021). Nos Estados Unidos, há, no mesmo período, a criação de parques naturais, como Yellowstone, que propunha uma musealização da natureza intocada pela influência humana (CURSO CPC). É possível, ainda, ressaltar a elaboração da Carta de Atenas, do início do século XX, que apontava uma preocupação com aspectos da visibilidade dos monumentos e de sua vizinhança (RIBEIRO, 2007).

No âmbito nacional, o primeiro estudo para a institucionalização da proteção ao patrimônio cultural foi o anteprojeto de lei elaborado por Mário de Andrade em 1936, que criaria o Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPAN). No entendimento do autor, o patrimônio estava relacionado à ideia de arte como fruto do engenho humano, portanto, não incluía as paisagens naturais como bens de valor patrimonial (RIBEIRO, 2007). Tal fato não significa que as paisagens não foram contempladas neste projeto de lei. Mário de Andrade ressaltou o valor das paisagens em algumas das oito categorias patrimoniais que propõe². Assim, dentro de arte arqueológica e arte ameríndia, destaca:

Paisagens: determinados lugares da natureza, cuja expansão florística, hidrográfica ou qualquer outra, foi determinada definitivamente pela indústria humana dos Brasis, como cidades lacustres, canais, aldeamentos, caminhos, grutas trabalhadas etc. (ANDRADE, 1980, p. 92 apud RIBEIRO, 2007, p. 70).

Em arte popular também estariam inseridas:

Paisagens: determinados lugares agenciados de forma definitiva pela indústria popular, como vilarejos [sic] lacustres vivos da Amazônia, tal morro do Rio de Janeiro, tal grupamento de mocambos do Recife etc. (ANDRADE, 1980, p. 92 apud RIBEIRO, 2007, p. 71).

O autor incorporou nessa proposta de lei o valor da arte e das manifestações populares. Logo, a paisagem, fruto de trabalho coletivo, poderia também ser entendida como bem de valor patrimonial a ser preservada. Nesse sentido, a paisagem era reconhecida a partir de uma concepção ampla, como um constructo da arte popular.

Figura 10 - População do norte do país registrada por Mário de Andrade

² As categorias eram: arte arqueológica, arte ameríndia, arte popular, arte histórica, arte erudita nacional, arte erudita estrangeira, artes aplicadas nacionais, artes aplicadas estrangeiras.



Fonte: G1

A legislação nacional de patrimônio de fato implementada foi o Decreto-lei nº 25, de 1937, que apesar de inspirado no anteprojeto de Mário de Andrade, possui algumas modificações. Esta tratava de proteger o chamado patrimônio histórico e artístico, inaugurando a legislação protetora do patrimônio e organizando o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN. O decreto agregou uma noção que apreende a paisagem como patrimônio ora pelo valor notável dado pela natureza ora pelo valor da transformação humana, porém, dispensou o valor da arte popular, ressaltada no anteprojeto:

§2º - Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana (DECRETO-LEI Nº 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937)

Ribeiro (2020) aponta que o fato de a maioria dos envolvidos no trabalho de identificação e proteção do patrimônio no Brasil nos primeiros anos serem arquitetos oriundos das Escolas de Belas Artes justifica a predominância da concepção de paisagem como vista e seu caráter de apreciação estética. Assim, o que se observou nos anos iniciais do SPHAN foi a apreensão da paisagem por um viés artístico e visual, “sobretudo a partir de tradições oriundas do paisagismo e com uma concepção de paisagem como panorama ou como ambiência de bens arquitetônicos de interesse patrimonial” (RIBEIRO, 2020). Assim, a utilização da categoria de paisagem nos tombamentos esteve fortemente associada a espaços com elementos da natureza ou, ainda, a áreas construídas maiores, onde estava presente aspectos

cênicos, estéticos e visuais. Ribeiro (2020) acrescenta ainda, que a ideia de entorno³ se utilizou, por vezes, da ideia de paisagem, principalmente quando denota o caráter visual.

Alguns tombamentos exemplificam como a categoria de paisagem foi tratada nos primeiros anos do SPHAN. Um exemplo relevante é o do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, segundo bem inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, em 30 de maio de 1938, e, atualmente, parte integrante da Zona Principal do sítio definido como patrimônio mundial pela Unesco. Apesar do tombamento pouco ter exposto os valores patrimoniais atribuídos ao bem, percebe-se que o Jardim exemplifica o valor que era buscado: um espaço de rara beleza criado pelo homem, de grande importância para o paisagismo e para a botânica (RIBEIRO, 2020).

Outro tombamento federal que pode ser citado é o do primeiro conjunto inscrito no Livro Arqueológico Etnográfico e Paisagístico, o “Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Ilha de Boa Viagem”, em Niterói, estado do Rio de Janeiro, em 30 de maio de 1938, inscrito também no Livro de Belas Artes e, dois anos depois, no Livro Histórico. Nesse caso, a provável razão para o tombamento foi o aspecto cênico da igreja junto à Baía de Guanabara e sua relação com as montanhas, exemplificando que a noção de paisagem pode ser percebida como relação entre sociedade e natureza ao aspecto visual (RIBEIRO, 2020).

Ademais, relevante também é o tombamento da Serra do Curral, no entorno de Belo Horizonte, em 1960, sob o título de “Conjunto paisagístico do pico e da parte mais alcantilada da Serra do Curral”, também no Livro do Tombo Arqueológico Etnográfico e Paisagístico. Antes do tombo já era reconhecida a importância da serra para a identidade local e existência de mineradoras interessadas na área, o que poderia representar uma ameaça à integridade da Serra. Devido a uma preocupação dos técnicos envolvidos com a dificuldade de tomba uma área com grande abrangência, foi tombado o trecho da serra 2 km à esquerda e a 2 km à direita da avenida Afonso Pena, eixo principal da cidade e de onde se pode avistar a Serra do Curral. O caso deixa evidente a apreensão do valor da paisagem como vista e como elemento associado à identidade. Atualmente, a existência de mineração em áreas não tombadas da Serra do Curral ameaça a preservação do Bem Tombado, indicando a limitação do recorte feito em manter sua integridade.

Figura 11 - Mineração na Serra do Curral e cidade de Belo Horizonte ao fundo

³ Provável influência da Carta de Atenas (1933), que recomenda proteger as perspectivas notáveis e a vegetação nativa constituidoras da ambiência do bem.



Fonte: Daniel de Cerqueira

A partir dos anos 1960, no contexto nacional, as paisagens começam a ser compreendidas não apenas pela sua excepcionalidade e monumentalidade, mas sim como registro da história nacional e da relação do homem com seu ambiente (RIBEIRO, 2007). Frequentemente nomeadas como “conjunto paisagístico”, conjuntos mais modestos⁴ e não tão relevantes do ponto de vista das belas artes, são reconhecidos pela importância histórica e da formação nacional. Nesse momento, a paisagem é tratada de forma mais integrada, sendo compreendida como parte integrante do bem e não apenas como entorno dos bens arquitetônicos.

Nesse sentido de mudança na compreensão do patrimônio, Fonseca (2003, apud MOTTA, 2017) aponta que a partir dos anos 1970 o patrimônio começa a ser entendido como referência cultural. Portanto, o foco se desloca da monumentalidade para a dinâmica de atribuição de sentidos e valores que as comunidades dão aos Bens e com as quais se identificam, afastando a questão patrimonial de uma esfera exclusivamente técnica rumo ao campo da negociação política (FONSECA, 2003, apud MOTTA, 2017). A noção de patrimônio como referência cultural foi reforçada pela Constituição Federal de 1988, que define o patrimônio cultural brasileiro como portador de “referência à identidade, à ação, à

⁴ Nota-se influência da Carta de Veneza, de 1964.

memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988).

Entre os tombamentos que se inserem sob as novas noções de patrimônio, podemos citar o caso da Serra do Monte Santo, no município de mesmo nome localizado na Bahia. Serra do Monte Santo foi inscrita no Livro Arqueológico Etnográfico e Paisagístico, em 1983, reconhecendo os aspectos paisagísticos dotados pela natureza e agenciados pelo homem e pelos valores históricos e religiosos. Nesse tombamento, a paisagem foi inscrita não pelo seu valor estético ou natural, mas sim pelo cultural, por ter sido sacralizada pelo povo, tornando-se de grande importância para a cultura local (SLIDE CURSO CPC, 2021).

Figura 12 - Conjunto Arquitetônico, Urbanístico, Natural e Paisagístico da Serra do Monte Santo



Fonte: Wikipedia

Figura 13 - Romaria no Monte Santo



Fonte: Gshow

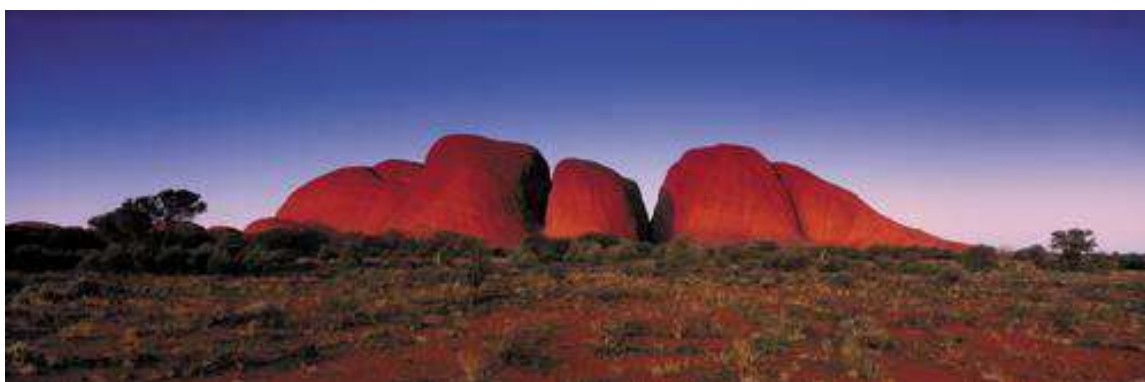
Outro tombamento que pode ser citado nesse contexto de mudanças e uma evidência da negociação política é o da Serra da Barriga, em Alagoas, inscrito no Livro Arqueológico Etnográfico e Paisagístico e no livro do Tombo Histórico no ano de 1986. O tombamento da Serra, onde se localizava o Quilombo dos Palmares, originou de uma solicitação feita ao Iphan pelo Conselho Geral para a criação do Memorial Zumbi assinada por 5.804 cidadãos. A motivação inicial partiu do valor simbólico e histórico do local e poderia significar uma valorização de grupos e de histórias antes excluídas. Apesar do tombamento ter sido feito, o que de fato foi tombado foi uma área muito menor da originalmente proposta, focando principalmente no seu valor arqueológico, não simbólico (RIBEIRO, 2007).

No contexto mundial, a Organização das Nações Unidas para a Ciência e a Cultura (Unesco) adotou em 1972 a Convenção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural. Frente ao risco de desaparecimento ou destruição do patrimônio cultural e do patrimônio natural, a Convenção tem por objetivo incentivar a preservação de bens excepcionais de valor para a humanidade (CONVENÇÃO PARA A PROTECÇÃO DO PATRIMÓNIO MUNDIAL, CULTURAL E NATURAL, 1972). Em 1978 as primeiras propriedades começaram a ser inscritas na Lista do Patrimônio Mundial, que já possui, atualmente, mais de mil inscrições (UNESCO, 2021). Ocorre, portanto, o que Smith (2021) nomeia de Discurso Autorizado de Patrimônio, uma promoção de um conjunto de valores culturais da elite ocidental como sendo universalmente aplicáveis, que valida algumas práticas de patrimônio e oprime outras.

Essa Convenção se desenvolveu a partir da união de dois movimentos distintos, um

com enfoque na preservação de sítios culturais e o outro tratando da conservação da natureza (UNESCO, 2021). Assim, foram mundializadas “duas perspectivas diferentes de patrimônio como hegemônicas – da Europa Ocidental para o patrimônio cultural e estadunidense para o patrimônio natural – fomentando uma falsa dicotomia entre cultura e natureza;” (CURSO CPC, 2021). Essa divisão entre as dimensões naturais e as dimensões culturais pode ser observada claramente nos sítios mistos, que são, segundo Zamant (2017), conjuntos onde critérios naturais e culturais se justapõem e não como resultante do entrelaçamento destes. A separação entre natural e cultural, reforçada pelos critérios de avaliação fragmentados nessas duas categorias, já nasceu anacrônica, visto que essa dicotomia havia sido superada por Sauer. Além disso, trata-se de uma visão falsamente universal visto que é incompatível com diversas culturas, causando conflitos com a população local, principalmente com os não ocidentais, como ocorreu no caso do Parque Nacional Uluru-Kata Tjuta, na Austrália, com o povo aborígene Anangu (CURSO CPC, 2021).

Figura 14 - Parque Nacional Uluru-Kata Tjuta, Australia. Inscrito como sítio misto na Lista do Patrimônio Mundial



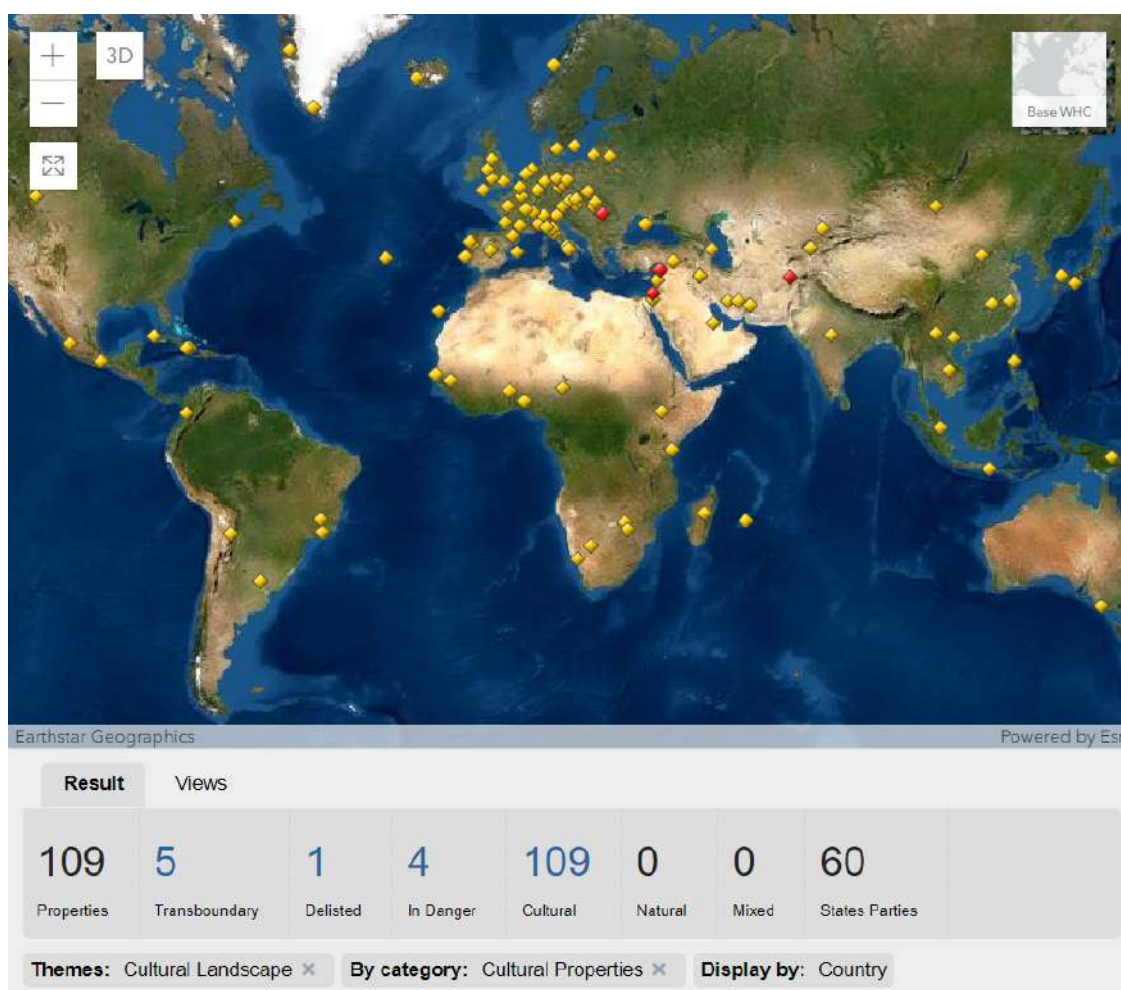
Fonte: Frontier photo safaris

Visando unir as duas dimensões, foi criado em 1992 pela Unesco a categoria de Paisagem Cultural, que representa o trabalho conjunto da natureza e da humanidade, expressa uma relação entre os povos e seu ambiente natural (UNESCO, 2021), e traz, ainda, a possibilidade de haver uma dimensão imaterial das paisagens. Reorganizar essas categorias seria uma forma da Unesco de abarcar outras noções de patrimônio e assim manter sua hegemonia (CURSO CPC, 2021), visto que o discurso autorizado de patrimônio está sempre em deslocamento e alteração (SMITH, 2021).

A categoria de Paisagem Cultural recupera o conceito de mesmo nome,

Kulturlandschaft, criado entre o final do século XIX e início do XX pela geografia alemã e, como dito anteriormente, traz em sua origem uma dicotomia entre natureza e cultura já superada pela geografia contemporânea. Entretanto, deve-se entender que a adjetivação cultural agregada ao termo paisagem tem, para a organização internacional, o sentido de identificar as paisagens que possuem valor de patrimônio, diferenciando-as das demais (SCIFONI, 2016). Dessa forma, apesar da origem do termo, estabelecer o tratamento de sítios como Paisagem Cultural parece buscar diluir a dicotomia existente desde a origem da Convenção.

Figura 15 - Sítios inscritos na Lista do Patrimônio Mundial na categoria Paisagem Cultural



Fonte: Unesco

Scifone (2016) explica que o conceito de Paisagem Cultural pressupõe um recorte espacial no qual se encontram elementos materiais construídos associados a determinadas morfologias e dinâmicas naturais, formas estas vinculadas a conteúdos e significados

atribuídos socialmente. Assim, tal recorte é representativo do caráter peculiar da relação dos grupos sociais com a natureza. Essa relação pode ser expressa de forma material, através da morfologia, ou de forma imaterial, por meio dos valores que lhe são atribuídos socialmente. Conclui-se que o enfoque da paisagem cultural permite superar um tratamento compartimentado entre o patrimônio natural e cultural, assim como o material e imaterial, entendendo-os como um conjunto único, um todo vivo e dinâmico (SCIFONI, 2016).

Portanto, as paisagens culturais reconhecidas pela Unesco devem sempre mostrar como a natureza e a cultura estão associadas. Assim, deixam pouco espaço para paisagens com outras conotações (RIBEIRO, 2016). Buscando maior objetividade para o reconhecimento e atribuição de valor dessas paisagens, há três categorias nas quais elas podem ser incluídas:

a paisagem claramente definida, aquela intencionalmente criada pelo homem, representada nos parques e jardins; 2) a paisagem essencialmente evolutiva, que resulta da ação do homem como uma resposta ao ambiente natural, refletindo o processo evolutivo da sociedade; 3) e a paisagem cultural associativa, aquela cuja inscrição é justificada pelos valores associados a ela, muito mais do que pelas suas transformações físicas e seu agenciamento. (RIBEIRO, 2016)

Ribeiro (2016) mostra que tal categorização direciona para três focos distintos que representam a “forma como os diferentes ramos do conhecimento se apropriaram da noção de paisagem, [...] e ao jogo de forças internas e externas na Unesco.” (ibidem). O autor indica que os sítios reconhecidos pela organização internacional estão sujeitos a duas tradições distintas em relação à paisagem: estes são ora incorporados à tradição paisagística dos arquitetos, ora aquela da geografia tradicional vidalina. O predomínio dessas tradições dificulta a adoção de outros olhares e a incorporação de sítios que fogem a tal lógica (ibidem). Ademais, essa dupla tradição tem influenciado a formação das políticas nacionais de proteção da paisagem (ibidem). Essa interferência esteve presente no caso do Rio de Janeiro, cuja candidatura buscou se adequar aos moldes internacionais enfrentando grandes dificuldades, como o fato de alguns dos especialistas internacionais não verem a utilização da tipologia de paisagem cultural numa área urbana de forma positiva (RIBEIRO, 2019).

Ainda no âmbito da Unesco, para a inscrição de um sítio, seja como Paisagem Cultural seja em outra categoria, este deve possuir um Valor Universal Excepcional, que está sujeito a critérios de autenticidade e integridade. A autenticidade relaciona-se à credibilidade das fontes que fornecem informações sobre as características originais do patrimônio e aos significados acumulados ao longo do tempo, e “integridade é uma medida da totalidade e do

caráter intacto do patrimônio natural e/ou cultural e dos seus atributos” (Comitê do Patrimônio Mundial, 2019). No caso da paisagem carioca, a não inclusão da malha urbana se justificaria pois, para alguns, esses critérios teriam sido questionáveis caso essa paisagem incluísse uma dimensão urbana, entendendo que o dinamismo e a riqueza do tecido urbano seriam características presente em todas as cidades (ZAMANT, 2017).

Também sujeito a interpretações diversas está o próprio conceito de Paisagem Cultural, como explica Fowler (2003, apud ZAMANT, 2017). Dada a complexidade do conceito, cada uma das possíveis interpretações é motivada pelas orientações sociais e culturais de uma sociedade no que diz respeito às noções de patrimônio, paisagem e desenvolvimento sustentável. Zamant (2017) aponta o não reconhecimento pelos habitantes de alguns territórios na diferenciação entre natureza e cultura como uma das possíveis razões para alguns territórios não terem obtido o reconhecimento internacional. A própria candidatura da cidade do Rio de Janeiro para inscrição na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco foi rodeada por tais imprecisões (ZAMANT, 2017), como veremos mais adiante. Ainda buscando extinguir a visão dicotômica que existe desde a concepção da Convenção internacional, as Diretrizes para a implementação da Convenção do Patrimônio Mundial foram revisadas em 2005, unindo os seis critérios culturais e os quatro naturais em dez critérios únicos. Para Zamant (2017), essa reformulação agrega importância a categoria de Paisagem Cultural, pois reforça uma abordagem da noção de paisagem que se baseia na relação do homem com seu meio ambiente. Entretanto, a categoria de Paisagem Cultural não substituiu a de patrimônio misto, mas foi, na verdade, incorporada como uma subdivisão dentro do patrimônio cultural, uma vez que, a Unesco identifica as paisagens culturais como bens culturais (FIGUEIREDO, 2014 apud SCIFONI, 2016).

Outra experiência internacional que estabelece normativas para a proteção da paisagem cultural foi a Convenção Europeia da Paisagem em 2000. Scifoni (2016) esclarece que, ao contrário da Unesco, os documentos europeus trabalham em uma dimensão mais abrangente e próxima do cotidiano das populações, superando a busca do valor de excepcionalidade para justificar a proteção. Tais documentos enfatizam a importância da gestão, do planejamento e da proteção à paisagem a partir de seus significados culturais produzidos e percebidos pelas populações locais (ibidem). Esta Convenção estabelece procedimentos para a participação do público, das autoridades locais e autoridades regionais, e de demais interessados na implementação das políticas da paisagem (Convenção Europeia da Paisagem, 2000). A maior contribuição desse acordo para o presente trabalho está na definição do termo paisagem, como antes explicado, e na forma como é proposto seu

gerenciamento.

Influenciada pelas experiências internacionais, foi estabelecida no Brasil uma nova categoria de patrimônio cultural, a Paisagem Cultural Brasileira e o instrumento da chancela, ambos através da Portaria do IPHAN nº 127 de 2009. Tal portaria utiliza o instrumental construído internacionalmente e agrega conhecimento estabelecido através de experiências nacionais, documentados por exemplo na Carta de Bagé e na Carta da Bodoquena. Contudo, apesar do estabelecimento da legislação a mais de dez anos, até o presente momento nenhuma paisagem cultural foi reconhecida e chancelada pela Autarquia.

Alguns aspectos desta Portaria são relevantes observar. Nota-se a similaridade da Paisagem Cultural Brasileira com a categoria de mesmo nome definida pela Unesco ao reconhecer tal classificação como um recorte territorial que representa o “processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (Portaria nº 127/2009). Por outro lado, a chancela da Paisagem Cultural Brasileira considera o “caráter dinâmico da cultura e da ação humana sobre as porções do território a que se aplica” (ibidem), compreendendo que a cultura é dinâmica e sujeita a reapropriações e transformações (SCIFONI, 2016), diferentemente de seu homônimo internacional, que preza pela manutenção de critérios rígidos de autenticidade e integridade. Zamant (2017) destaca que ao passo que a Unesco impõe um certo controle normativo sobre os monumentos para evitar que eles sejam modificados e assim se percam, buscando uma petrificação do estado atual, a noção de paisagem cultural reconhecida pelo Iphan entende o dinamismo como parte da cultura e acredita que o futuro deve ser marcado pela aliança entre patrimônio e desenvolvimento sustentável. Outra divergência relevante é que tal chancela nacional visa uma gestão da paisagem cultural compartilhada entre diversos sujeitos e implica na criação de canais de participação e interlocução social na própria elaboração da proposta (SCIFONI, 2016), aspecto pouco abordado no âmbito Unesco mas compreendido pela Convenção Europeia da Paisagem.

Figura 16 - Estudos do Iphan sobre a paisagem cultural da construção naval e da forma de morar da Vila de Elesbão (AP) - Construção sobre palafitas



Fonte: Acervo do Iphan

Figura 17 - Estudos do Iphan sobre a paisagem cultural da construção naval e da forma de morar da Vila de Elesbão (AP) - Rio como lugar de lazer

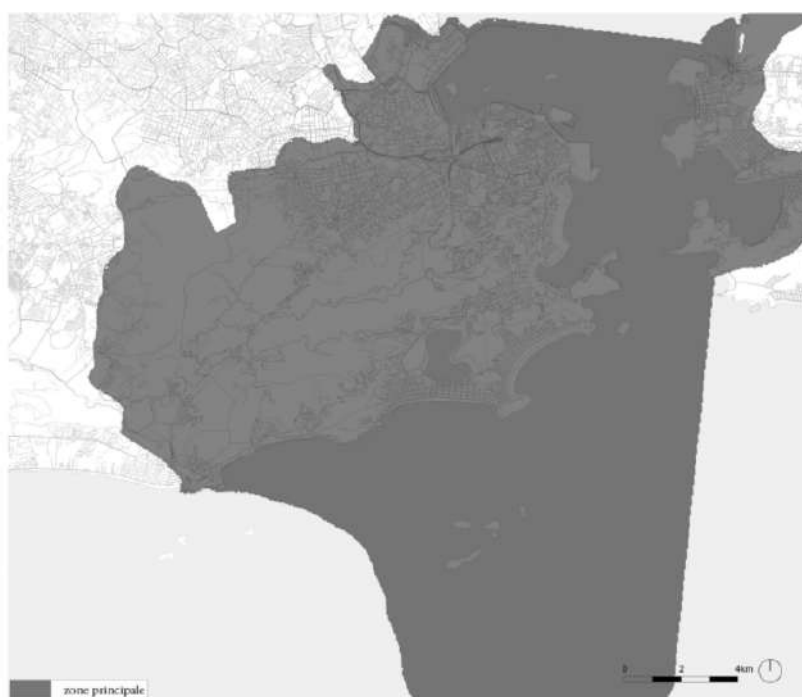


Fonte: Acervo do Iphan

Concomitantemente à elaboração da candidatura internacional da paisagem carioca, foi elaborada uma proposta de chancela da paisagem cultural, também do Rio de Janeiro, pelo

Iphan. Construída dentro da abordagem da paisagem cultural previamente exposta, a proposta considerava que a identidade da paisagem cultural carioca resulta da interação entre os elementos naturais do território e os urbanos, diferente da candidatura enviada à Unesco. Logo, a dimensão urbana foi considerada constitutiva da identidade da paisagem cultural carioca, incluindo favelas e cidade formal, permitindo que o patrimônio seja o motor das transformações territoriais em curso na cidade (ZAMANT, 2017). Apesar da chancela da paisagem cultural feita pelo Iphan não ter sido concretizada, ela trás uma reflexão bastante pertinente ao presente trabalho acerca do valor da malha urbana para a paisagem cultural da cidade.

Figura 18 - Mapa da proposta da Paisagem Cultural carioca feito pelo Iphan



Fonte: Iphan

Por fim, cabe aqui relatar uma das discussões mais recentes no contexto das paisagens, a Recomendação sobre a Paisagem Histórica Urbana, de 2011. O documento entende a paisagem histórica urbana como resultante de camadas de valores e atributos naturais e culturais, expandindo a noção de centro histórico ou conjunto. Observando a vulnerabilidade dos atributos das paisagens históricas urbanas às pressões socioeconômicas e aos impactos das alterações climáticas, recomenda realizar mapeamentos e buscar um planejamento participativo e estabelecer uma gestão local.

Observando as limitações de tal declaração, Ribeiro (2016) sinaliza que ela representa mais um novo olhar sobre o centro histórico do que a possibilidade de incorporação de novos sítios ou novos objetos. A ideia de paisagem histórica urbana não abrange áreas urbanas que não se encaixam na concepção de cidade histórica, mesmo numa concepção mais ampla (ibidem). Por isso também, houve grande dificuldade em compreender o recorte urbano da cidade do Rio de Janeiro como uma paisagem cultural e seu valor patrimonial.

4. ESTADO DA QUESTÃO

4.1 A LÓGICA GLOBAL

Antes de entender como se deu a patrimonialização internacional de parte da paisagem carioca, primeiro, é necessário fazermos certas considerações acerca do processo global na qual se insere a busca pelo reconhecimento através do título Unesco de Patrimônio Mundial. Trata-se de uma lógica de competição internacional e de marketing urbano, na qual a cidade do Rio de Janeiro se coloca, entre tantas outras, como um produto a ser vendido. Nessa dinâmica de apelo ao turismo de massa e a investidores, a cultura e a identidade desempenham um papel fundamental de tornar a cidade uma marca (JACQUES, 2005). O planejamento urbano, então, passa a ser guiado pelo mercado, visando criar lugares mais vendáveis através da manipulação da cultura e da história local em função dessa cidade-produto.

Através dessa manipulação, o campo do patrimônio é requisitado pelas estratégias de city marketing como ferramenta para inserção na competitiva rede global das cidades turísticas. A preservação das áreas históricas, visando essa inclusão global, seguem normas internacionais, que não estão necessariamente de acordo com as singularidades locais (JACQUES, 2005). Meneses (2002) ressalta que a reabilitação urbana de áreas de interesse cultural, que por vezes contam com a parceria entre o interesse público e o privado, não só deixam de reforçar a cultura, história e laços dos habitantes locais, como também promovem a gentrificação, expulsando moradores originais e suas práticas cotidianas, como ocorreu no Pelourinho em Salvador, Patrimônio Mundial desde 1985, transformando-as em museus globais a céu aberto (JACQUES, 2004). Como Urry (1995, apud MENESES, 2002) coloca, a paisagem é um bem limitado e se alguém consome mais, outro consome menos. Por isso, o turismo em massa é um fator de exclusão sócio-econômica.

Nessas estratégias de branding urbano, a perda da riqueza simbólica é gerada por uma

busca excessiva pela preservação patrimonial (JEUDY, 2005). A lógica patrimonial ao buscar preservar os valores de uma sociedade, leva as pessoas e as cidades à uma eterna observação de seu reflexo no espelho e a uma consequente saturação e perda desses significados. Essa conservação desmedida acaba por congelar e musealizar as cidades.

Se a cidade é o produto a ser vendido, a paisagem, ao se tornar uma mercadoria, é a que melhor desempenha esse papel (MENESES, 2002). O olhar turístico, orientado por esta indústria, busca na paisagem a essência local: a cultura típica, a comida típica, a fala típica (ibidem). O “instagramável”, o fotogênico, é a tipicidade sob forma visual. Meneses (2002) aponta que essa procura reduz a paisagem a signos reconhecíveis ao turista, cabendo a este apenas confirmar sua existência. O autor, em um pensamento que dialoga com o que coloca Jeudy (2005), afirma que ocorre uma redução da paisagem a uma coleção de signos, onde tudo acaba remetendo a si mesmo e se auto-significando. Pode-se concluir que “o interesse pela paisagem-imagem revela o peso crescente do símbolo, da iconografia e da espetacularização na nossa sociedade contemporânea” (DEBORD, 1992 (1967) apud ZAMANT, 2015).

Figura 19 - Performance: Como propor um cartão postal, por Rafael Amorim, 2020.



Fonte: Memória Lage, 2021

Figura 20 - Propaganda de Plano de Saúde, 2021



Fonte: Autora

4.2 A CANDIDATURA DA PAISAGEM CARIOCA NA LISTA DO PATRIMÔNIO MUNDIAL

O Rio de Janeiro foi reconhecido como Patrimônio Mundial em 2012 com o sítio nomeado “Paisagens Cariocas: entre a Montanha e o Mar”. O sítio foi a primeira paisagem urbana reconhecida internacionalmente pela Unesco na categoria de Paisagem Cultural. A inscrição nesta categoria ressalta o valor universal excepcional de um recorte da paisagem carioca, reconhecendo uma suposta harmonia entre a paisagem natural e a intervenção do homem, incluindo os usos e as manifestações culturais que nela se desenvolvem.

A candidatura do Rio de Janeiro na Lista do Patrimônio Mundial enviada à Unesco em 2008 e aceita quatro anos depois, foi precedida por duas outras tentativas fracassadas (ZAMANT, 2015). A primeira tentativa de candidatura, formalizada desde 2001 até 2003, propunha a inscrição do Rio de Janeiro como um sítio misto através de um recorte que incluía os grandes conjuntos naturais e paisagísticos da cidade unificados por uma zona de

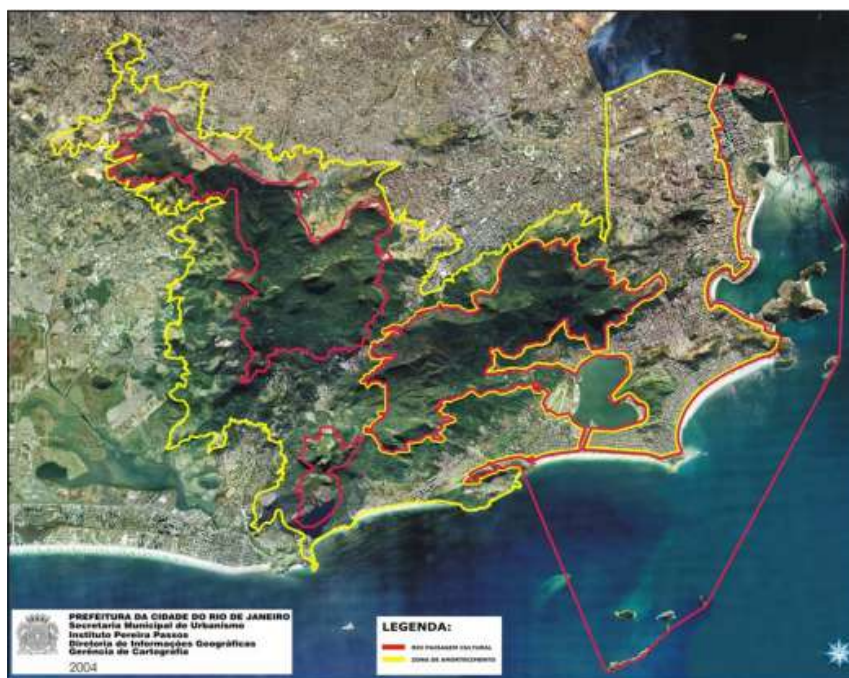
amortecimento. Entretanto, os problemas ambientais e sociais impediram a inclusão de alguns territórios, o que prejudicou o aceite da candidatura do sítio. A segunda tentativa ocorreu entre 2004 e 2005. Dessa vez foi proposto um recorte territorial muito maior que o primeiro, incluindo dos elementos identificados na candidatura anterior, a Lagoa Rodrigo de Freitas, as praias, as ilhas da baía e oceânicas e grande parte do Centro. Devido a divergências políticas, por decisão do Ministério das Relações Exteriores e da Presidência da República, essa candidatura sequer foi enviada à Unesco.

Figura 21 - Mapa da zona delimitada para a candidatura de 2001-2003



Fonte: Zamant, 2015

Figura 22 - Mapa da zona delimitada para a candidatura de 2004-2005



Fonte: Zamant, 2015

Por fim, a terceira e última candidatura ocorreu entre 2008 e 2012, concorrendo na categoria de “sítio cultural” como “paisagem cultural” reconhecendo o valor excepcional da paisagem carioca através dos critérios (v) e (vi)⁵. O resultado bem sucedido desta proposta não se deu somente pelas suas características intrínsecas, mas também por uma conjuntura nacional e internacional favorável (ZAMANT, 2015). A ideia de uma paisagem carioca era amplamente divulgada através de revistas, na televisão, nos meios publicitários e incorporada ao novo plano diretor de desenvolvimento urbano e sustentável da cidade, efeito da reflexão nacional iniciada desde o começo dos anos 2000 acerca da noção de paisagem cultural. No

⁵ Segundo o site oficial da Unesco, os critérios (v) e (vi) correspondem respectivamente à:

(v) to be an outstanding example of a traditional human settlement, land-use, or sea-use which is representative of a culture (or cultures), or human interaction with the environment especially when it has become vulnerable under the impact of irreversible change;

(vi) to be directly or tangibly associated with events or living traditions, with ideas, or with beliefs, with artistic and literary works of outstanding universal significance. (The Committee considers that this criterion should preferably be used in conjunction with other criteria);

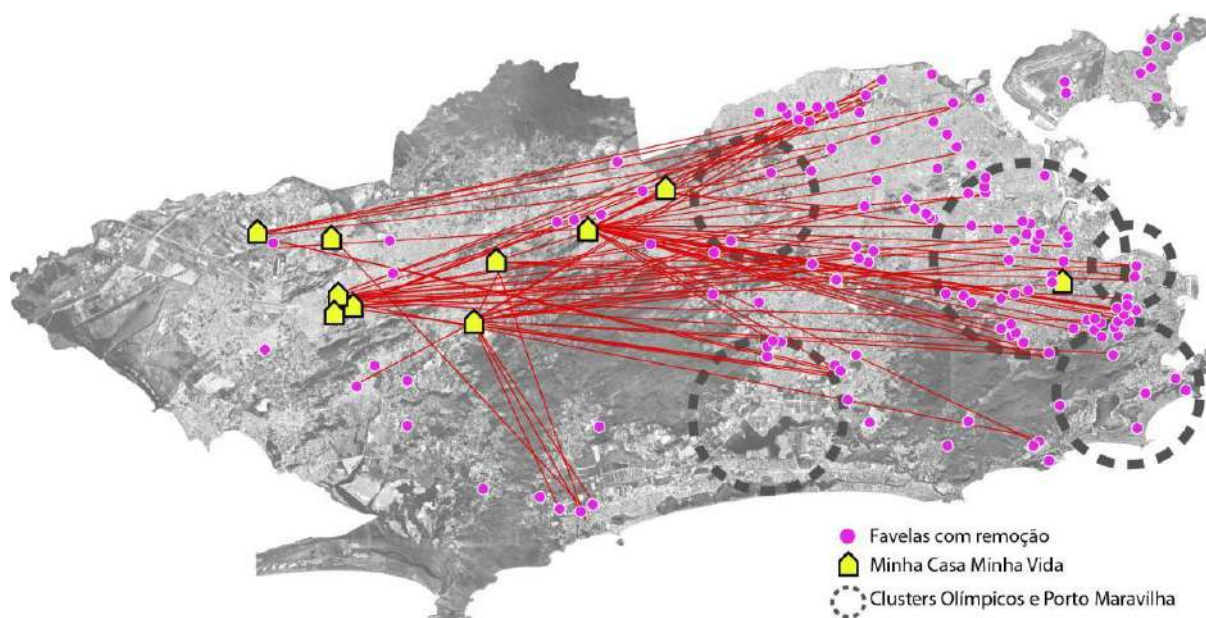
(v) ser um exemplo notável de um assentamento humano tradicional, uso da terra ou uso do mar que seja representativo de uma cultura (ou culturas), ou interação humana com o meio ambiente, especialmente quando se tornou vulnerável sob o impacto de impactos irreversíveis. mudança;

(vi) estar direta ou tangivelmente associado a eventos ou tradições vivas, a ideias ou crenças, a obras artísticas e literárias de notável significado universal. (O Comitê considera que este critério deve ser utilizado preferencialmente em conjunto com outros critérios) (tradução nossa)

pretendia urbanizar todas as favelas da cidade até 2020. Concomitantemente ocorreram grandes remoções, por vezes violentas, de assentamentos populares nas áreas centrais. Apesar de mobilizações internacionais para denunciar essas expulsões, nas mídias internacionais a imagem brasileira era bastante positiva (ibidem).

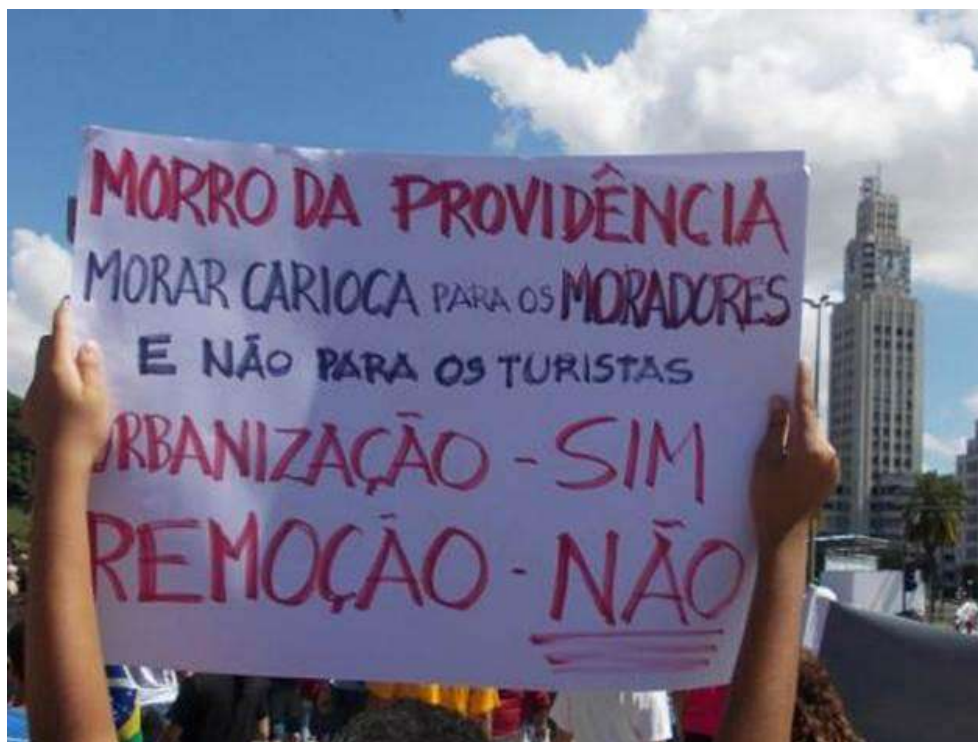
Para Malta (2017) a nominação na Lista do Patrimônio Mundial valoriza simbolicamente a cidade e seus espaços afetivos e identitários, mas não foge à lógica do consumo. O autor narra como o processo de valorização do patrimônio cultural, aliado aos megaeventos esportivos ocorridos na cidade do Rio de Janeiro, estão associados ao contexto global de políticas de intervenção urbana para fins de valorização paisagística e possibilitaram transformações urbanas que não se constituíram em projetos sociais para a qualidade de vida da população em geral mas sim em grandes obras voltadas para o turismo e a espetacularização da imagem da cidade causando por vezes expulsões e gentrificação em favelas da Zona Sul, da área central e da Zona Portuária. Portanto, o discurso oficial propõe uma universalização do acesso ao patrimônio cultural, mas na prática é seletiva quanto aos bens e às formas de acesso dos indivíduos a estes mesmos bens (ibidem).

Figura 24 - Mapeamento das remoções entre 2009 e 2013



Fonte: Lucas Faulhaber

Figura 25 - Cartaz em protesto



Fonte: Site Rio On Watch

Conclui-se que a candidatura da cidade do Rio de Janeiro ao Patrimônio Mundial da Unesco supera a dimensão do reconhecimento e preservação do patrimônio cultural e se insere na lógica da mercantilização da metrópole carioca que tem eco tanto na escala nacional como na internacional (ZAMANT, 2015). Ela inclui sujeitos e interesses diversos que interferem na construção da paisagem carioca não apenas fisicamente, mas também simbolicamente, através de suas narrativas e discursos (RÉCANATI, 1981 apud ZAMANT, 2015). Ao longo dos dez anos do processo de candidatura, esse processo criou tensões entre os vários atores, que possuíam origens e funções diversas:

“entre vontades de mercantilização territorial, de desenvolvimento sustentável, de preservação e de valorização das especificidades locais e, por fim, dos desafios de relação diplomática e geopolítica, aponta a situação ambígua da noção de patrimônio, quando colocada em um território em transformação, entre reconhecimento e construção, e entre ética e política” (ZAMANT, 2015)

Dessa forma, para Zamant (2015), a obtenção do título Patrimônio Mundial é mais um ingrediente para reafirmar a marca carioca no competitivo mercado internacional, assegurando ao mesmo tempo o reconhecimento dos valores culturais e uma pressuposta gestão da cidade frente às perturbações urbanas. A candidatura é, portanto, ao mesmo tempo uma defesa eventual aos efeitos da globalização e um instrumento dessa globalização (ZAMANT, 2013 apud ZAMANT, 2015).

Embora tenha havido a busca por parte de atores envolvidos em basear a candidatura entre os usos urbanos e a paisagem na história e no cotidiano da cidade, percebe-se que o processo de candidatura foi intimamente ligado às questões econômicas e políticas da metrópole carioca e, portanto, também de questões internacionais (ZAMANT, 2015). Zamant (2015) aponta que “apesar dos esforços feitos desde mais de dez anos para conseguir o reconhecimento das paisagens cariocas pela Unesco, esses não tiveram nenhum eco na população”.

Por outro lado, nesse período foi gerado um rico debate sobre o tema da paisagem, que foi incorporada em 2011 ao Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro. Este responde à uma “demanda cada vez mais importante por uma qualidade estética, mas também ambiental, do contexto de vida” (ibidem), extrapola “a preocupação com a paisagem para além do patrimônio e procura torná-la um instrumento importante para a gestão” (RIBEIRO, 2019). Ademais, após a inscrição em 2012, foi criado⁷ o Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH), responsável pela preservação do patrimônio da cidade, com enfoque nas paisagens.

Voltando-se para a proposta aceita pela organização internacional em 2012, é possível compreender algumas das implicações desse processo guiado por instituições internacionais na delimitação da paisagem cultural. O sítio principal do patrimônio mundial é formado por elementos naturais e/ou paisagísticos e a malha urbana é categorizada como Zona de Amortecimento. O sítio é composto por três grandes setores: o setor A inclui o Jardim Botânico e uma parte do Parque Nacional da Tijuca, com o Cristo Redentor no Corcovado; o setor B compreende a orla de Botafogo, o Parque do Flamengo, os morros da Urca, Cara de Cão e Pão de Açúcar, o morro do Pico em Niterói o conjunto de fortalezas da entrada da baía da Guanabara e a praia de Copacabana com ao calçadão desenhado por Burle Marx, o morro do Leme, o Forte de Copacabana e o Arpoador; e, por fim, o setor C, definido como zona de amortecimento que une as duas outras áreas supracitadas, contém o tecido urbano desde o Morro da Babilônia até a borda do Parque do Flamengo, no centro da cidade (Dossiê de Candidatura, 2008).

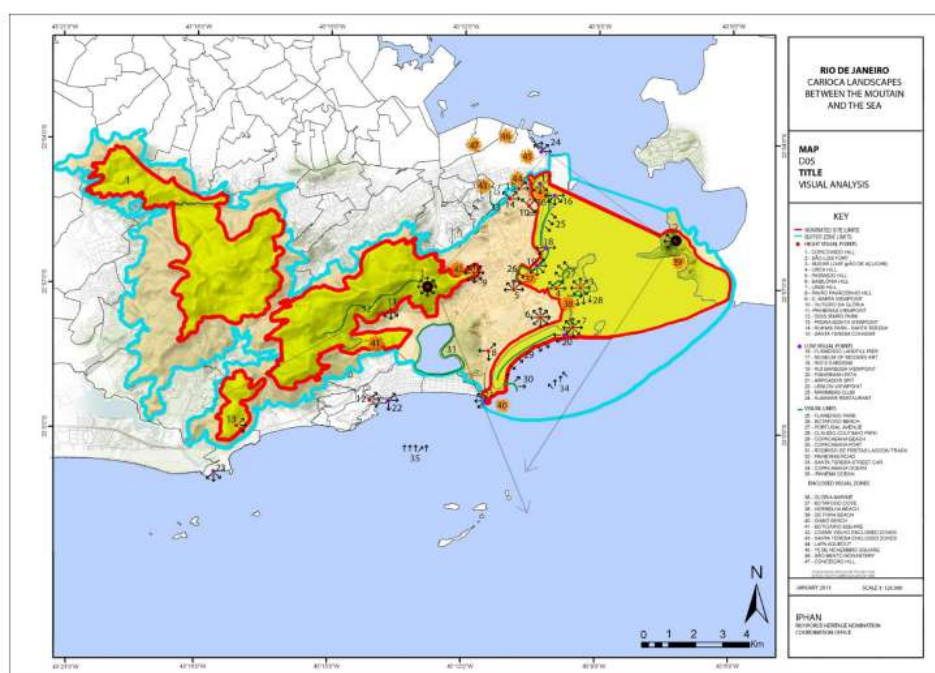
Conforme o Dossiê da Candidatura (COMITÊ INSTITUCIONAL DA CANDIDATURA DO RIO A PATRIMÔNIO MUNDIAL, 2011), o Sítio engloba os principais elementos que estruturam a paisagem cultural da cidade do Rio de Janeiro, e que segundo o ICOMOS (2012), conforme o documento de nomeação, engloba todos os

⁷ Através do Decreto Nº 35879 de 05 de Julho de 2012, que dispõe sobre o RIO COMO PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE fica criado o Instituto Rio Patrimônio da Humanidade – IRPH, ratificado pela Lei 5547 de 27 de Dezembro de 2012.

principais elementos estruturais naturais que restringiram e inspiraram o desenvolvimento da cidade. O Dossiê baseia a candidatura através da argumentação de que o Rio de Janeiro, com a sua configuração urbana em meio a elementos da natureza, “concentra aspectos da natureza que conferem característica única à sua paisagem, revelando o seu valor universal excepcional” (COMITÊ INSTITUCIONAL DA CANDIDATURA DO RIO A PATRIMÔNIO MUNDIAL, 2011) e, ainda, representa um exemplo de “cidade onde o equilíbrio entre elementos naturais e construídos confere qualidade ambiental e social” (ibidem). Dispensável dizer que este suposto equilíbrio é questionável, uma vez que o próprio documento reconhece diversos problemas sociais e ambientais existentes no Sítio. Importante ressaltar que o documento considera tais problemas uma ameaça à integridade do sítio, como a existência de favelas nas encostas dos morros.

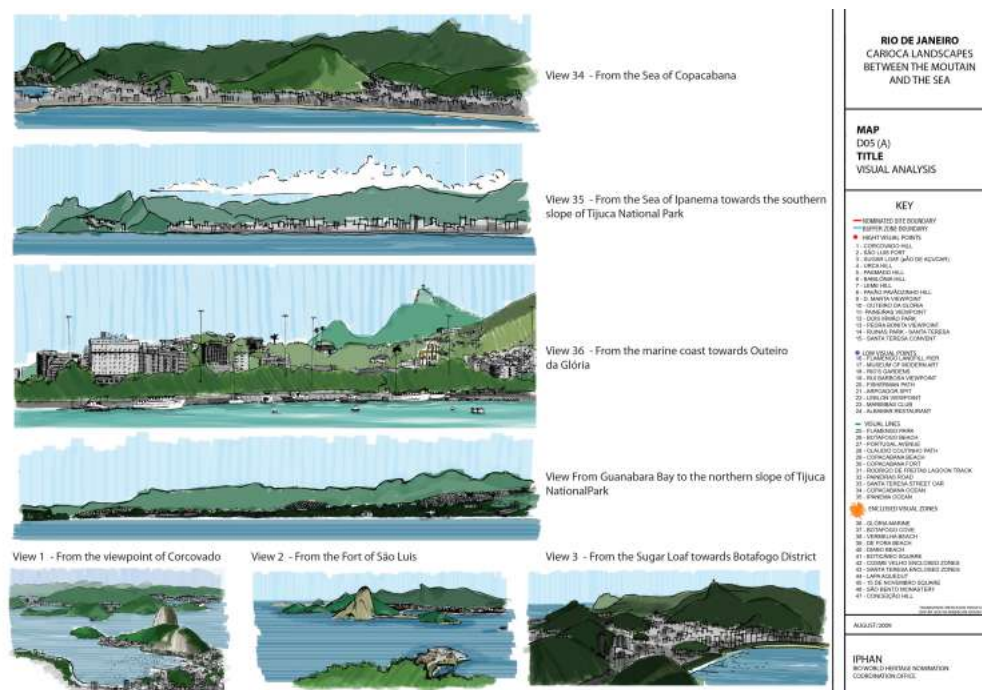
A importância dada à dimensão visual é clara do Dossiê. O documento apresenta pontos de visualização da paisagem, sem explicar, entretanto, como foi feita a escolha desses locais. Ademais, os desenhos ilustrativos apresentados parecem valorizar o perfil das montanhas e localizar a área construída, mas sem detalhá-la. Apesar de citar o valor simbólico e imaterial, como a “diversidade cultural que marca a paisagem e seus usos” (ibidem), aparentemente, o documento exalta a questão imagética, através de cenas de longe, amplas e que reforçam o caráter cênico da paisagem.

Figura 26 - Mapa de Visadas



Fonte: PLANO DE GESTÃO DO SÍTIO - RIO DE JANEIRO: PAISAGENS CARIOCAS
ENTRE A MONTANHA E O MAR

Figura 27 - Análises Visuais



Fonte: PLANO DE GESTÃO DO SÍTIO - RIO DE JANEIRO: PAISAGENS CARIOCAS
ENTRE A MONTANHA E O MAR

Em relação ao setor C, o Dossiê (2011) esclarece que este “é delimitado pelos ângulos visuais que partem dos dois principais picos contidos nos elementos do Sítio: o do Corcovado e o do Morro do Pico, em Niterói” (Dossiê de Candidatura, 2008). Portanto, a delimitação da zona de amortecimento tem íntima relação com a questão da visibilidade. Resgatando o apontamento de Jeudy (2005) sobre os pontos de vistas, entende-se que escolher tal recorte equivale a escolher o que ficará de fora:

“A Adoção de um ponto de vista é sempre o ato de reconhecimento de uma cegueira. Adotar um ponto de vista é uma maneira de constituir o ponto cego da percepção.” (Jeudy, 2005, p. 86)

Não só a justificativa dada ao recorte pode ser questionada como o próprio movimento de se fazer um recorte. Dentro da lógica Unesco, busca-se sítios de valores excepcionais com critérios muito rígidos de autenticidade e integridade, o “melhor dos melhores” (LORETTO, 2016 apud SCIFONI, 2016). Entretanto, ao fazer um recorte das paisagens de valor a serem

preservadas, as paisagens do cotidiano são deixadas de lado e desqualificadas (MENESES, 2002).

Isso se torna evidente ao observar que, no processo em pauta, o tecido urbano foi classificado com um papel secundário de Zona de Amortecimento. No dossiê, o órgão internacional sugere que algumas das áreas da Zona de Amortecimento oferecem mais ameaças do que benefícios ao sítio principal. Sendo assim, considera que o real benefício dessa Zona seria em termos de proteger as visadas e a ambiência ampla (broad setting) das áreas principais. Além disso, a não inclusão da malha urbana na Zona Principal liberou as instituições internacionais do reconhecimento das favelas como parte desse sítio ao mesmo tempo em que as livraram do questionamento de sua exclusão (ZAMANT, 2017).

Ao passo que o documento de nomeação (ICOMOS, 2012) nega a Zona de Amortecimento como espaço que dá valor ao sítio, mas a indica como preservador de visadas e ambiências para o Sítio Principal, Ribeiro (2016), autor que participou do processo de candidatura, possui outro posicionamento. Segundo o mesmo, devido à limitações nas tipologias reconhecidas pelos órgãos internacionais ou devido à leituras conservadoras dos mesmos, algumas áreas possuem maior facilidade de inscrição que outras, como por exemplo as paisagens projetadas à beira mar incluídas no Sítio Principal. Por outro lado, algumas áreas que representam parte importante das relações socioespaciais com a paisagem tiveram que ser incluídas na Zona de Amortecimento. Assim, através dessa estratégia durante a elaboração do dossiê, estes espaços estão à espera de uma discussão e ampliação da noção de paisagem cultural urbana (ibidem). Para Zamant (2015), a Zona de Amortecimento foi considerada como o lugar de permeabilidade que permite encontrar um equilíbrio entre as prerrogativas internacionais e a multiplicidade das vontades locais.

Apesar das três candidaturas terem focado na Zona Sul da cidade, a mais abastada e que dita uma narrativa hegemônica sobre o que é a cultura da cidade (RIBEIRO, 2019), algumas paisagens foram incluídas e depois excluídas. Nota-se que existem diversas representações possíveis para uma paisagem cultural a partir de um mesmo objeto e que tais representações são frutos do olhar e das questões de cada época (ZAMANT, 2017). Deste modo, o recorte que recebeu o título de paisagem cultural é fruto do contexto de competição internacional e dos critérios patrimoniais das organizações internacionais (ibidem).

Sobre esses critérios patrimoniais criados pelas organizações internacionais, Smith (2021) defende que há um Discurso Autorizado de Patrimônio (ADH) que privilegia os entendimentos e os valores profissionais ou especializados referentes ao patrimônio e exclui formas de entendimento de patrimônio que se encontram fora desse discurso ou são opostos a

ele. Para a autora, todo patrimônio é intangível, trata-se de uma performance, um processo de construção cultural e social de valores e sentidos cujas práticas não são aleatórias, mas sim estruturadas por discursos e ideologias. Se o patrimônio é “um processo de negociação de sentidos e valores históricos e culturais que ocorrem no âmbito das decisões que tomamos para preservar ou não preservar determinados lugares ou objetos físicos e elementos intangíveis” (ibidem), este Discurso Autorizado de Patrimônio (ADH) não é neutro ou imutável e está constantemente sendo questionado.

Uma incoerência neste discurso internacional é o fato de que “a materialidade é tão enfatizada que os monumentos são confundidos com os valores culturais e sociais que são usados para interpretá-los e dar sentido a eles” (SMITH, 2021). Ou seja, no âmbito das organizações internacionais de patrimônio, o objeto material ou o lugar se torna o patrimônio em si, ao invés de representar os valores culturais que os dão significado. Por esse motivo o critério de autenticidade é tão valorizado pela UNESCO, uma vez que o valor está atribuído à materialidade do objeto e modificar sua condição física alteraria seu valor. Assim, segundo Smith (2021), as “pessoas e as formas como elas usam ou se vinculam com sítios ou lugares patrimoniais, especificamente as ditas não especialistas em patrimônio, tornam-se menos importantes nas práticas de patrimônio do que a preocupação pelo material.” Talvez por isso, no contexto do sítio carioca reconhecido internacionalmente, a gestão tenha se concentrado mais em garantir a manutenção dos aspectos materiais do que em trabalhar os valores e significados culturais junto à população, tema que será abordado adiante.

Em um pensamento que colabora com o que Smith (2021) ressalta sobre a exacerbada ênfase dada à materialidade do patrimônio, Ribeiro (2016) afirma que a paisagem é fruto das relações socioespaciais e são estas que constituem o valor universal e excepcional. Por isso, “os instrumentos de proteção e de gestão têm que ser também pensados a partir disso e se libertarem do fetiche da forma que integrou as ações do Patrimônio Mundial durante tantas décadas” (ibidem). Seria, então, o momento de gestão um possível espaço de discussão que permitisse colocar em foco as visões locais superando o fetiche da forma?

Figura 28 - Cristo Vermelho, 2000, Ducha - Intervenção artística efêmera que tornou o Cristo vermelho por 45 minutos

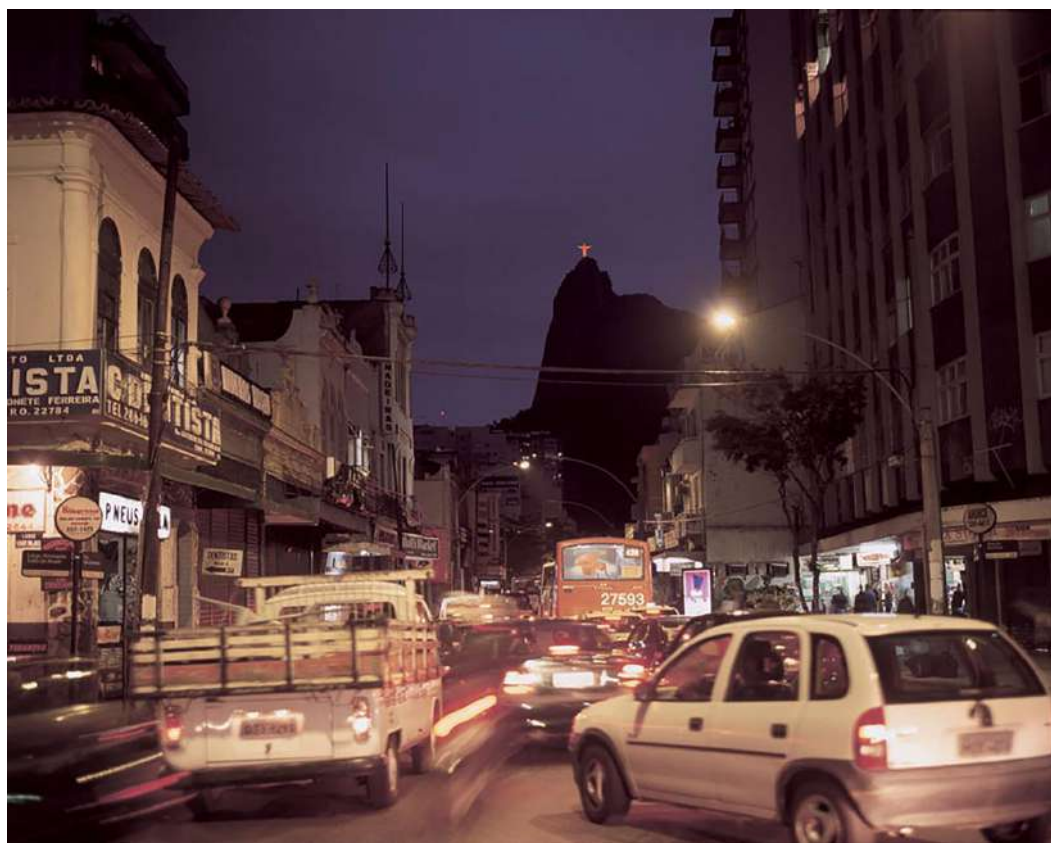
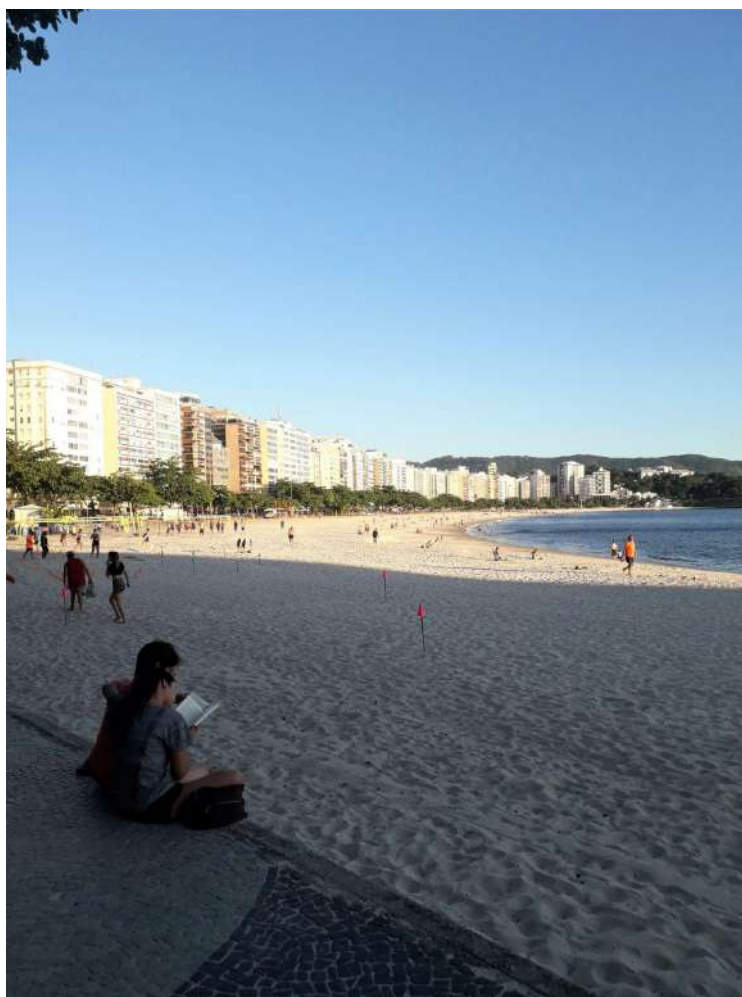


Foto: Marssares

4.3 A GESTÃO DA PAISAGEM

É inegável a necessidade de pensar o tratamento das paisagens visto que estão constantemente ameaçadas pelos processos anteriormente citados e que as paisagens, como patrimônio, estão intimamente ligadas às emoções, experiências, memórias, relações sociais, identidade, e ao pertencimento das comunidades (SMITH, 2021). Entendendo que todo patrimônio é intangível (SMITH, 2021) e a paisagem é uma forma de ver o mundo (MENESES, 2002), preservar esse objeto deve perpassar as formas mentais antes da forma física. Por isso, Meneses (2002) aponta a necessidade de preservar a paisagem no campo da gestão territorial. Gestão essa que deve, em primeiro lugar, considerar aqueles que ali habitam, trabalham e possuem uma relação mais estreita com essa paisagem.

Figura 29 - Casal na praia



Fonte: Autora

Figura 30 - Mureta da Urca



Fonte: Tadeu Asevedo

Para escrever este tópico tomamos como base teórica o autor, arquiteto e advogado, Albert Cortina (2011), que traz importantes colaborações sobre o tema da gestão e planejamento territorial a partir da paisagem. Segundo o mesmo, a paisagem contribui para o desenvolvimento das culturas locais e da proteção da natureza, potencializando o bem-estar dos seres humanos e ajudando a consolidar a sua identidade coletiva. Ademais, são vários os autores que apontam a paisagem como uma realidade não estática, e sim, um momento em um processo, uma construção coletiva imbricada de significados, herdada e dinâmica (COSGROVE, 1987; AB’SABER, 1977, BERQUE, 1994, NELLO, 2003, CORTINA, 2011). Por estes motivos, a paisagem pode e deve ser levada em conta no planejamento e na gestão do território.

Dessa forma, ainda segundo Cortina (2011), devemos garantir que à medida que as paisagens passam por seu inevitável processo de mudança, os valores que caracterizam cada uma delas sejam preservados e aprimorados, em vez de destruídos. É necessário, portanto, não

tentar preservar a paisagem inalterada, mas sim gerir a mudança. Essa é a questão fundamental. Como agir sobre a paisagem sem retirar seu caráter e valores essenciais ainda é uma questão pendente de solução e foco de constantes reflexões. O autor aponta que as intervenções a serem feitas nas paisagens devem ser regidas por uma nova ética da paisagem que:

“[...] deve basear-se na ética da responsabilidade, tendo em conta a dignidade da natureza, os direitos das gerações futuras a usufruir de paisagens de qualidade e os direitos e deveres dos cidadãos de hoje cujas intervenções transformam as paisagens e com elas a sua identidade coletiva, sua qualidade de vida, seu bem-estar físico e social e, em suma, sua felicidade.” (Cortina, 2011, p. 164, tradução minha)

Dessa forma, as intervenções na paisagem devem ser justificadas e orientadas pela natureza ética da transformação. É de responsabilidade dos gestores públicos, dos agentes econômicos e sociais e dos cidadãos garantir que as intervenções nas paisagens reforcem e melhorem a qualidade de vida e o bem-estar individual e coletivo das pessoas. Nesse mesmo sentido, a Convenção Europeia da Paisagem (2000) recomenda que as autoridades governamentais, em conjunto com os parceiros sociais e econômicos, e com a participação em larga escala do público, devem ajudar a preservar a qualidade da paisagem.

Buscando concretizar a paisagem como objeto de gestão, podemos tomar como referência algumas das experiências que resultaram na criação, no âmbito europeu, de balizadores para a elaboração de ações e políticas públicas relativas à preservação e manutenção da paisagem, tomada em seu sentido mais amplo. Zoido Naranjo (2010) ressalta que a Convenção Europeia da Paisagem, firmada no ano 2000 e ratificada em 2004 por mais de trinta países, desencadeou em diversas regiões, atividades sobre suas respectivas paisagens, tanto no plano do conhecimento, da formação, de uma maior sensibilidade, educação e participação social, assim como das políticas para sua aplicação.

É possível ressaltar as ações em curso na comunidade autónoma da Catalunha, na Espanha, onde nota-se uma coerência e continuidade da ação pública ao ter criado uma linha política clara baseada na legislação, no planejamento e na sensibilização social (Observatorio de la Sostenibilidad en España - OSE, 2009 apud ZOIO NARANJO, 2010). Cortina (2010) aponta que a Lei 8/2005, ou Lei de Paisagem, tem aplicação em todo o território da Catalunha, seja nas áreas com maior predominância de elementos naturais, seja nas áreas onde há intensa ação humana, tanto nas paisagens singulares como nas paisagens cotidianas e degradadas. Ainda segundo o mesmo autor, tal legislação estabelece que os poderes públicos devem integrar, nos planos e programas, a paisagem nas políticas de planejamento territorial e

urbanístico, agrícola, florestal, de infraestruturas, cultural, social, econômica, turística, industrial, comercial, entre outras que tenham incidência sobre a mesma.

Entre os instrumentos implementados no caso destacado acima, dois se destacam: os Catálogos da Paisagem e as Diretrizes da Paisagem. O primeiro trata-se de um documento de caráter descritivo que determina a tipologia das paisagens, identificando seus valores e seu estado de conservação, propondo objetivos de qualidade paisagística e relacionando questões ambientais, culturais, sociais e econômicas que explicam seu estado atual tal como é percebido. As Diretrizes da Paisagem, por sua vez, baseiam-se nos catálogos e incorporam normativamente as propostas de objetivos de qualidade paisagística nos planos diretores locais. Há ainda outros instrumentos estabelecidos por tal legislação, como o Observatório da Paisagem, que reúne ampla representação de diversos agentes públicos e privados que atuam sobre a paisagem, e os Estudos e informes de impacto e integração paisagística, um documento técnico destinado a considerar as consequências da execução de ações sobre a paisagem apresentado obrigatoriamente por quem promove a intervenção.

O Rio de Janeiro não apresenta uma legislação específica para o ordenamento da paisagem. Não obstante, objetivos que buscam a proteção da paisagem já foram incorporados no último plano diretor municipal, como também no Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática da Prefeitura do Rio de Janeiro, sobretudo na inspiração MCR4, que trata dos ativos ambientais. Frente a isso, interroga-se: seria possível, mediante vontade política e equipes técnicas adequadas, utilizar a paisagem como ferramenta de planejamento e gestão do território reforçando e melhorando a qualidade de vida e o bem-estar individual e coletivo das pessoas?

Também a inscrição na Lista do Patrimônio Mundial pressupõe e exige a incorporação da população na gestão. Para Ribeiro (2019), “a necessidade de criação de um espaço de gestão compartilhada da cidade é, muito provavelmente, o principal legado da inscrição no Patrimônio Mundial e foi defendida pelos diferentes atores responsáveis pela inscrição como a principal razão para a decisão de fazê-lo”.

Zamant (2015) indica que a paisagem como percebida no plano de gestão

“se torna o instrumento para construir, entre práticas, disciplinas, saberes e competências urbanas, uma articulação do detalhe com a grande escala; um instrumento para pensar as transformações urbanas em curso ou por vir, reconhecendo o valor global das pequenas experiências urbanas e das situações territoriais fora de normas internacionais.”

De fato, o Plano de Gestão (2015) aponta a importância da preservação da paisagem

nas diferentes escalas para que possa ser apreciada a partir dos pontos de vista da cidade, "mas principalmente pelos que por aí circulam e se detêm, usufruindo-as" (ibidem). Além disso, o plano tem como um de seus objetivos "garantir mecanismos que permitam a discussão e a participação da sociedade nas decisões, visando uma gestão democrática da área" (ibidem), o que indica reconhecer a importância de uma gestão global e integrada de todos os componentes do sítio.

É interessante ressaltar que por diversas vezes este mesmo documento aponta que alguns usos que são feitos pela população como problemáticos à manutenção do sítio, como a presença de vendedores e moradores de rua no Parque do Flamengo, ou "o uso ilegal dos espaços públicos por vendedores ambulantes, extensão indevida dos quiosques," no calçadão da praia de Copacabana que, segundo o documento, danificam o piso de pedra portuguesa e bloqueiam o ir e vir dos pedestres. Tais conflitos poderiam ser resolvidos frente a uma gestão democrática com a participação dos cidadãos.

Como observado, o processo da candidatura, com a criação do dossiê e do plano de gestão, não foi amplamente participativo. Ademais a construção deste processo foi muito impulsionada por questões mercadológicas e a visão de paisagem empregada foi baseada em valores internacionais, que não necessariamente encontram eco no âmbito local. Entretanto, por mais criticável que esse processo seja, ele já está posto e parece influenciar a gestão da cidade. Assim, a pergunta que deve ser feita agora é: será possível que a gestão do sítio consiga agregar visões locais, participantes diversos e colaborar para uma gestão sustentável do sítio e da paisagem?

De fato, a gestão do Sítio carioca buscou até certo ponto tornar-se participativa, embora os entraves tenham sido muitos. Segundo Ribeiro (2019) somente no final de 2016 o Comitê Gestor da Paisagem Cultural foi formalmente instalado, tendo sua primeira reunião acontecido apenas em 2017 e somente em 2018, as reuniões começaram a ter uma agenda anual regular. Não havia até 2019 um regimento interno definitivamente aprovado e tampouco estavam em atividade os subcomitês, que funcionariam como espaços de trabalho internos (ibidem).

As reuniões do Comitê Gestor ocorriam sem divulgação e com pouca acessibilidade. Ribeiro (2019) relata que nenhum canal oficial de comunicação foi organizado e que as atas, apesar de realizadas, eram apenas divulgadas internamente. Ademais, o autor ressalta que a formação do Comitê não traduzia grande representatividade em termos de assentos para a sociedade civil, apesar de bem representada pelos diferentes setores do Estado. A Federação

das Associações de Moradores do Município do Rio de Janeiro (FAM-RIO) era uma das poucas representantes da sociedade civil nessas reuniões.

Para Ribeiro (2019) a fragilidade do Comitê Gestor em 2018 ficou explícita na forma como tramitou a discussão sobre a construção do Memorial às Vítimas do Holocausto. O projeto do Memorial foi aprovado para ser construído no Morro do Pasmado sem antes ter sido discutido no Comitê, apesar das reivindicações dos representantes do Icomos e da FAM-RIO. A discussão veio posteriormente, quando o projeto, que possui diversas contradições, já havia sido aprovado pelo IPHAN. A partir disso, diversas “conversas e tratativas passaram a ser feitas por diferentes instituições e associações fora do comitê gestor, inclusive com a acionamento de processos judiciais” (ibidem). Para o autor, essa experiência mostrou, à época, que o formato como o Comitê funcionava era ineficiente em solucionar tais conflitos.

Figura 31 - Vista do Monumento em Memória às Vítimas do Holocausto no Morro do Pasmado.



Fonte: Autora

Figura 32 - Manifestação no Morro do Pasmado contra a construção do museu



Fonte: Urbe Carioca

O Comitê Gestor da Paisagem Cultural acabou em 2019, após decreto federal⁸ determinar a extinção de diversos colegiados da administração pública federal. Tal fato prejudicou ainda mais a criação de um espaço de discussão ativo, plural e participativo, como este trabalho abordará mais a frente.

Passados sete anos da publicação do Plano Gestor, além dessas experiências, novas leituras foram produzidas em relação à gestão da paisagem. Podemos citar aqui a Banca de Qualificação de mestrado de Paula Merlino (2020), “Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar: Elementos para uma gestão integrada da Orla de Copacabana”, que busca elaborar parâmetros que possibilitem uma gestão integrada e sustentável da Orla de Copacabana. Ou ainda, pode ser mencionada a proposta de revisão do Plano Diretor da Cidade enviada à Câmara, PLC 44/2021, que considera a paisagem cultural da Cidade do Rio de Janeiro como um de seus mais valiosos bens, de valor econômico e simbólico. O mesmo documento ainda propõe a criação de Áreas de Especial Interesse Sociocultural – AEISC, destinada à criação de áreas de proteção do patrimônio cultural, entre estes sítios culturais e paisagens culturais. Por fim, é possível ainda apontar a gestão que é feita atualmente pelo órgão municipal de patrimônio, o IRPH, como abordaremos a seguir.

⁸ Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019. Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal.

4.4 ENTREVISTA - A GESTÃO DA PAISAGEM CARIOCA HOJE

Procurando investigar melhor como se desenvolveu até o presente momento a gestão do sítio *Paisagens Cariocas: Entre a Montanha e o Mar*, este trabalho buscou interlocução com a arquiteta e urbanista Paula Merlino Machado, gerente do Escritório Técnico da Paisagem Cultural - ETPC do IRPH, órgão municipal vinculado à Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, que, entre outras atribuições, é responsável pela gestão de parte do sítio. A escolha por essa aproximação com o IRPH se deu pois o órgão, que foi criado devido ao recebimento do título internacional, possui uma equipe que trabalha diretamente com o conceito de paisagem e com foco no sítio patrimônio mundial. O órgão é também o que mais trabalha com o conceito da Zona de Amortecimento do sítio internacional, objeto que será melhor estudado à frente neste trabalho. Ademais, acreditamos que é nessa escala municipal que melhor se atua na gestão e na qual podem ser promovidas maiores mudanças. Dessa forma, fizemos uma entrevista semiestruturada via videoconferência, contendo nove perguntas que visavam compreender como o órgão municipal tem lidado com a gestão do Sítio e os entraves encontrados.

Nessa entrevista, primeiramente buscamos entender como a atuação do ETPC difere ou se iguala aos conceitos e direcionamentos postos pela Unesco, pelo dossiê de candidatura e pelo Plano de Gestão do Sítio. Segundo Paula Merlino, o conceito de paisagem cultural empregado pelo órgão foi trazido da experiência da candidatura do Rio a patrimônio mundial. Portanto, a gestão municipal também compreende a paisagem cultural carioca como o produto da interação entre homem e natureza que produz espaços e formas de vida singulares. A entrevistada conta que ainda não há centro de interpretação do sítio e nem local escolhido para ele. Ademais, em 2022 deve ser feita uma prestação de contas para Unesco, que provavelmente será capitaneada pelo Iphan.

Relata que, à época da preparação da candidatura, consultores da Unesco acompanhavam os trabalhos e discutiam o que consideravam melhor para a inscrição do sítio, como os limites a serem delimitados. Quando questionada se haviam feito alguma modificação nesses limites, atributos, visadas a serem preservadas ou pressões e impactos apontados pelo dossiê, foi respondido que sim, nos limites do sítio. Foi feito um pequeno ajuste no limite do sítio ao fazer o georreferenciamento, entre 2014 e 2018, expandindo a Zona de Amortecimento do Centro. Esta, entretanto, foi uma questão prática, não conceitual.

Ademais, a entrevista abordou tópicos referentes à gestão do sítio. Paula Merlino

explicou que no início do escritório, as primeiras ações não foram no sentido de questionar os conceitos utilizados ou documentos nos quais estavam baseadas a gestão, mas sim questões mais práticas de acompanhar as intensas intervenções urbanas, principalmente na orla de Copacabana durante os grandes eventos esportivos. A atuação do órgão foi no sentido de opinar nos projetos dos prédios da orla, buscando com que a ambiência do paredão de prédios se mantivesse ou fosse pouco alterada, direcionando os projetos a terem cores claras e evitar cortinas de vidro. A entrevistada aponta que a própria legislação municipal dificultou o trabalho feito pelo órgão de patrimônio, pois impediu que os novos prédios fossem colados às divisas laterais, o que seria melhor no sentido de preservar a paisagem.

Figura 33 - Edifício do hotel Novotel, em Botafogo, afastado das divisas, diferenciando-se dos demais edifícios sem afastamento.



Fonte: Google Maps, 2021

Figura 34 - Intervenções na paisagem da orla de Copacabana identificadas pelo ETPC/IRPH



Fonte: Merlino, 2021

Ainda sobre a gestão do sítio, é explicado que esta é compartilhada com outras instituições. O Parque Nacional da Tijuca, o Jardim Botânico, o Pão de Açúcar e as fortificações históricas possuem gestores próprios. Cabe ao IRPH a gestão do Parque do Flamengo e da orla de Copacabana, que deve ser feita dialogando com o Iphan e com o Inepac, dado aos tombamentos federal e estadual respectivamente.

Em relação à orla de Copacabana há diálogos com o Instituto estadual para a preservação do bem. Em relação ao Parque do Flamengo, explica que o Iphan possui outros entendimentos sobre a preservação do mesmo, o que gera certos conflitos entre os técnicos. Além disso, Merlino explica que o parque não possui uma gestão específica e que seria necessário um gestor. Conta que foi feito um termo de referência para um contrato para a elaboração de um plano diretor, mas não foi feita contratação. Sem um gestor, o parque é tratado a partir das demandas que surgem. A arquiteta fala que há um entendimento de que os ambulantes fazem parte da paisagem cultural, ambos na orla e no parque, apesar do dossiê parecer tratá-los como uma interferência negativa. Entretanto, fala de uma necessidade em organizar as calçadas da orla, ordenando os quiosques e os restaurantes.

Após 2016, o órgão, que até então se voltava mais para as Zonas Principais, pode abordar questões mais conceituais e referentes à Zona de Amortecimento. Nesse sentido, foi questionado sobre qual seria o direcionamento após a apresentação em slides feita pelo IRPH,

em 2018, na qual alguns elementos da cidade foram identificados como interferências na paisagem cultural (favelas, edifícios altos, interrupção da linha da praia, etc). Merlino respondeu que se tratava de uma análise visual e que, apesar do nome interferência, não possuíam juízo de valor. Conta que não foram feitas todas as análises mas estas foram importantes para a compreensão do sítio. Acrescenta que, sobre as favelas, há um entendimento que estas fazem parte da paisagem, mas isso ainda não foi conseguido discutir de fato. Tal postura do órgão parece um avanço em relação à candidatura enviada à Unesco, que parece apontar a favela apenas como uma perturbação à paisagem.

Figura 35 - Fichas de interferências na paisagem



Fonte: IRPH, 2018

A entrevistada relata que a Zona de Amortecimento abrange uma área muito grande, a qual gera uma demanda excessiva para o escritório, que não possui recursos humanos suficientes para atender toda a área. O órgão, buscando tornar viável o acompanhamento dos projetos, foi criada, através da Listagem na Resolução SMU 12/2018, uma faixa limítrofe na Zona de Amortecimento, que abarca o primeiro logradouro mais próximo ao sítio principal, na qual o poderiam opinar de forma mais ampla. Outra estratégia utilizada para auxiliar a gestão do sítio foi a criação de uma plataforma com fotos georreferenciadas das visadas apontadas pelo dossiê. Segundo Merlino, as fotos são subsídios para analisar os processos e uma maneira de monitorar as principais visadas identificadas pelo dossiê. Essas fotos são utilizadas para fazer simulações dos projetos propostos, identificando como ficaria o sítio

caso fossem aprovados. Conta ainda que alguns pontos são mais relevantes que outros, como os mirantes próximos à cidade, que mostram as coberturas, já que uma grande preocupação do órgão é a quinta fachada.

Figura 36 - Faixa Limítrofe estabelecida pela Resolução SMU 12/2018



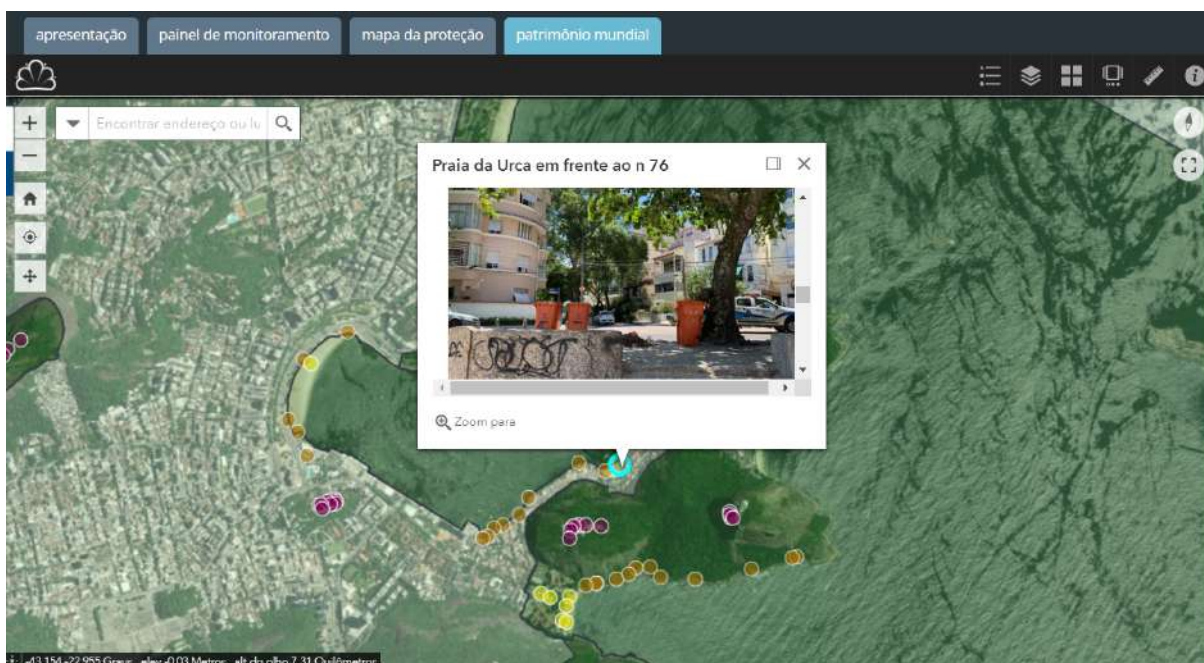
Fonte: Merlino, 2021

Figura 37 - Visadas do Sítio. Aplicação Patrimônio Cultural Carioca



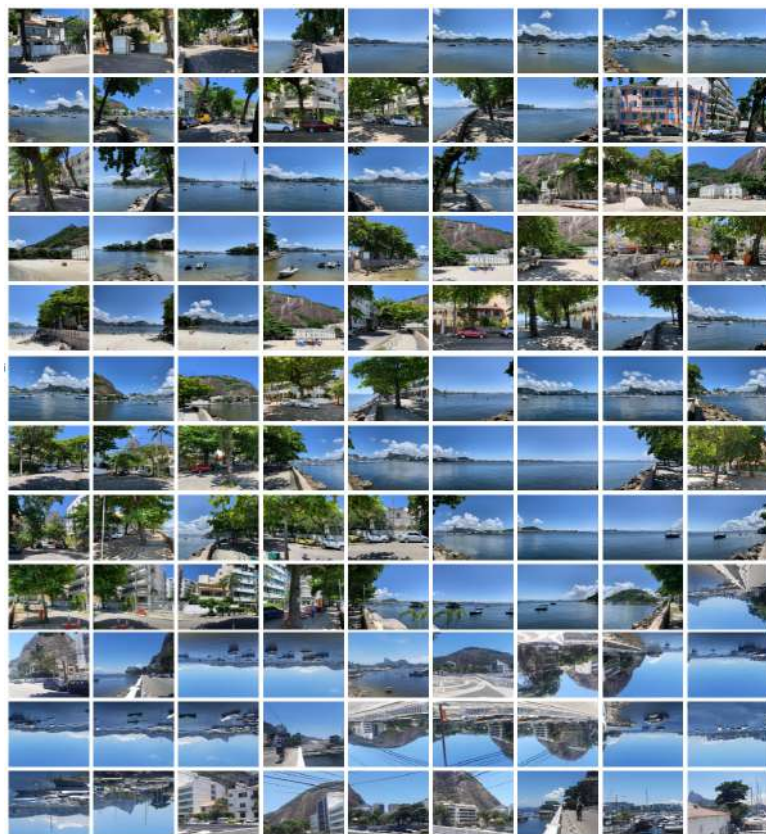
Fonte: Data.Rio

Figura 38 - Foto de uma visada. Aplicação Patrimônio Cultural Carioca



Fonte: Data.Rio

Figura 39 - Algumas das imagens georreferenciadas das visadas apontadas pelo dossiê baixadas da aplicação Patrimônio Cultural Carioca



Fonte: Data.Rio

As ações narradas até esse momento refletem uma preocupação com a questão visual da paisagem, com a manutenção da materialidade da área construída e com o não impedimento da visibilidade. Entretanto, não só a dimensão material da paisagem é reconhecida pelo título internacional, mas também a imaterial, a questão simbólica, através do critério (vi) da Lista do Patrimônio Mundial. Em relação a essa dimensão imaterial, Merlino conta que essa questão pouco foi tratada, uma vez que não há corpo técnico suficiente para trabalhar o patrimônio imaterial, ressaltando que o escritório é composto majoritariamente por arquitetos. A entrevistada conta que há vontade do órgão em dialogar com as pessoas e divulgar a questão patrimonial. Ela espera que seja possível avançar nessa questão durante a nova gestão municipal⁹. Conta que falta identificação das pessoas com a paisagem. Relata o caso da concessão dos quiosques da orla de Copacabana que tem causado grande impacto na paisagem e por isso foi pensado em fazer reunião com os donos.

Tal tópico está diretamente relacionado com o tema da participação da população. A entrevistada conta que havia um Comitê Gestor onde grupos civis podiam opinar. Relata que a

⁹ Em 01/01/2022 houve uma troca no governo municipal, com a eleição de Eduardo Paes (PSD) à prefeito e a saída de Marcelo Crivella (Republicanos).

atuação do Comitê era bem forte e constante, até o momento em que houve os conflitos relacionados ao Memorial no Morro do Pasmado. Mesmo frente às reivindicações do comitê, não foi possível discutir a construção ou não do memorial, que foi imposta. Conseguiu-se apenas promover mudanças no projeto. A época também estava em construção o regimento interno do Comitê que, segundo a arquiteta, não foi aprovado por instâncias superiores do IPHAN. Foi decidido que o Comitê Gestor não poderia opinar em certas questões, reduzindo assim o poder que o grupo teria. Portanto, o comitê, antes mesmo de ser extinto pela lei federal, já havia sido enfraquecido e esvaziado:

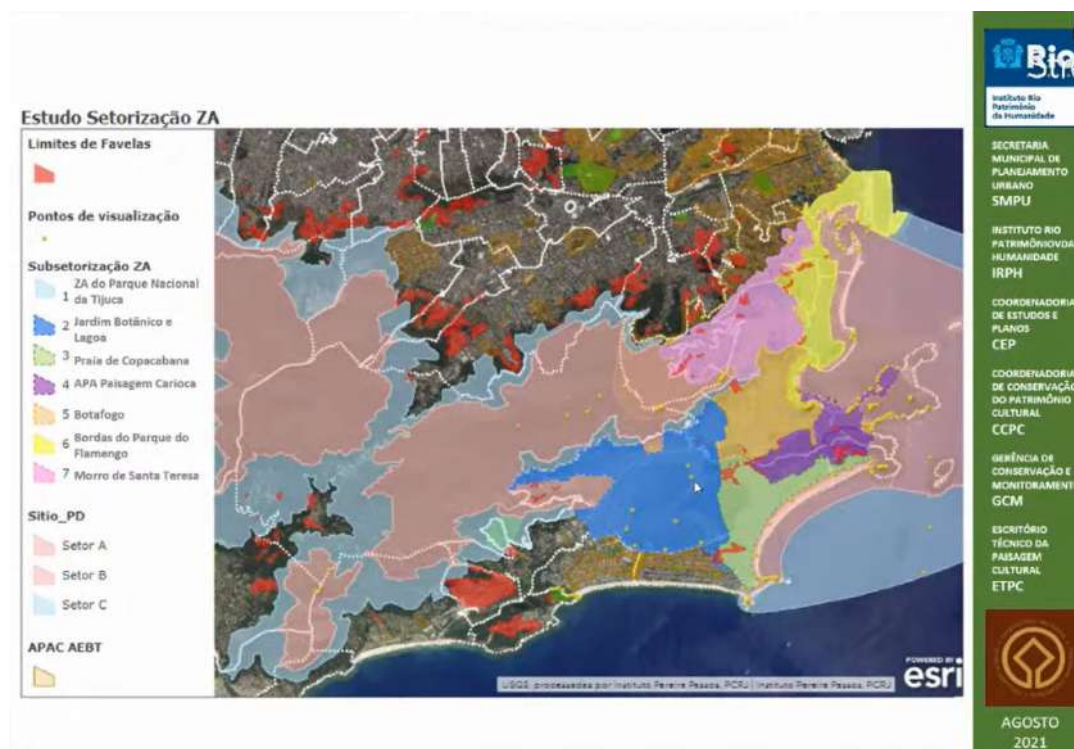
“O comitê teve uma atuação bem forte mas depois teve aqueles problemas, eles tiraram muito o poder das pessoas e acabou. Antes mesmo de extinguir, as pessoas já estavam meio desinteressadas porque ficou entendido pela coordenação do Iphan que o Comitê Gestor não iria analisar projetos.” (Paula Merlino, entrevista, 2021)

Posteriormente, o decreto federal nº 9.759, de 11 de abril de 2019, extinguiu o comitê, que se tornou Grupo Gestor. A entrevistada explicou que essa mudança prejudicou ainda mais a participação da sociedade civil, uma vez que as reuniões passaram a ser em horário de trabalho, às 14 horas da tarde. Além disso, esse Grupo Gestor não possui uma memória, diferente do Comitê Gestor, que produzia atas divulgadas internamente. Nessa nova configuração, foi também enfraquecida a relação com os outros órgãos de patrimônio, Iphan e Inepac.

Foi perguntado, ainda, sobre o outro espaço de debate acerca das questões patrimoniais que há na esfera municipal, o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural - CMPC. Este se reúne quinzenalmente, é ligado diretamente a SMPU e possui o mesmo presidente do IRPH. Neste espaço deliberativo os participantes, entre os quais o IRPH, o CAU, universidades e secretarias, tomam decisões referentes às intervenções dentro da Faixa Limítrofe e aos bens tombados municipais. Não se trata de um espaço aberto à população em geral, mas reúne representantes de diferentes organizações.

Atualmente, o Escritório Técnico da Paisagem Cultural utiliza uma plataforma online de georreferenciamento que possibilita localizar e classificar as intervenções solicitadas. Além disso, foi criada uma macro setorização da Zona de Amortecimento, totalizando 7 subsetorizações dentro dessa Zona.

Figura 40 - Estudo de Setorização da Zona de Amortecimento feito pelo ETPC.



Fonte: Merlino

Conclui-se que, em grande parte dos casos, o IRPH parece tratar da paisagem através da questão visual, zelando para que a paisagem do sítio principal não seja modificada de forma brusca, descaracterizando-a. Assim, utilizam um levantamento fotográfico com fotos tiradas nos pontos indicados pelo dossiê enviado à Unesco e focam seus esforços na chamada Faixa Limítrofe.

Algumas adaptações foram feitas na gestão da paisagem em relação ao que era previsto pelo plano de gestão oficial, como não atacar os ambulantes e as favelas como um problema na paisagem. Entretanto, o órgão parece desviar de debates centrais como a participação popular na paisagem cultural, os usos que são dados ao espaço e a questão imaterial como um todo.

Além do mais, é necessário frisar que, por questões que fogem ao controle dos órgãos gestores, o Comitê Gestor foi encerrado. Assim, toda a gestão do sítio foi prejudicada com a perda do espaço de interlocução que agregava sociedade civil e entidades que fazem a manutenção do sítio.

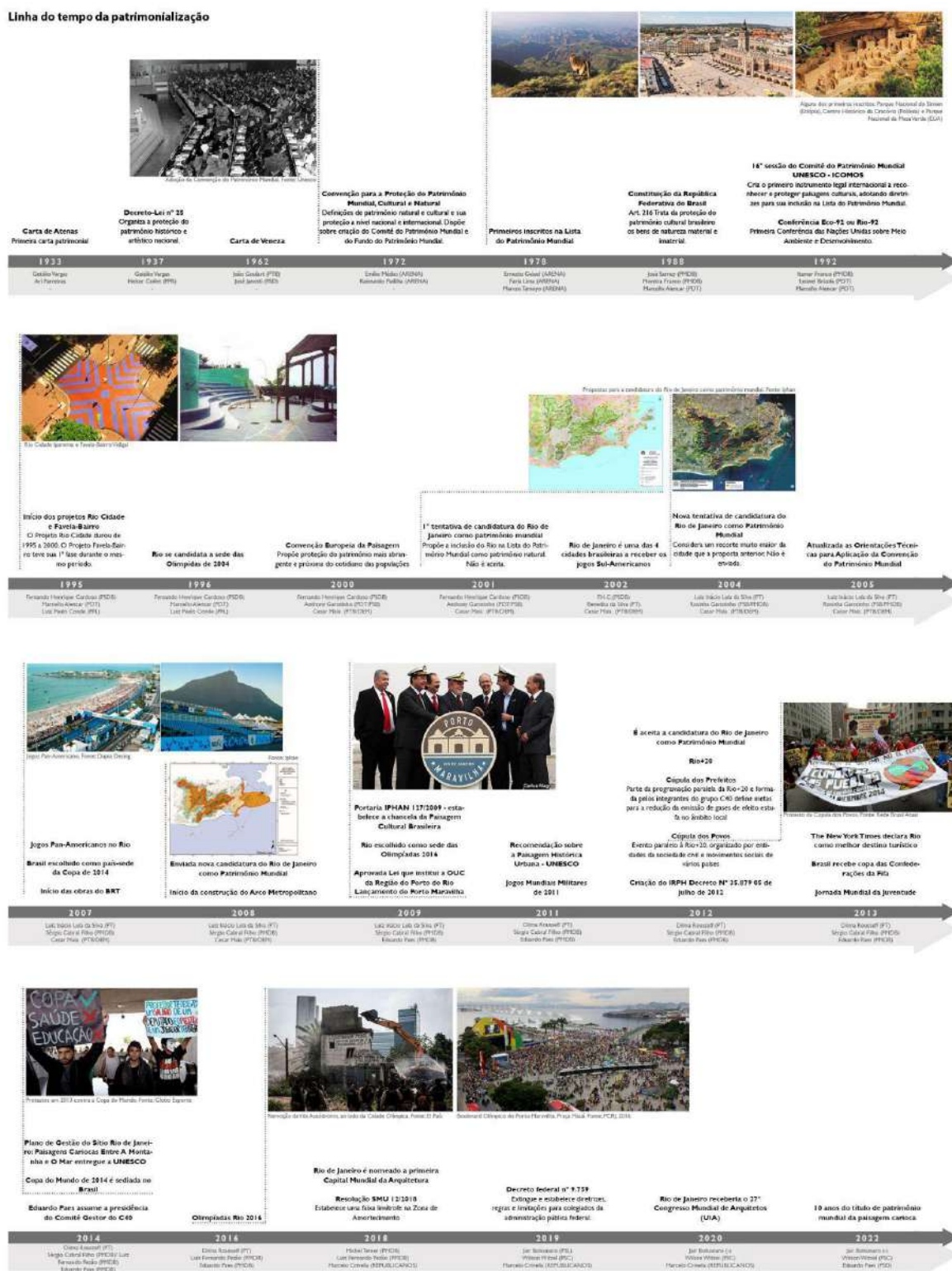
Por fim, além da falta de articulação entre os agentes gestores e destes com a população, também não há integração entre as diferentes escalas de gestão. Existem legislações abrangentes para os grandes setores do sítio, como a do Parque Nacional da Tijuca. Há também o tratamento da Zona de Amortecimento na escala micro, como através da

Faixa Limítrofe e o tratamento das fachadas. Porém, frente a um sítio de proporções municipais, há necessidade de uma escala intermediária que alinhe os direcionamentos existentes nas escalas macro e micro.

4.5 LINHA DO TEMPO DA PATRIMONIALIZAÇÃO

Figura 41 - Linha do tempo da patrimonialização

Linha do tempo da patrimonialização



Fonte: autora

5. PROPOSTAS PARA A GESTÃO DO SÍTIO *PAISAGEM CARIOCAS: ENTRE A MONTANHA E O MAR*

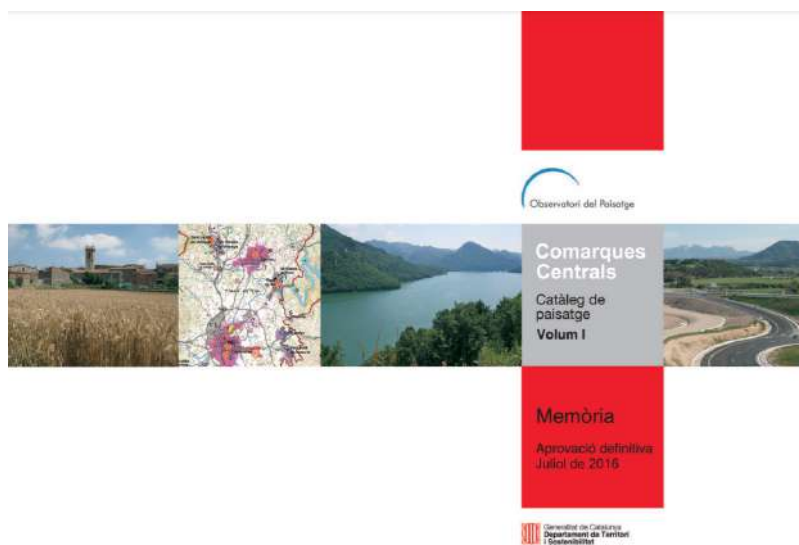
5.1 DIRECIONAMENTOS

Observando as oportunidades e lacunas expostas através da entrevista com a servidora do IRPH, assim como as reflexões teóricas anteriormente colocadas, esse trabalho propõe algumas provocações para que repensemos a gestão do sítio patrimônio mundial, em especial sua Zona de Amortecimento. A importância dessa zona se explica por ser o espaço mais vivenciado pela população, onde trabalham e moram. É a partir dela que se criam as relações simbólicas e de pertencimento com as Zonas Principais. Ademais, é uma área em acelerada mudança, a mais requisitada pelo mercado imobiliário e a menos estudada do ponto de vista da preservação do sítio patrimônio mundial e protegida pela legislação ambiental e patrimonial.

Para as propostas a serem feitas, será considerado a importância do planejamento e da gestão da paisagem em uma dimensão mais abrangente e próxima do cotidiano das populações, superando a busca do valor de excepcionalidade e valorizando os significados culturais produzidos e percebidos pelas populações locais, como propõe a Convenção Europeia da Paisagem. Ademais, tomaremos como direção o que coloca Meneses (2002) sobre a necessidade de preservar a paisagem no campo da gestão territorial, considerando primeiramente a população que vivencia essa paisagem e possui estreita relação com a mesma.

Além disso, tomaremos como referência a elaboração dos Catálogos de Paisagem da Catalunha, produzidos pelo Observatório Catalão da Paisagem, que teve como objetivo contribuir para a incorporação dos objetivos paisagísticos no planejamento territorial e urbano. Nessa experiência foram construídos com a participação e cooperação da esfera pública, da esfera privada e dos cidadãos, oito catálogos de paisagem cujo resultado principal foi o mapa com 134 unidades de paisagem que cobrem todo o território da Catalunha. Trata-se de um processo longo que demanda participação de diversos atores, mas que colabora para repensar o território e seu desenvolvimento a partir da paisagem.

Figura 42 - Catálogos de Paisagem



Fonte: Observatório da Paisagem

Assim, no presente trabalho buscaremos a divisão do território em unidades de paisagem visando iniciar uma discussão sobre a gestão territorial que considere a paisagem e envolva os moradores, os setores públicos e privados. Tal proposta parte da falta, no caso carioca, de uma escala intermediária que alinhe os direcionamentos existentes nas outras escalas. Há macrozoneamentos e legislações que englobam quadras específicas, mas não há uma articulação entre essas duas escalas. Assim, dividir o território em unidades de paisagem poderá colaborar para alinhar o planejamento macro ao micro.

Utilizaremos a divisão da Zona de Amortecimento, que chamaremos em diante de Área de Especial Interesse Sociocultural¹⁰, apresentada no Estudo de Setorização feito pelo

¹⁰ O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei 9985/2000) define zona de amortecimento como: “o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições

IRPH (MERLINO, 2021). Dentro desta Área, as legislações existentes podem seguir a diretriz fundamental estabelecida, de valorizar a importância sociocultural deste território. Em seguida, planejaremos subdivisões em unidades de paisagem que funcionarão como base para futuros debates que visem a criação de diretrizes para a gestão do Sítio patrimônio mundial e para a elaboração de parâmetros urbanísticos.

Como estudo de caso para este trabalho, escolhemos a Subsetorização ZA número 5, Botafogo. Tal seleção se justifica pela verificação da grande quantidade de solicitações de intervenções no local, em especial projetos para novas construções (MERLINO, 2021), o que indica que se trata de uma área em acelerada transformação. Ademais, nota-se que o bairro de Botafogo possui diversas áreas sem legislação de proteção patrimonial, o que pode significar uma vulnerabilidade a intervenções de grande impacto na paisagem.

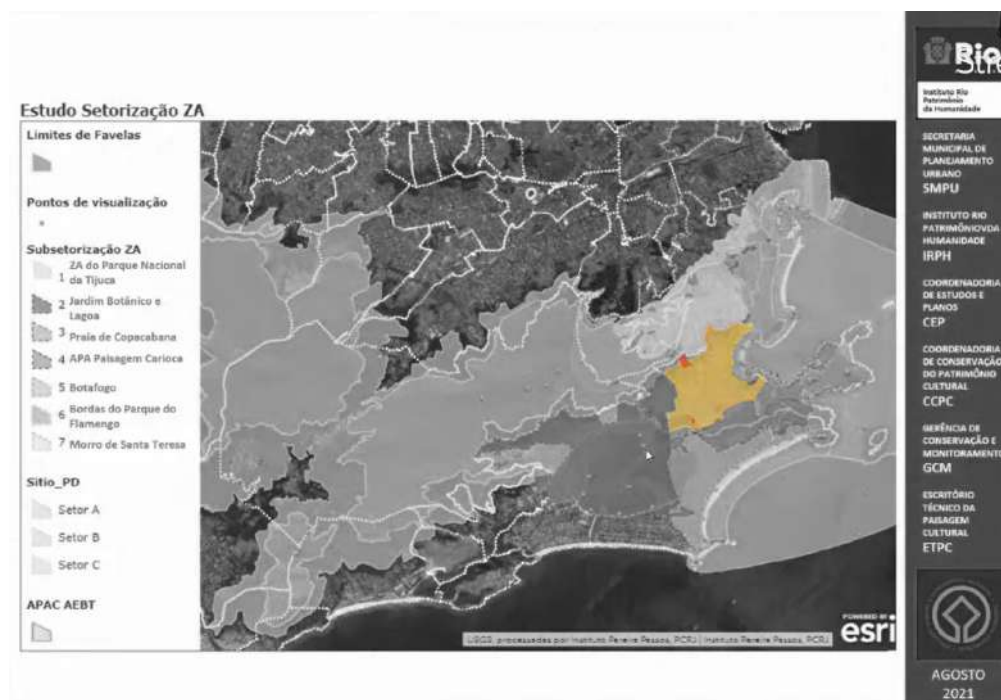
Figura 43 - Mapas das Solicitações de intervenção analisadas pelo IRPH



Fonte: MERLINO, 2021

Figura 44 - Botafogo - Subsetorização da “Zona de Amortecimento” ou Área de Especial Interesse Sociocultural

específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade.” Assim, entendemos que este objeto delimitado pelo título internacional deve possuir um outro nome. Este foi denominado Área de Especial Interesse Sociocultural – AEISC, delimitação sugerida pelo Projeto de Lei Complementar Nº 44/2021 (Revisão do Plano Diretor)⁴ definida como uma área “destinada à criação de áreas de proteção do patrimônio cultural, de natureza material e/ou imaterial, por conservar características socioespaciais, culturais e históricas”.



Fonte: Data.Rio

5.2 LEGISLAÇÕES DENTRO DE BOTAFOGO

Torna-se necessário observar a legislação existente no recorte em pauta, com o objetivo de entender suas limitações e implicações. Os macrozoneamento definidos nos planos diretores colaboram para a construção de objetivos macros dentro desta Área de Especial Interesse Sociocultural. Além disso, há legislações específicas que se aplicam a algumas partes de Botafogo que podem ser incorporadas dentro dessa nova gestão da paisagem. Entretanto, percebe-se que essa legislação existente na escala micro, apesar de relevante para manter algumas ambiências, não considera a paisagem para além da visualidade. Conclui-se que a legislação existente é insuficiente para a gestão da paisagem como aqui proposta.

5.2.1 Apac Botafogo:

Decreto 22.221 de 04/11/2002 (Posteriormente alterado pelos Decreto 22.643 de 10/02/2003, Decreto 29.690 de 12/08/2008, Decreto 39.602 de 27/11/2014 e Decreto 40.704 de 01/10/2015) – Cria a APAC do bairro de Botafogo, determina o tombamento provisório dos bens que menciona e dá outras providências.

“[...] **Art. 3º** Os bens imóveis preservados deverão manter suas principais características arquitetônicas e artísticas (ornatos, esquadrias, cantarias, gradis, etc.), assim como a cobertura e volumetria originais, sendo permitidos modificações internas e acréscimos, nas seguintes condições:

I - alterações internas, inclusive subdivisão do pé-direito, desde que os vãos das fachadas sejam mantidos em funcionamento, livres de interferências e garantidos o acesso aos mesmos;

II - acréscimos horizontais na edificação, com altura máxima igual à do beiral ou platibanda da edificação, e cuja altura da cobertura não ultrapasse a linha de cumeeira do imóvel preservado;

III - construção de anexos afastados da construção preservada, com altura máxima igual à estabelecida para a respectiva Área de Preservação.

§ 1º A construção de acréscimos ou anexos, deverá garantir e respeitar a integridade das características arquitetônicas do bem preservado.

§ 2º A altura máxima das edificações inclui todos os elementos construtivos, inclusive caixa d'água, caixa de escadas e demais equipamentos técnicos.

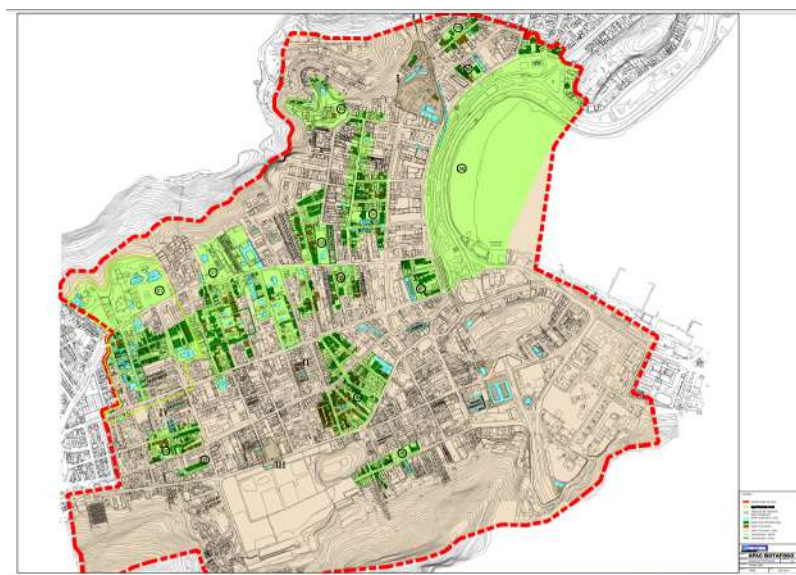
Art. 4º Os imóveis listados no Anexo III deste Decreto são classificados como tutelados, na forma prevista no § 4º do art. 131 da Lei Complementar nº 16 de 04 de junho de 1992.

Parágrafo único. Os imóveis tutelados poderão ser modificados ou demolidos, e as modificações ou novas construções estão sujeitas às restrições estabelecidas neste Decreto. (Redação dada pelo Decreto nº 222.643/2003)

Art. 5º Para garantir a ambiência urbana dos bens culturais tombados e preservados, a altura máxima para edificar nos imóveis tutelados fica estabelecida conforme Anexo IV deste Decreto. (Redação dada pelo Decreto nº 22.643/2003)

Art. 6º As obras e intervenções a serem realizadas nos bens preservados e tutelados deverão ser previamente aprovadas pelo órgão executivo de proteção do patrimônio cultural do Município. [...]” (Decreto 22.221 de 04/11/2002)

Figura 45 - Mapa Apac Botafogo



Fonte: IRPH

5.2.2 Faixa Limítrofe:

Resolução SMU nº 12 de 09 de outubro de 2018. Regulamenta a tramitação de processos cujos imóveis estejam inseridos no Sítio Rio Patrimônio Mundial declarado pela UNESCO e na sua Zona de Amortecimento.

“[...] II - Processos relativos a imóveis inseridos na Zona de Amortecimento do Setor C do Sítio Rio Patrimônio Mundial declarado pela UNESCO.

§ 1º O procedimento previsto no caput deste artigo será obedecido nos logradouros listados no Anexo I; apenas nos casos de construção de nova edificação, de alteração de fachada ou acréscimo vertical em edificação existente.

§ 2º No Setor C da Zona de Amortecimento do Sítio Rio Patrimônio Mundial declarado pela UNESCO, o procedimento previsto no caput deste artigo será obedecido conforme indicado no mapa do Anexo II, apenas nos casos de construção de nova edificação ou de acréscimo vertical em edificação existente. [...]”

“ANEXO I- LOTES E ÁREAS PÚBLICAS NO SETOR C DA ZONA DE AMORTECIMENTO LOCALIZADAS NO ENTORNO IMEDIATO DO SETOR B DO SÍTIO RIO PATRIMÔNIO MUNDIAL:

[...]

Praça Praia Nova;

Avenida Repórter Nestor Moreira: lotes do lado ímpar no trecho entre a Praça Praia Nova e a Avenida das Nações Unidas;

Praça Pimentel Duarte;

Praia de Botafogo: lotes do lado par entre a Rua Professor Álvaro Rodrigues e a Avenida Oswaldo Cruz;

Jardins da Praia de Botafogo;

[...]” (Resolução SMU nº 12 de 09 de outubro de 2018)

Figura 46 - Faixa Limítrofe estabelecida pela Resolução SMU 12/2018



Fonte: Merlino, 2021

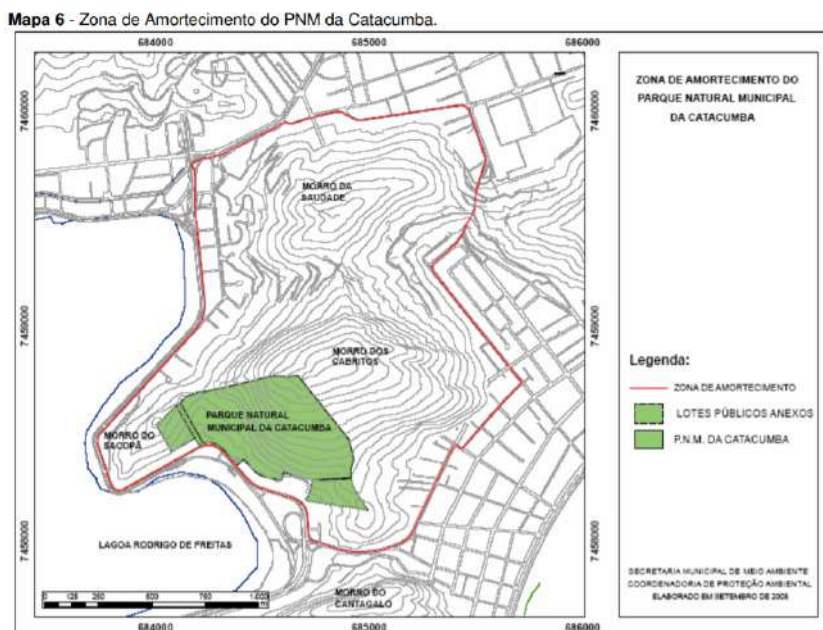
5.2.3 Plano De Manejo Parque Municipal Da Catacumba:

“[...] 5.1 Normas gerais de uso da zona de amortecimento Deverá ser mantida a integridade ambiental e paisagística formada pelo conjunto dos morros dos Cabritos, Saudade e Sacopã, ficando estas áreas sujeitas às seguintes restrições:

- Quaisquer atividades construtivas ou potencialmente poluidoras deverão ter anuência prévia do órgão gestor da unidade de conservação.
- Fica proibido o plantio e o cultivo de espécies exóticas ao ecossistema local. Deverão ser realizadas ações voltadas para o desenvolvimento e implantação de projetos de reflorestamento, enriquecimento e manejo da vegetação.
- As pesquisas técnico-científicas deverão ser previamente aprovadas pelo órgão gestor da unidade.
- Deverá ser realizada a sinalização da zona de amortecimento nas áreas consideradas estratégicas em função de facilidade de acesso, presença de ocupações e trilhas pré-existentes.
- Fica vedado o trânsito ou permanência de animais domésticos, de bovinos, eqüinos, caprinos, ovinos e muare nas áreas com vegetação nativa ou exótica localizadas nos morros Cabritos, Saudade e Sacopã.
- Fica proibida a abertura de novas trilhas exceto em casos de resgate, combate a incêndio ou outras atividades voltadas à proteção desta zona.
- As obras destinadas a melhorias na infra-estrutura para a comunidade do Morro dos Cabritos e Saudade deverão ter anuência prévia do órgão gestor da unidade.
- Nas áreas urbanas consolidadas as obras que possam causar impactos diretos ou indiretos ao conjunto de morros Sacopã, Cabritos e Saudade deverão ser objeto de análise pelo órgão gestor da unidade.

[...]” (Plano de Manejo do Parque Natural Municipal da Catacumba)

Figura 47 - Zona de Amortecimento do Parque Natural Municipal da Catacumba



Fonte: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

5.2.4 Plano Diretor 2011:

Lei complementar nº 111 de 1º de fevereiro de 2011: Dispõe sobre a política urbana e ambiental do município, institui o plano diretor de desenvolvimento urbano sustentável do município do Rio de Janeiro e dá outras providências. O Bairro de Botafogo trata-se de uma Macrozona de Ocupação Controlada:

“ANEXO III DO PLANO DIRETOR
DIRETRIZES POR MACROZONA DE OCUPAÇÃO
MACROZONA DE OCUPAÇÃO CONTROLADA

1. Promover melhorias nas condições de mobilidade na mediante:
 - Racionalização do serviço de ônibus e redução de veículos em circulação, remanejamento de terminais e criação de corredores expressos para ônibus de alta capacidade;
 - apoio à implantação progressiva e contínua das linhas 1 e 4 do sistema metroviário e ampliação de sua abrangência para as áreas adjacentes, através do transporte integrado;
 - criação de alternativas para estacionamento e guarda de veículos compatíveis com as características locais em todos os bairros, com critério de prioridade para os moradores;
 - ampliação do sistema cicloviário existente, com infra - estrutura de apoio, regulamentação e fiscalização de sua utilização.
2. Elaborar plano geral para melhoria sócio-espacial do ambiente urbano nos assentamentos de baixa renda e seus entornos, para implantação de:
 - programas de regularização urbanística e fundiária;
 - projetos de urbanização;
 - subzonas de incentivo à moradia popular;
 - Áreas de Especial Interesse Social - AEIS.
3. Promover a diversificação do uso e ocupação na Área Central, por meio de:
 - Incentivo ao uso residencial, misto com residência e de hospedagem;
 - Implantação de transporte de média capacidade na Área Central e adjacências, conexão intermodal, integração às barcas, Aeroporto Santos Dumont e à rede cicloviária.
4. Estimular a reconversão de imóveis tombados e preservados, para o uso comercial e de serviços complementares ao uso residencial, atividades de hospedagem, apoio ao turismo, culturais, artísticas e de lazer.
5. Promover melhorias urbanísticas, preservando o patrimônio cultural e ambiental de Santa Tereza, mediante:
 - estímulo à ocupação de terrenos vazios e à reforma ou reconstrução de imóveis subutilizados, visando o aumento de unidades residenciais;
 - ampliação do comércio de apoio ao uso residencial e ao turismo, com estímulo às atividades turística e cultural, preservando a identidade local;
 - racionalização da mobilidade e ampliação da acessibilidade, por meio do transporte coletivo intrabairro e integração ao transporte de massa para as Zonas Sul e Norte.
6. Priorizar a requalificação em áreas urbanas com alto potencial para a reprodução dos investimentos.
7. Controlar o adensamento e a intensidade de ocupação do solo na Zona Sul, na defesa de um ambiente urbano de qualidade, por meio de:
 - contrapartidas para a preservação da qualidade do ambiente urbano na implantação de novos shopping centers de grande porte e ampliação dos já existentes;
 - restrição à promoção de empreendimentos residenciais, de comércio e serviços de grande porte em áreas consideradas saturadas;

- preservação de ambientes construídos pela reutilização e conservação de imóveis de valor cultural.” (Lei complementar nº 111 de 1º de fevereiro de 2011)

5.2.5 Plano Diretor 2022:

Projeto de Lei Complementar nº44 /2021. Dispõe sobre a política urbana e ambiental do município, institui a revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro e dá outras providências:

“CAPÍTULO III DO MACROZONEAMENTO

Art. 73. A Macrozona de Controle da Ocupação é composta por áreas com elevada qualidade de ambiência, melhor infraestrutura e indicadores socioeconômicos, áreas com centralidades vigentes ou planejadas de alcance municipal e regional, áreas estratégicas para a recuperação de investimentos estatais, conforme interesse imobiliário, valor do solo e renda da população e áreas com Índice de Desenvolvimento Social – IDS alto.

Art. 74. São diretrizes prioritárias para a Macrozona de Controle da Ocupação:

I – Proteger e valorizar a paisagem urbana e o ambiente natural e cultural existentes, assegurando a manutenção da relação entre o mar e montanha;

II – Recuperar gradualmente os investimentos do poder público que tenham resultado ou venham a resultar na valorização de imóveis urbanos; e

III – Promover a ocupação ou reconversão de imóveis vazios ou subutilizados, em especial das edificações tombadas ou preservadas.” (Projeto de Lei Complementar nº44 /2021)

5.2.6 Lei Da Cota 100:

“PLANO DIRETOR 2011:

Seção II

DA LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO - LUOS

Art. 48. As Zonas, que serão definidas em Lei Complementar, terão as seguintes denominações e conceitos:

§ 1º São consideradas Zonas de Conservação Ambiental:

I - as áreas acima da cota de cem metros em todo o Município, para fins de conservação e recuperação ambiental do Bioma de Mata Atlântica e as zonas de amortecimento das unidades de conservação federais, estaduais e municipais na forma do art. 25 da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000;” (Lei Complementar nº 111 de 1º de fevereiro de 2011)

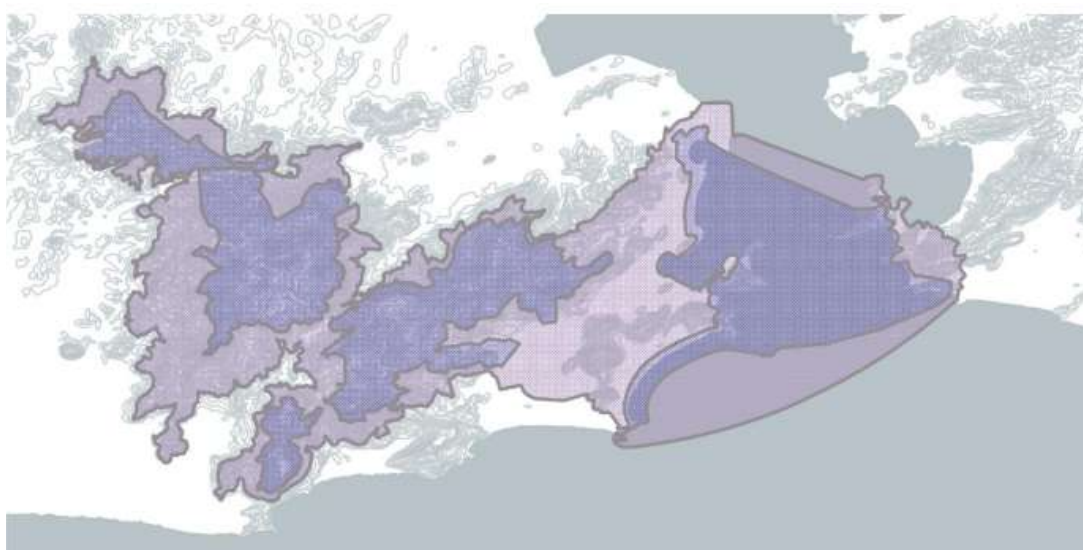
5.3 PROPOSTAS

Partindo da setorização da Área de Especial Interesse Sociocultural e utilizando a Subsetorização Botafogo como estudo de caso, fizemos a divisão desta em 21 Unidades de Paisagem. Esta divisão considera a falta de articulação entre as escalas de planejamento e visa mitigá-la. Tal segmentação foi acompanhada de uma descrição das principais características

de cada Unidades de Paisagem e o respectivo apontamento de alguns objetivos. Ademais, foram indicados objetivos para as escalas mais amplas de planejamento. Tal conteúdo visa dar insumos para estabelecer diretrizes que guiarão a criação de parâmetros urbanísticos junto à população.

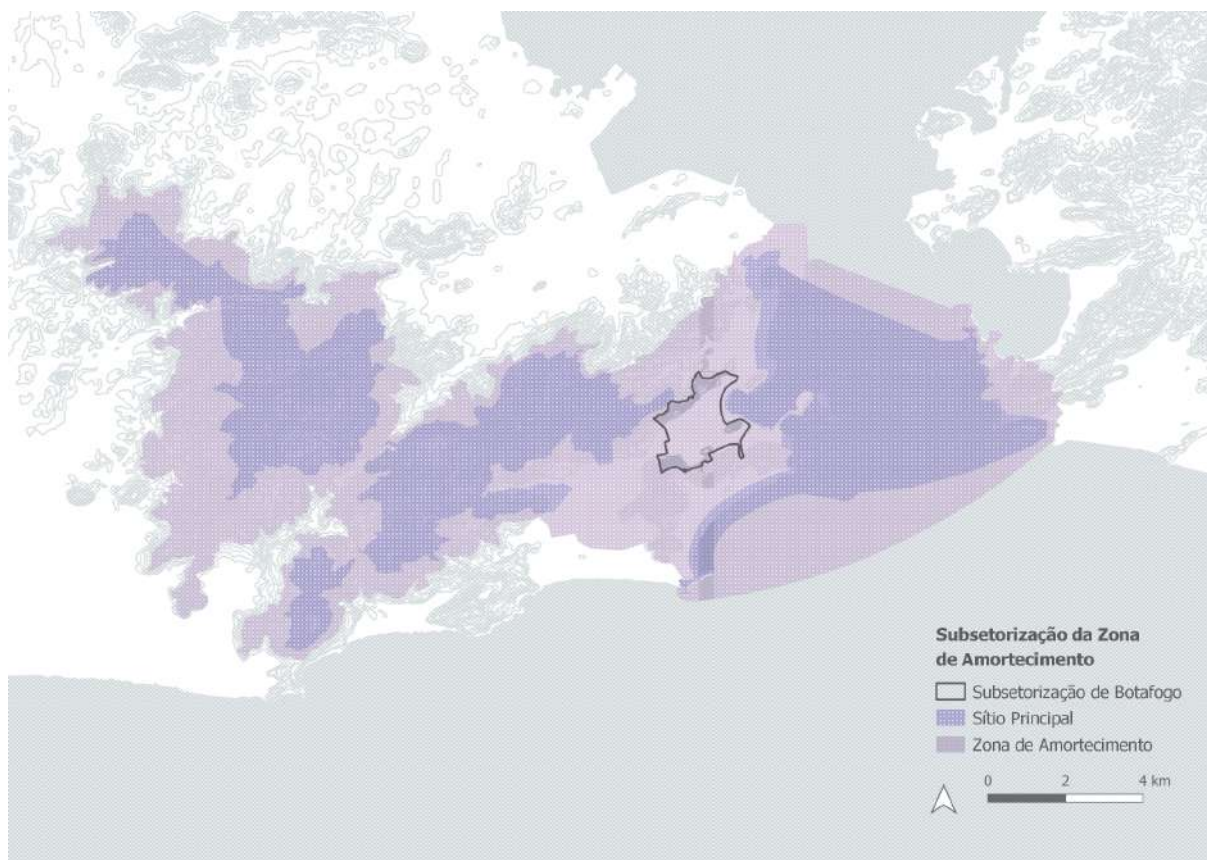
Ressaltamos que a proposta aqui apresentada não se trata de uma resposta mas sim de uma investigação, um primeiro passo para a revisão da legislação e gestão vigente de forma que se considere a paisagem para além da visualidade.

Figura 48 - Escala Macro: Sítio Principal e “Zona de Amortecimento”



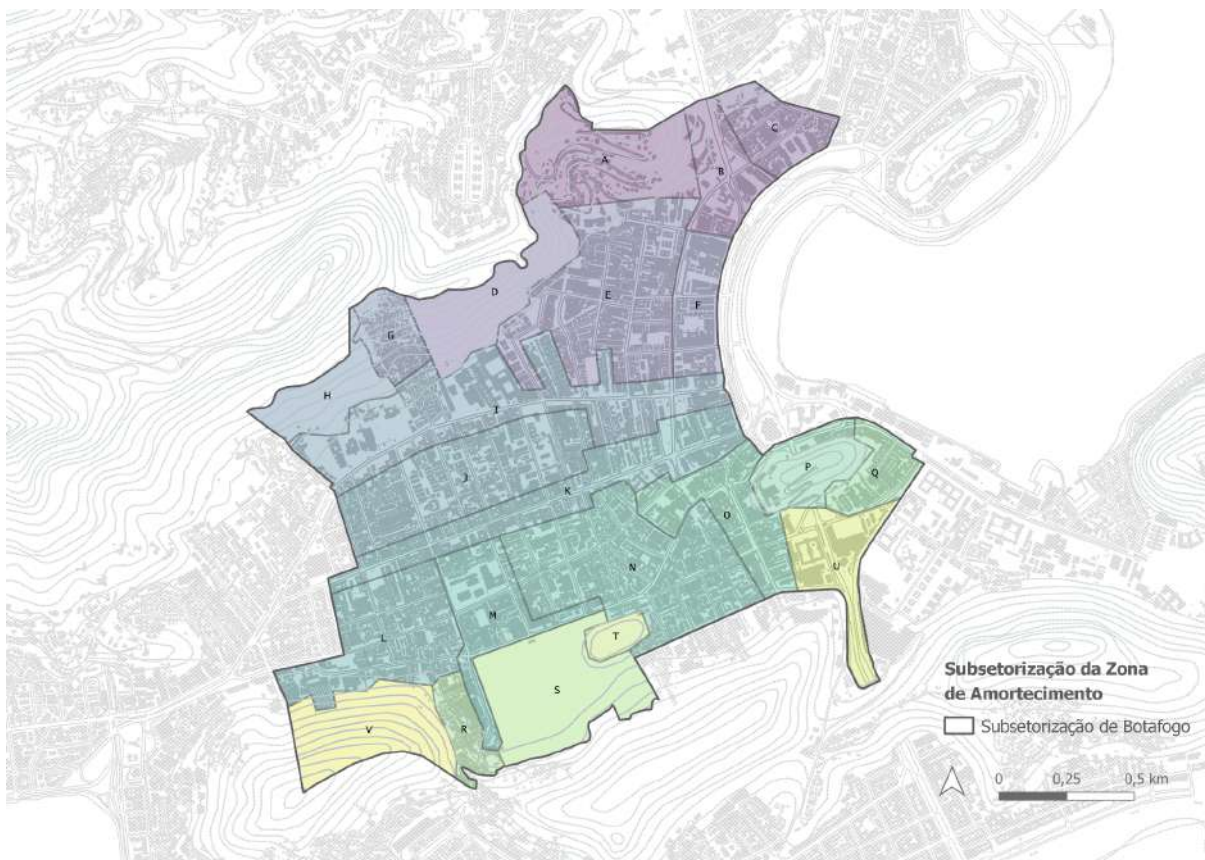
Fonte: Autora

Figura 49 - Escala Media-Macro

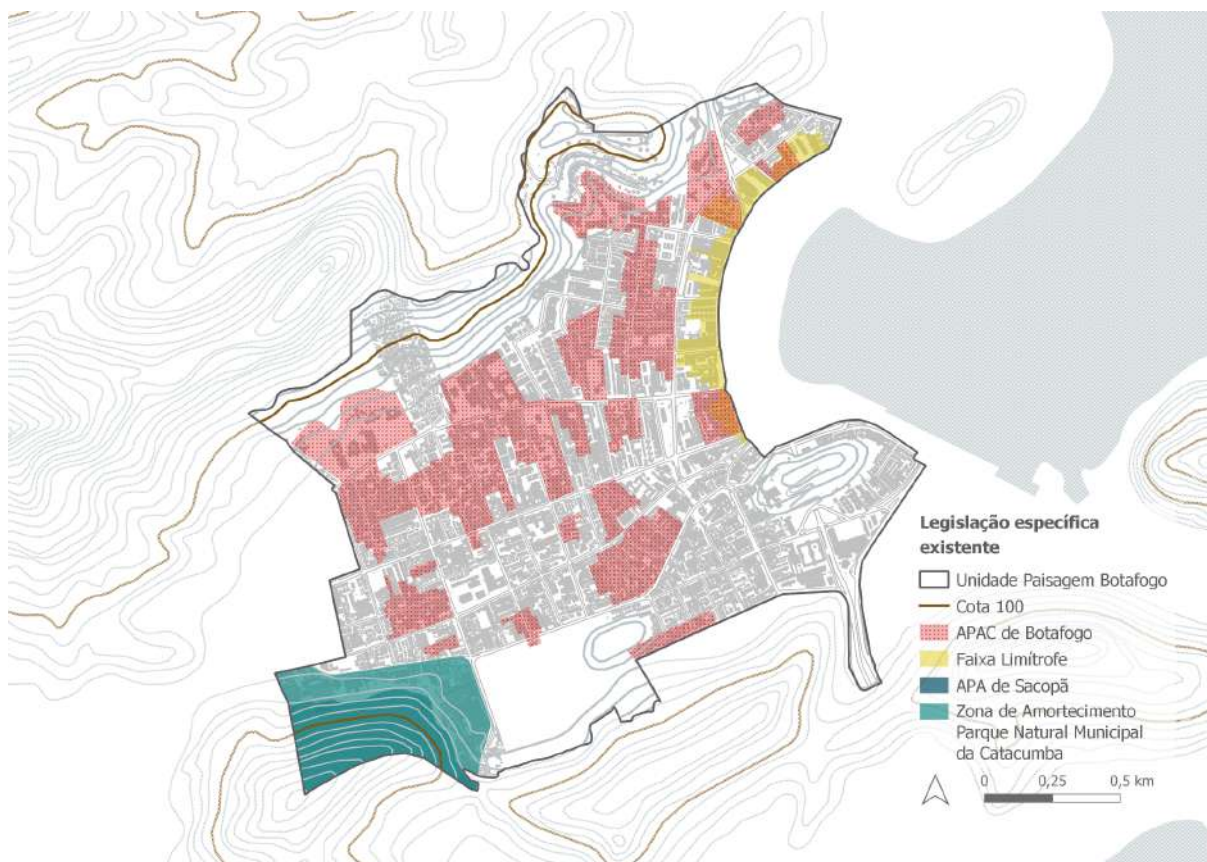


Fonte: Autora

Figura 50 - Media-micro

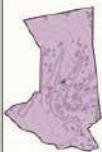
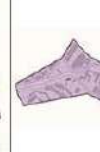
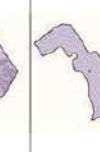
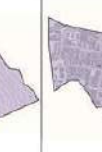
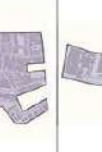
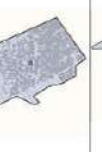


Fonte: Autora

Figura 51 - Escala Micro

Fonte: Autora

Figura 52 - Unidades de Paisagem - parte 1

Objetivos gerais da Área de Especial Interesse Sociocultural	Objetivos gerais da Sub-Sanção da Área de Especial Interesse Sociocultural	Unidades de Paisagem dentro da Sub-Sanção da Área de Especial Interesse Sociocultural de Botafogo			Propostas
		Mapas	Imagens	Descrição	
Criar espaços de debate e gestão compartilhada; Preservar e valorizar espaços de importância simbólica; Manter a relação entre o mar e montanhas; Preservar as áreas de cobertura vegetal	Incentivar e manter diversidade de perfis populacionais; Valorizar, preservar e ocupar os imóveis tombados e preservados; Promover mobilidade urbana aliada a espaços públicos de qualidade; Manter a cobertura vegetal existente; Valorizar os espaços livres públicos.	         	      	A Rua Mundo Novo - encosta de morro, via de fluxo local, edificações baixas, predominantemente residenciais, longos muros de fechamento de lote, grande presença de cobertura vegetal, algumas edificações preservadas. B Pinheiro Machado - eixo de fluxo intenso de mão dupla de grande importância para mobilidade da cidade, diversas edificações espaçadas e com afastamento frontal, alguns edifícios residenciais multifamiliares, edifícios comerciais e equipamentos educacionais; áreas verdes livres; presença de bens tombados. C Orlatório Durão, Burão de Triunfo - vias de fluxo local, edifícios residenciais multifamiliares de média altura sem afastamento lateral e sem encaustamento, alguns edifícios residenciais mais altos com embaçamento, algumas edificações baixas, algumas preservadas ou tombadas; existência de comércio e serviços espaçados. D Encosta de morro, cobertura vegetal. E Rua Tumbana e Rua Assunção - vias coletoras a via de fluxo local, uso predominantemente residencial com presença de comércio e serviços; presença de edifícios residenciais multifamiliares misturados com edificações baixas; grande quantidade de edificações preservadas ou tombadas; presença de espaços públicos livres; F Praia de Botafogo - presença de ciclo de fluxo intenso de grande importância para mobilidade da cidade, presença de espaços públicos livres, uso residencial com presença intensa de comércio e serviços próximo à Praia de Botafogo; predomina altos edifícios residenciais multifamiliares e há presença de algumas edificações baixas; importância da conexão visual com a Praia de Botafogo e Pão de Açúcar; G Dona Marta - encosta de morro; assentamento precário, densa, predomina uso habitacional, presença de comércio, presença de espaços públicos livres, como quadras e mirantes; espaços de grande importância simbólica; H Encosta de morro, cobertura vegetal.	Manter ambientação, Valorizar, preservar e ocupar os imóveis tombados e preservados. Incentivar o fluxo de pedestres; Valorizar os espaços livres públicos. Manter ambientação, Incentivar o fluxo de pedestres; Valorizar, preservar e ocupar os imóveis tombados e preservados. Manter cobertura vegetal. Incentivar o fluxo de pedestres; Valorizar os espaços livres públicos; Valorizar, preservar e ocupar os imóveis tombados e preservados. Manter ambientação, Valorizar os espaços livres públicos; Manter vistas e espaços de importância simbólica. Manter ambientação, Valorizar os espaços livres públicos; Manter vistas e espaços de importância simbólica; Promover melhores condições habitacionais; Manter cobertura vegetal.

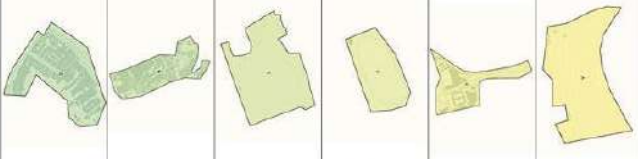
Fonte: Autora

Figura 53 - Unidades de Paisagem - parte 2

Objetivos gerais da Sub Setorização da Área de Especial Interesse Sociocultural de Botafogo		Unidades de Paisagem dentro da Sub Setorização da Área de Especial Interesse Sociocultural de Botafogo			Propostas	
Objetivos gerais da Sub Setorização da Área de Especial Interesse Sociocultural de Botafogo	Objetivos gerais da Sub Setorização da Área de Especial Interesse Sociocultural de Botafogo	Imagem	Mapa	Descrição	Propostas	
Objetivos gerais da Sub Setorização da Área de Especial Interesse Sociocultural de Botafogo	Incentivar e manter diversidade de perfis populacionais;			I Rua São Clemente - eixo retilíneo de fluxo intenso, de grande importância para a mobilidade da cidade, presença de edifícios residenciais multifamiliares misturado com edificações baixas, grande presença de comércio e serviços diversificados, muitos edifícios preservados ou tombados, presença de quadros históricos e de estradas vias de casa, espaços simbólicos importantes como Praça Nelson Mandela, Casa de Rui Barbosa, Colégio Santo Inácio, atual Casa Firpi e Praça Coronel, importância do comércio visual com Praia de Botafogo e Corcovado.	Manter: ambientação. Valorizar: os espaços livres públicos. Manter: vias e espaços de importância simbólica. Valorizar: preservar e ocupar os imóveis tombados e preservados; incentivar o fluxo de pedestres.	
	Valorizar, preservar e ocupar os imóveis tombados e preservados;			J Trecho entre Voluntários da Pátria e São Clemente - Vias de fluxo local, uso predominantemente residencial com presença de comércio e serviços; presença de edifícios residenciais multifamiliares misturado com edificações baixas; grande quantidade de edificações preservadas ou tombadas.	Manter: ambientação. Valorizar: preservar e ocupar os imóveis tombados e preservados;	
	Promover mobilidade urbana aliada a espaços públicos de qualidade.			K Voluntários da Pátria - eixo retilíneo de fluxo intenso, de grande importância para mobilidade da cidade; presença de edifícios residenciais multifamiliares misturado com edificações baixas; grande presença de comércio e serviços diversificados, diversas edificações preservadas ou tombadas; espaços simbólicos importantes como Paróquia São João Batista e Praça Nelson Mandela; via noturna interna na extremidade próxima à Praia de Botafogo.	Valorizar os espaços livres públicos; Manter: vias e espaços de importância simbólica; Valorizar: preservar e ocupar os imóveis tombados e preservados; Incentivar o fluxo de pedestres; Alvar o fluxo de veículos;	
	Mantida a relação entre o mar e montanha.			L Trecho entre Rua Real Grandeza e Cap. Salomão - Vias de fluxo local, presença de edifícios residenciais multifamiliares misturado com edificações baixas; grande quantidade de edificações preservadas ou tombadas; existência de comércio e serviços; grande quantidade de bares, via noturna interna.	Manter: ambientação. Valorizar: preservar e ocupar os imóveis tombados e preservados;	
	Preservar a área de cobertura vegetal			M Trecho entre o Cemitério São João Batista e Voluntários da Pátria - Vias de fluxo intenso para presença de edifícios multifamiliares misturado com edificações baixas; existência de comércio e serviços; existência de grande lote com edifício da empresa Furnas;	Incentivar o fluxo de pedestres;	
				N Mesa Burro e General Roldão - Vias de fluxo local, pouca presença de edifícios, muitos edifícios baixos, grande quantidade de edificações preservadas ou tombadas; existência de comércio e serviços, grande quantidade de bares, via noturna interna.	Manter: ambientação. Valorizar: preservar e ocupar os imóveis tombados e preservados;	
				O Rua da Paisagem - Via de fluxo intenso; presença de edifícios residenciais multifamiliares misturado com edificações baixas; grande presença de comércio e serviços diversificados; presença de vazios urbanos e longos muros de fechamento de lotes; algumas edificações preservadas ou tombadas.	Valorizar: preservar e ocupar os imóveis tombados e preservados; Incentivar o fluxo de pedestres; Incentivar o uso dos lotes vazios;	
				P Av. Pasteur e Marro do Pasmado - Via de fluxo intenso, de grande importância para a mobilidade da cidade; encosta de morro, cobertura vegetal; mirante espaço livre público de grande importância simbólica; edificações esportivas apontadas sobre a encosta do morro.	Valorizar os espaços livres públicos;	

Fonte: Autora

Figura 54 - Unidades de Paisagem - parte 3

Objetivos gerais da Área de Especial Interesse Sociocultural		Unidades de Paisagem dentro da Sub Setorização da Área de Especial Interesse Sociocultural de Botafogo		
Objetivos gerais da Área de Especial Interesse Sociocultural	Objetivos gerais da Sub Setorização da Área de Especial Interesse Sociocultural de Botafogo	Imagens	Mapa	Descrição
Criar espaços de debate e gestão compartilhada Preservar e valorizar espaços de importância simbólica. Manter a relação entre o mar e montanhas. Preservar as áreas de cobertura vegetal	Incentivar e manter diversidade de perfil populacional. Valorizar, preservar e ocupar os espaços tombados e preservados. Promover mobilidade urbana, alisar a espaços públicos de qualidade. Manter a cobertura vegetal existente. Valorizar os espaços livres públicos.			Q Av. Gen. Serrano - Via de Ruço Interno, de grande importância para a mobilidade da cidade, predominância de edifícios residenciais, presença de comércio e serviços, presença de espaço livre público. R Comunidade da Rua da Real Grandeza - Vias locais; encosta de morro; assentamento precário, predomina uso habitacional e há presença de comércio. S Cemitério São João Batista - Caminho horizontal; muro baixo e grade mantém a conexão visual entre rua e montanhas; possui elementos tombados; T Encosta de morro, cobertura vegetal. U Av. Lacerda Suñer - Via de Ruço Interno, de grande importância para a mobilidade da cidade, edifícios espaçados, presença de diversos edifícios tombados, presença do Rio Sal Shopping de grande importância. V Encosta de morro, cobertura vegetal.
				Propostas: Valorizar os espaços livres públicos; Promover melhores condições habitacionais; Manter vistas e espaços de importância simbólica; Manter cobertura vegetal; Incentivar o fluxo de pedestres, Valorizar, preservar e ocupar os espaços tombados e preservados. Manter cobertura vegetal;

Fonte: Autora

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No desenvolvimento deste trabalho colocamos diversos questionamentos sobre o que seria paisagem e como deveria ser sua gestão. Utilizando-nos da leitura feita pela Convenção Europeia da Paisagem, entendemos que a paisagem é um recorte do território que está diretamente ligada à compreensão da população que a utiliza. Portanto, a paisagem é uma forma de ver o mundo (MENESES, 2002), é uma relação complexa entre sujeito e objeto, marcada pela subjetividade do observador (BERQUE, 1994 apud RIBEIRO, 2020), é ainda uma construção social coletiva, um projeto compartilhado, um patrimônio coletivo, “um indicador do estado de saúde da relação de uma sociedade com seu ambiente” (CORTINA, 2011 apud RIBEIRO, 2020). Por isso, Meneses (2002) aponta a necessidade de preservar a paisagem no campo da gestão territorial, considerando aqueles que vivenciam essa paisagem e possuem estreita relação com a mesma.

Levantamos ainda, algumas das diferentes formas como a paisagem foi tratada pela perspectiva patrimonial. No âmbito nacional, apesar de diversas vezes ter sido apreendida a partir da visualidade, algumas experiências colaboram para um outro tipo de tratamento desse objeto, como a de Mário de Andrade, que entende a paisagem como fruto de trabalho coletivo, e da proposta de chancela da paisagem cultural do Rio de Janeiro pelo Iphan, que delimita uma ampla área da cidade, considerando o tecido urbano como igualmente importante. Esta chancela da paisagem cultural, como exposta na Portaria do IPHAN nº 127 de 2009, nos parece especialmente interessante no âmbito deste trabalho pois busca uma gestão da paisagem cultural compartilhada entre diversos sujeitos e implica na criação de canais de participação e interlocução social na própria elaboração da proposta (SCIFONI, 2016).

A partir da contribuição teórica de alguns autores (JACQUES, 2005; JEUDY, 2005; ZAMANT, 2015; MALTA, 2017; RIBEIRO, 2019; SMITH 2021), foi possível problematizar como funciona a patrimonialização na escala internacional, o que ela representa e algumas de suas limitações. Fica claro que é necessário um amplo debate sobre o tema, entendendo suas complexidades, para que o título internacional dado à paisagem carioca não seja apenas uma estratégia mercadológica, uma ferramenta para um branding urbano. Ademais, percebendo todo patrimônio como intangível (SMITH, 2021), o enfoque dado pelas organizações

internacionais na materialidade do objeto deixa em segundo plano as pessoas e as apropriações e vínculos que estas possuem com objetos patrimoniais. Percebemos esse fato como um problema, visto que impõe discursos de patrimônio que não privilegiam os valores daqueles que utilizam o espaço cotidianamente.

Em relação a gestão do sítio *Paisagem Cariocas: entre a montanha e o mar*, podemos perceber algumas contribuições para um melhor tratamento da paisagem cultural. Primeiro, a administração municipal incorporou a preservação da paisagem cultural no plano diretor, dando um primeiro passo rumo a um planejamento territorial que considerasse a dimensão paisagística, o que pode representar uma oportunidade de gerir a cidade a partir de uma visão holística e sustentável. Além disso, o IRPH parece viabilizar a adequação da proteção criada por um título internacional às necessidades e entendimentos locais, a partir de novas leituras da patrimonialização. Ademais, ao fazer a setorização da Zona de Amortecimento e a gestão desta zona na escala micro, o instituto possibilita a administração não só da Zona Principal, mas do sítio como um todo, como orienta o Plano de Gestão.

Por outro lado, ainda há diversos entraves para que exista uma gestão integrada que incorpore todas as complexidades existentes e para que represente de fato uma forma de planejamento territorial que compreenda a paisagem. Em primeiro lugar, falta uma melhor interlocução entre instituições de patrimônio nas diferentes esferas. Segundo, não há, atualmente, nenhum canal de diálogo e troca com a população, o que prejudica a gestão do sítio e torna esse processo por vezes arbitrário e imposto. O diálogo com a sociedade representaria um tratamento do patrimônio junto àqueles que vivenciam e utilizam a cidade diariamente, colaborando para rever o Discurso Autorizado de Patrimônio (Smith, 2021). Além disso, o IRPH tem tido dificuldades em administrar a Zona de Amortecimento. A Resolução SMU 12/2018, que cria a Faixa Limítrofe, representa uma aproximação com a escala micro do sítio, e a divisão dos gestores para as Zonas Principais representa o tratamento na escala macro. Portanto, falta uma escala intermediária que alinhe os direcionamentos existentes nas outras escalas.

Nesse sentido, o presente estudo buscou a divisão de parte do sítio em unidades de paisagem visando iniciar uma discussão sobre a gestão territorial que considere a paisagem e suas complexidades. Essa divisão busca criar uma escala intermediária que alinhe os direcionamentos existentes nas outras escalas a partir do debate com os diferentes agentes presentes no território. Não se trata de um caminho definitivo, mas sim de um primeiro passo rumo à uma nova lógica de gestão.

Assim, a partir do percurso traçado por este trabalho fica evidente a necessidade de

rever o tratamento de parte da paisagem carioca, objeto de reconhecimento internacional. Essa paisagem, muito mais do que um recorde visual reconhecido internacionalmente ou objeto de city marketing, é o espaço onde pessoas vivem, trabalham, criam laços entre si e tecem relações com o espaço. Reconhecer as camadas existentes além da visualidade configura uma abordagem mais complexa e completa, necessária à gestão de um sítio tão abrangente e multifacetado.

Torna-se urgente criar espaços de debate que sejam motores de transformações na gestão da chamada Zona de Amortecimento do sítio *Paisagem Cariocas: entre a montanha e o mar*. A legislação existente, como as APACs, a lei da cota 100, e a faixa limítrofe, apesar de colaborar para a manutenção da ambiência, não consideram outras questões para além da visualidade. É necessário, portanto, a revisão da legislação junto a população de forma que sejam consideradas também as camadas simbólicas, superando o fetiche da forma e a busca pela excepcionalidade.

Se a existência de um título de patrimônio internacional nos moldes observados é bastante questionável, é através da adequação do processo de gestão que a patrimonialização pode trazer reais benefícios aos que vivenciam essa paisagem. É possível dar um novo sentido à patrimonialização dessa paisagem se repensarmos a gestão do sítio *Paisagem Cariocas: entre a montanha e o mar*, tornando-a mais participativa e mais adequada à realidade carioca. Finalmente, entende-se que a paisagem pode se tornar uma poderosa ferramenta de tratamento do território pois ela, como patrimônio coletivo que agrega camadas simbólicas herdadas e em contínua construção, é muito mais do que a visualidade aponta.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADVISORY BODY EVALUATION. ICOMOS. 2012. Disponível em: <https://whc.unesco.org/uploads/nominations/1100rev.pdf>. Acesso em 03/01/2022.

BORDO, Adilson *et al.* *As diferentes abordagens do conceito de território*. GPECT. 2013 Disponível em: <https://gpect.files.wordpress.com/2013/11/as-diferentes-abordagens-do-conceito-de-territ3b3rio.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2022.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Portaria IPHAN nº 127 de 30 de abril de 2009. Diário Oficial da União, 05 de maio de 2009.

CARTA DE ATENAS. Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, nov. 1933

CARTA DE VENEZA. II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, maio 1964.

CONVENÇÃO PARA A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO MUNDIAL, CULTURAL E NATURAL. Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. Paris, 1972

CORTINA, Albert. La Ley 8/2005 de protección, gestión y ordenación del paisaje. *Guia de integración paisajística La política de paisaje en Cataluña*, 2011.

CORTINA, Albert. *Landscape ethics, a moral commitment to responsible regional management*. Ramon Llull Journal Of Applied Ethics, 2011.

CULLEN, Gordon. *Paisagem Urbana*. Lisboa: Edições 70, 2008.

DOSSIÊ DA CANDIDATURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO A PAISAGEM CULTURAL BRASILEIRA. Comitê Institucional Da Candidatura Do Rio A Patrimônio Mundial. 2011. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossi%C3%AA%20portugu%C3%AAs%2028%20mar%C3%A7o%202011%20RJ.pdf>. Acesso em 03/01/2022.

JEUDY, Henri-Pierre. *Espelho das cidades*. Casa da Palavra, 1ª edição. Jan. 2005.

MALTA, Eder. *Consumindo Paisagens: Patrimônio Cultural, Turismo e Enobrecimento Urbano no Rio de Janeiro*. TOMO, ed. n. 31 (2017): jul./dez., 31 out. 2017. DOI <https://doi.org/10.21669/tomo.v0i0.7650>. Disponível em:

<https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/7650>. Acesso em: 29 jan. 2022.

MARTÍ, Pere Sala i. Los catálogos del paisaje. *Guia d'integració paisatgística*. La política de paisatge, Catalunya, ed. 1, 1 set. 2010. Disponível em: https://territori.gencat.cat/web/.content/home/01_departament/documentacio/territori_urbanisme/paisatge/publicacions/Guia_integracio_paisatgistica_4_politica_de_paisatge/documents/04_politicapaisatgecastella.pdf. Acesso em: 29 jan. 2022.

MENESES, Ulpiano. *A paisagem como fato cultural*. In: YAZIGI, Eduardo. Turismo e Paisagem. São Paulo: Contexto, 2002. p.29- p.64.

MERLINO, Paula. *Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar: Elementos para uma gestão integrada da Orla de Copacabana*. 2020. Banca de Qualificação de Mestrado (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) - PEP MP/IPHAN, Rio de Janeiro, 2020.

MERLINO, Paula. *Sítio Paisagens Cariocas Patrimônio Mundial - Monitoramento e Gestão*. Pós Patrimônio Cultural CEFET RJ. 2021. 1 vídeo (1 hora e 50 minutos). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=k4wAxL77g5g>. Acesso em: 29 jan. 2022.

MOTTA, Lia. O Patrimônio Urbanístico E Seus Usos Sociais. In: PAES, Maria Tereza e SOTRATTI, Marcelo. *Geografia, Turismo E Patrimônio Cultural Identidades, Usos E Ideologias*. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017

NARANJO, Florencio Zoido. La aplicación y el seguimiento del convenio europeo del paisaje. *Guia de integració paisajística La política de paisaje en Catalunya*, 2011.

PLANO DE GESTÃO DO SÍTIO - RIO DE JANEIRO: PAISAGENS CARIOCAS ENTRE A MONTANHA E O MA. Rio de Janeiro, fevereiro de 2014

PODER EXECUTIVO DA PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Lei complementar nº 111/2011, de 1 de fevereiro de 2011. Dispõe sobre a Política Urbana e Ambiental do Município, institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro e dá outras providências. Rio de Janeiro, 1 fev. 2011. Disponível

em: http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/6165622/4162211/LC111_2011_PlanoDiretor.pdf. Acesso em: 29 jan. 2022.

PODER EXECUTIVO DA PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Projeto de lei complementar nº 44/2021. Dispõe sobre a política urbana e ambiental do município, institui a revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro e dá outras providências. Rio de Janeiro, 22 set. 2021. Disponível em: <https://planodiretor-pcrj.hub.arcgis.com/documents/projeto-de-lei-complementar-n%C2%BA-44-2021-revis%C3%A3o-do-plano-diretor/explore>. Acesso em: 29 jan. 2022.

RIBEIRO, Rafael Winter. *Gestão da paisagem, gestão da cidade: quais os legados do rio de janeiro para o patrimônio mundial?*. CPC, São Paulo, 2019.

RIBEIRO, Rafael Winter. *Paisagem cultural e patrimônio*. Rio de Janeiro. IPHAN, 2007

RIBEIRO, Rafael Winter. *Paisagem cultural urbana e paisagem histórica urbana: o Rio de Janeiro e os desafios recentes para a lista do patrimônio mundial*. "Identities: territorio, proyecto, patrimonio", 2016, núm. 6, p. 235-255.

RIBEIRO, Rafael Winter. *Paisagem*. Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. IPHAN. Agosto de 2020.

ROCHA, Lurdes Bertol; ALMEIDA, Maria Geralda. *Algumas reflexões sobre cultura, território e mundo-vivido na abordagem da geografia cultural*. GEONORDESTE, São Cristóvão, SE, 07/2008. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/9189/2/Geonordeste_2_2008.pdf. Acesso em: 29 jan. 2022.

SANDEVILLE JR, Euler. *Paisagem*. São Paulo. Paisagem Ambiente: ensaios n. 20, 2005.

SCIFONI, Simone. Paisagem cultural. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). ISBN 978-85-7334-299-4.

SEBASTIÃO, Guilherme. *A paisagem como forma simbólica: uma análise da teoria da paisagem de Anne Cauquelin*. São Paulo. ARS, 2021

SILVA, Aline de Figueirôa. *Por uma epistemologia contemporânea da paisagem: ensaio sobre cinco proposições teóricas*. Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, [S. l.], v. 21, n. 36, p. 54-68, 2015.

SMITH, Laurajane. *Desafiando o Discurso Autorizado de Patrimônio*. Caderno Virtual de Turismo, v. 21, n. 2, 2021.

UNESCO. Recomendação sobre a Paisagem Histórica Urbana. Paris, 10 de novembro de 2011

UNESCO. Unesco World Heritage Convention, 2021. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/en/convention/>>. Acesso: 06 de dez. de 2021.

VITTE, Antonio Carlos. *O desenvolvimento do conceito de paisagem e a sua inserção na geografia física*. Mercator, Fortaleza, v. 6, n. 11, p. p. 71 a 78, nov. 2008. ISSN 1984-2201.

ZAMANT, Véronique. *Le paysage culturel, entre préservation et développement. Les enjeux institutionnels de la patrimonialisation du paysage de Rio de Janeiro*. Information géographique v.81, nº2, 2017.

ZAMANT, Véronique. *Rio de Janeiro e suas Paisagens - Entre Perspectiva Histórica e Usos Contemporâneos*. Espaço Aberto, v. 5, n. 2, 2015.

8. ANEXO I - ENTREVISTA

Locutor: Quer que eu compartilhe a tela de perguntas ou...

Paula: não, eu abri aqui, consegui.

L: Primeiro, super obrigada pela disponibilidade, tá Paula. Nas suas férias, você teve esse tempinho aí pra mim.

P: Nada, que isso, bom para matar a saudade um pouco

L: Eu vi a sua entrevista lá no YouTube, você me mandou o link e já tinha várias que eu não sabia, do andamento dos estudos. Foi ótimo.

P: Ah, legal.

L: Então vamos. Essa primeira pergunta, né. O que acontece, o IRPH antigamente, na verdade esse conceito de paisagem cultural ele entrou no plano diretor de 2011, que existiu esse instrumento, né. Eles criaram esse instrumento que era Paisagem Cultural, mais ou menos na mesma época que estava desenvolvendo a candidatura. O Plano Diretor de 2011, né, o antigo, a candidatura foi declarada em 2012, mas essa candidatura já vinha de vários anos, de 2001, que foi se ajustando com a Unesco. Então assim, a nossa, na verdade, a gente incorporou, né, foi a visão da Unesco mesmo. Porque a gente como prefeitura até então, a gente no IRPH (antigamente era DGPC, depois virou SUBPC, depois SEDREPAHC, em 2012, quando saiu o título, né, quando foi declarado a paisagem patrimônio mundial, a prefeitura criou (o prefeito na época Eduardo Paes) criou, transformou, o órgão de patrimônio em IRPH, e aí a gente começou a ter essa atribuição de cuidar dessa paisagem.

L: Sim, junto com o título né, criou o órgão para isso.

P: Aí foi criado o ETPC, escritório técnico da paisagem cultural. A gente, foi bem nessa época né, de 2012 até perto das Olimpíadas, a gente fazia, fez, um trabalho muito (nessa eu não era gerente ainda né, eu trabalhava com a Coordenadoria, tinha uma Coordenadoria à qual pertencia o ETPC e eu era assistente da coordenadora) então a gerente na época era até a Natália que hoje é coordenadora da Laura. Assim, o que foi desenvolvido foram muitos levantamentos, foram muitas ações, assim, a gente tinha um Comitê da Orla, que era o pessoal da Secretaria de Conservação né, e a gente fez muitas ações porque naquele momento estava preparando a cidade para os jogos olímpicos. Então a primeira preocupação que teve no ETPC não era nem muito essa coisa ainda conceitual, era proteger, né, a paisagem dessas milhões de intervenções que foram feitas para as Olimpíadas. E a gente, na verdade, depois que passou Olimpíadas, passou a Copa, mudou o governo, e a gente começou a pensar mais nessa coisa conceitual da paisagem, essa ideia de conceituar, isso tudo começou mais a partir de 2016,

2017, já na mudança de governo que a gente começou a pensar o que que a gente queria para aquela paisagem, trabalhar a Zona de Amortecimento, que até então a gente estava muito focado no Sítio. A gente tem no sítio Setor A, Setor B, que são aquelas áreas principais, e tem o Setor C, que é a Zona de Amortecimento ou a *Buffer Zone* (como a gente chama oficialmente lá). Mas nesse caso geralmente quando você tem um patrimônio mundial, você tem uma área né, uma “área Sítio”, uma área principal, que eles chamam de *Core Zone*, e em volta tem essa Zona de Amortecimento, que é pra fazer essa transição do resto da cidade até chegar naquela parte que é patrimônio mundial. No Rio, a Zona de Amortecimento tá no meio, então você tem dois setores que é: toda a montanha e você tem um Setor que é toda a borda, ali no meio você tem a Zona Sul do Rio que são bairros, assim, bastante protegidos, tem Área de Proteção do Ambiente Cultural, tem muitos bens tombados... Mas a gente não tinha nenhuma regulamentação pensando nessa Zona como Zona de Amortecimento dessa paisagem patrimônio mundial. Então a gente foi começando a estudar isso. Na verdade, eu fui estudar no Iphan por causa disso também né. Pelo plano de gestão, o município tinha essa atribuição tanto de gerir as áreas do Sítio, quanto essa área Zona de amortecimento, que é uma área que sofre muita pressão, são as áreas mais valorizadas da cidade.

Aí eu comecei, lá eu estudei com Rafael Winter, na verdade foi quem trabalhou quem fez essa interface com a Unesco foi o IPHAN, desenvolveu a candidatura, teve a participação da prefeitura do Rio, de Niterói, governo do Estado, foram muitos grupos, muitos órgãos que trabalharam mais até o final mesmo. O trabalho tanto do dossiê quanto do plano de gestão, são a visão do Iphan. E a gente, né, assim, eu comecei a estudar sobre paisagem justamente por causa da candidatura. Então a base, dossiê e o plano de gestão, são as bases da nossa atuação. Quando eu fui fazer o mestrado eu pesquisei outras... Eu até posso te dar meu texto de qualificação e tem uma parte que eu fiz justamente esse resumo de patrimônio com a paisagem. A gente já protege a paisagem como patrimônio há muito tempo né, os entornos de bem tombado, tombamento de cidades, [por exemplo], Chapada da Diamantina com a Serra dos Cristais, aquilo a gente tá falando de paisagem cultural, só que não existia esse conceito, esse conceito foi sendo desenvolvido mais tarde. Na verdade, no Rio temos as APACs, que são aquelas Área de Proteção do Ambiente Cultural, isso é paisagem, é a paisagem cultural, né, só que são pequenos trechos. Tipo a Urca, a Urca tem um modo de vida totalmente próprio, assim como o Grajaú ou outros outros bairros. É diferente o foco quando você tem a APAC você está trabalhando muito com edificações. Se você pegar os outros escritórios técnicos, o IRPH tem três escritórios técnicos, o centro que pega a parte do Corredor Cultural,

a Zona Sul que pega as APACs, na Norte que pega o Santa Cruz, pega Grajaú, Tijuca tem algumas APACs, então são esses três. E o ETPC, esse na verdade esses escritórios, que a gente chama gerência de conservação, cuida das APACs a partir dos imóveis. Então a gente vê, quando a pessoa vai licenciar uma reforma, tem as regras de acordo com decreto daquela APAC, se os prédios são preservados você não pode modificar, alguns prédios são tutelados, então o IRPH aprova o projeto do que vai ser construído, tem parâmetros urbanos diferentes do resto da cidade, ele pode ter um zoneamento, mas ali vai ter outro gabarito, outra implantação de acordo com aquela delimitação. Então a gente faz isso, delimita, estuda um espaço, delimita e ali dentro daquela delimitação a gente muda os parâmetros urbanos de maneira a proteger aquela ambiência, isso é coisa de paisagem.

Nesse texto que eu posso mandar da minha qualificação onde eu faço esse conceito de paisagem, é interessante que você vê isso, na verdade tá protegendo a mesma coisa né, só que tem o nome diferente. [Por exemplo,] uma janela de madeira em Ipanema que você vai trocar as quadrilhas de um prédio preservado, você não vai poder botar uma janela qualquer, você vai ter que por uma janela ou de madeira ou de PVC parecido com a madeira. Então a gente vai ter que autorizar essas coisas. Como na zona de amortecimento, quando a gente pensa na Zona de Amortecimento, a gente está pensando numa escala muito maior né. Então a gente não sabia como fazer isso, a gente vai opinar o quê? Todos os processos da Zona Sul vão passar pelo escritório? Ia ser uma coisa meio absurda, era uma quantidade de processo que a gente não tinha condição de acompanhar. Então a gente começou a pensar nisso. Na verdade, quando você fala desses atributos, dessas visadas, isso tudo a gente partiu mesmo do dossiê, até porque o dossiê foi construído em conjunto com todo mundo. Então esse conceito de paisagem cultural a gente foi buscar na Academia. É um conceito muito da geografia. Lá no IRPH a gente tem uma geógrafa só que conseguiu vir de outra Secretaria, porque a gente lá só tinha arquitetos mesmo.

Você perguntou também sobre o patrimônio imaterial, é a mesma coisa, a gente começou a ter vários tombamentos, na época do César Maia que começou... tombou a torcida do Flamengo, tombou o samba, e começou lá dentro criar esse né.. O IPHAN tem uma polícia de patrimônio imaterial muito, muito forte, consistente.

L: Os arquitetos não estão preparados para isso.

P: A gente não! Então a gente tem uma historiadora, que no caso é a Juliana, que ela por acaso é arquiteta e historiadora. Que não existe essa função na prefeitura, historiador ou você ou é professor de história ou você é profissional de nível superior, que aí depende de onde você

fica encaixado, não é como arquiteto, geógrafo, engenheiro. Isso não existia, não existe a figura do historiador, antropólogo. Então isso é uma coisa que a gente trás para abarcar outras partes do patrimônio. Então a Juliana começou principalmente com a coisa da herança africana, do circuito do Cais do Valongo. Um pouco antes disso a gente começou a mudar essa política do patrimônio. Até hoje o vereador tomba o golfinho. Teve um projeto de lei para tombar o golfinho. De vez em quando sai alguma coisa assim, a gente tenta... a gente faz bastante estudo de registro também, então a gente registrou o frescobol que tem tudo a ver com a...

L: Tem tudo a ver com a praia e com a ambiência da praia.

P: Isso. Então tem algumas coisas que estão sendo estudadas, mas é aquela coisa, a gente não tem essa estrutura e a gente vai meio que fazendo como consegue né. Depende muito da vontade política, e é bem difícil porque muitas vezes as pessoas não tem, assim do patrimônio imaterial, ainda não tem esse entendimento. Porque acha que vai tombar o bate-bola. Não é o tombamento do bate-bola. A gente fez uma pesquisa dos grupos solicitados, então tem mais demandas que a gente tenta fazer da maneira certa, mas tem muitos tombamentos que precisam realmente ser revistos.

L: Então vamos fechar só essa pergunta. Eu botei essa pergunta aqui porque eu queria saber justamente isso, você já me falou. Veio então do estudo do dossiê de todo esse arcabouço que foi criado durante esses dez anos. E na verdade para fazer essa candidatura teve que se adequar então ao conceito da Unesco né, então isso acabou que influenciou vocês.

P: A primeira candidatura do Rio era como um Sítio Misto, que a Unesco tem essas duas categorias. Na verdade eles tão tentando acabar, né. Tem dois organismos que cuidam, então tem um que é só do patrimônio natural e outro só patrimônio cultural. No Rio tentamos entrar como sítio Misto, só a primeira candidatura, e o pessoal do patrimônio natural chegou aqui e disse: não, não é, isso é cultural. Toda a história da floresta da Tijuca, reflorestada. Então eles sugeriram que se fizesse a candidatura como paisagem cultural. Então voltou-se a esse documento, e a gente foi estudando e chegou nesse recorte. Então foi um recorte muito específico justamente para atender. Porque aí vem um consultor da Unesco... conversa... discute o que é melhor. Na verdade, as pessoas questionam muito: “porque não entrou Ipanema, Leblon, a Barra”, porque essa característica, essa paisagem mundialmente famosa do Rio de Janeiro, Copacabana já representa. Então não precisa ter todas as praias, a Zona Sul da cidade já é muito bem representada e tem muito esse valor e, imaterial, representado pela Copacabana. [Por exemplo,] tinha um evento internacional, e a gente tava na reunião e a

pessoa que estava organizando falou: “A gente lançou como Rio de Janeiro/Brasil, e aí as pessoas não se interessavam muito, aí colocamos Praia de Copacabana e bombou”. A praia de Copacabana é mais conhecida do que o Rio de Janeiro, na verdade. Quando botou Praia de Copacabana as pessoas se interessavam mais pelo nome, tem uma magia, tem uma coisa.

L: Você falou que vieram consultores. Então foi durante esse processo de tentar atender o conceito Unesco, encaixar o Rio nisso também?

P: Isso. Com Paraty também foi a mesma coisa né, Paraty e Angra, e também o Sítio Burle Marx agora também foi declarado patrimônio mundial, também na mesma categoria, paisagem cultural. Acho até que vai ser a gente que vai cuidar dali, ainda não conversamos sobre. Tem esse problema da administração pública que é a falta de continuidade. Começa um governo, no meio do caminho muda, então o que era prioridade, mudam as pessoas, mudam os cargos de confiança, secretário... então nós, que somos os funcionários, que tão lá sempre, sempre recomeçando, tentando convencer as pessoas e mostrando a importância.

L: No governo Crivella você acha que ficaram mais paralisadas essas questões?

P: No governo Crivella ficou bastante paralisada muita coisa né, então não tinha muito investimento e, juntamente com essa questão do Comitê parar de existir né.

L: Mas ele parou em 2019 né?

P: Isso. A gente fez bastante coisa de 2017 até 2019, a gente conseguiu o Comitê. Ele funcionava muito bem.

L: Peraí, tem uma pergunta disso, deixa eu ver... A segunda pergunta então. Mas então eu queria saber, vocês seguindo o dossiê e o Plano de Gestão, então eles tem os limites...

P: Sobre os limites tem uma coisa. O que acontece? Para apresentar para a Unesco, geralmente eles pedem a delimitação por escrito. No nosso caso, o que eles mandaram foi uma planta em AutoCad na escala 1:20.000 só com aquele contorno, mais ou menos... uma coisa que foi elaborada pelo comitê. Quando foi declarado o sítio a gente precisava ou fazer essa descrição, que ia ser uma coisa muito complexa, que pega curva de nível, uma coisa que a chance de fazer e dar errado era muito grande. E aí a gente fez um grupo de trabalho, foi chefiado pelo Comitê, na época foi chefiado por Isabelle Cury que coordenava, do IPHAN, aí juntou o pessoal da Secretaria de Urbanismo, Macroplanejamento e a gente fez, a Unesco aceitou que se fizesse uma delimitação georreferenciada. Então aí a gente fez alguns ajustes. Existia uma delimitação oficial do Parque da Tijuca que foi utilizada, e da Zona de Amortecimento do Parque da Tijuca. O exército tinha muitas bases dos Fortes que compunham também o sítio... então a gente foi fazendo. Foram muitas reuniões. Isso começou em 2014/2015 e ficou até 2018, até conseguir fechar. A gente fez uma apresentação

no Comitê (o Iphan deve ter isso registrado em ata, eu posso até ver). Você pergunta bastante coisa sobre o Comitê Gestor. A gente tem umas atas, uns documentos.

L: Se isso é público, isso seria muito interessante. Mas quando vocês fizeram, quando vocês fizeram o georreferenciamento, isso modificou o sítio para Unesco também então?

P: Na verdade, a gente aprovou isso no Comitê Gestor. Não teve muita mudança. Quando a gente ampliou, algumas linhas passavam por dentro do lote, então a gente tava combinado com a Unesco que a gente ia fazer esse ajuste.

L: Não foram grandes modificações então, vocês não incluíram jardins ou tiraram...?

P: Não. A gente tirou na verdade uma área, que eram uns prédios na área do Sítio, eles ficavam na área do sítio ali no Arpoador. A gente botou eles na Zona de Amortecimento, e depois até a gente viu que não foi uma boa ideia porque eles começaram a pedir uns prédios enormes ali. A gente já acompanhava todos esses locais, todos os locais do sítio já eram tombados antes: Parque do Flamengo, enseada de Botafogo, a orla de Copacabana... [Também no município] Em 2009 a gente teve um decreto que tombou as obras do Burle Marx então o paisagismo é tombado: do Parque do Flamengo, da orla de Copacabana... Então tem um tombamento Municipal por lei do Parque do Flamengo mas tem também o tombamento do paisagismo, e tem ainda o tombamento Federal do Parque. Então tudo tem uma outra proteção. Isso foi até um ponto positivo para Unesco porque essas áreas já eram muito protegidas né. Então, o que a gente tenta fazer é isso, é organizar essa gestão.

L: Então conceitualmente não mudou nada, foi a questão prática do ordenamento.

P: Uhum. Em 2017, quando começou o governo Crivella, a gente era uma Secretaria ligada na época ao gabinete do prefeito Eduardo Paes, a gente, o IRPH, no nome é um Instituto mas na verdade não é um instituto, a gente não têm verba... é só um nome, mas a gente era ligado diretamente ao gabinete do prefeito. Quando o Crivella assumiu, ele botou a gente dentro da Secretaria de Urbanismo e a gente passou a compartilhar a mesma base, aquela base de licenciamento, legislação bairro a bairro. Aí o urbanismo veio e falou “olha, a gente vai inserir a Zona de Amortecimento e o Sítio, e aí? Vocês vão analisar todos os processos?”. Aí a gente começou a estudar isso viu que tinha uma faixa limítrofe, aquela primeira faixa. Porque o que era Sítio é só a área pública. Então pensa Copacabana: você tem o calçadão e a fachada de prédios. O calçadão é Sítio, a fachada de prédios não, é Zona de Amortecimento. Tanto que na orla de Copacabana, para as Olimpíadas, demoliu prédio e construiu outro. Então teve algumas construções que não foram boas, que revestiram alguns prédios de espelho, esses hotéis espelhados. Teve um hotel que construiu 4 pavimentos a mais. No Leme eles

demoliram um que era com 10 pavimentos para fazer 14. A gente achou que a orla de Copacabana já estava totalmente consolidada. Tinha assim, o Zona Sul [super mercado] do Leme, que é baixinho, tinha aquela casa que era o Consulado da Áustria que virou o hotel Emiliano, e depois aquela casa de madeira foi demolida e tá com projeto, acho que é o último terreno vago antes do Zona Sul do Leme.

L: Que não vai durar muito.

P É, acho que não. Mas aí a gente fez essa diferença do que era essa primeira fachada, que a gente chama de faixa limítrofe, a gente opina em tudo praticamente, qualquer construção, modificação, demolição, porque aquilo tem um impacto direto no Sítio, ela é a Terceira Dimensão da paisagem. Não dá para você pensar na orla de Copacabana sem pensar nos prédios, nem no Parque do Flamengo sem pensar também ali naquele entorno. Uma coisa que a gente acrescentou também na delimitação, é que não pegava nada do Centro, não tinha zona de amortecimento ali no aeroporto [Santos Dumont]. A gente puxou um pouquinho a Zona de Amortecimento e incluiu algumas áreas na Zona de Amortecimento. Isso foi aprovado pelo Comitê. Eu não sei se isso foi enviado à Unesco, que eu saiba não foi. Teoricamente a gente teria em 2022 que prestar contas, mostrar para a Unesco. Só que, assim, é uma coisa que nunca me foi explicado muito bem como seria e isso é uma coisa que eu acho que quem vai capitanear é o Iphan, caso tenha isso né. Tanto que no Comitê Gestor a gente apresentava todos os nossos estudos e pensava como a gente vai monitorar para dizer o que aconteceu. Tinha alguns pontos polêmicos, como foi o Mirante lá do Pasmado. O comitê teve uma atuação bem forte mas depois teve aqueles problemas, eles tiraram muito o poder das pessoas e acabou. Antes mesmo de extinguir, as pessoas já estavam meio desinteressadas porque ficou entendido pela coordenação do Iphan que o Comitê Gestor não iria analisar projetos. E aí ficou num impasse, acabou que foi aprovado o Museu Memorial do Holocausto e foi construído. A gente fez uma análise, fez algumas sugestões. Tinha a primeira versão do projeto que era muito mais agressiva à paisagem, tanto a paisagem do Morro e tal, quanto ao tamanho daquele totem. Aí a gente conseguiu rever o projeto, foi feito o paisagismo. Foi adaptado mas foi uma coisa muito imposta, né, não houve a discussão. Aí começou essa conversa de qual a função do Comitê né, o Comitê vai analisar projeto ou não vai? E acabou decidindo que não, que o Comitê só ia discutir e indicar, mas ele não teria esse poder de dizer ‘esse projeto pode, esse projeto não pode’, autorizar ou não, isso seria feito pelos órgãos. Aí teve um entendimento lá também de uma área de estudo que no Iphan não estava publicado. E aí eles não podiam considerar... mas sempre consideraram. Então ficou uma coisa meio solta, meio esquisita. Acho que ainda está no Ministério Público, isso tá rolando lá...

L: Você falou que tiraram o poder das pessoas no Comitê, como assim?

P: Porque a gente começou tinha representante da sociedade civil, tinha representantes do ICOMOS, das associações de moradores. Então começou a associação de moradores de Botafogo a ser contra, porque saiu assim na capa do Diário Oficial “vão construir no Morro do Pasmado” e todo mundo ficou né, botaram na pauta da reunião né: “Vamos discutir isso”. E aí foram cobrar da prefeitura que o Comitê tinha que autorizar, aprovar o projeto. A prefeitura junto com o IPHAN entenderam que não. Aí teve uma série de discussões... a gente na época tava elaborando nosso regimento interno, que não tinha ainda. A gente funcionava sem regimento. A gente votou, elaborou e quando veio isso eles resolveram mudar. Quer dizer, não foi aprovado pela coordenação do IPHAN de Brasília, eles não autorizaram aquele regimento interno que dava certo poderes. E aí o povo ficou meio desanimado.

L: E isso foi em que ano mais ou menos?

P: Isso foi em 2018, que começou esse embate sobre qual seria a função do Comitê.

L: Tem memórias desse Comitê? Tem ata?

P: A gente tem um grupo, um Google lá que eles mandavam. Não sei se isso é público, que eu saiba não tem publicado, posso depois até perguntar pra Isabelle, que ela que acompanhou. Eu tenho esses documentos né, as atas, tem várias versões que a gente tentou mandar. Porque teria que ser feita uma Portaria para regulamentar o Comitê e nunca foi publicado, a gente mandava versão e eles voltavam. E aí a última reunião que teve do Comitê foi em março de 2019, que foi um pouquinho antes da pandemia, geralmente era na segunda ou na terceira semana de cada 3 meses.

L: Isso foi antes do Decreto então. Foi um ano antes da pandemia.

P: Isso. Exatamente. Aí virou um grupo gestor e era tudo facultativo, a participação, não tinha mais ata, era memória da reunião. Então meio que foi rebaixado de Comitê para um grupo gestor. E aí assim, nós que somos funcionários, a gente que tá trabalhando a gente vai lá no local de trabalho. Agora, outras pessoas, que eram da sociedade civil, elas tinham que fazer um esforço pra tá ali, porque era de tarde, duas horas da tarde. Também se fizesse fora da hora do trabalho... Então a maioria então começou a pintar uma coisa [menos participativa]... até que foi morrendo. Mas o IPHAN já tava querendo passar isso pra prefeitura, porque eles estavam sentindo que ele [o Comitê] estava com pouco autonomia, ninguém da prefeitura também foi lá e abraçou e falou: “A gente vai fazer”. Não fez. A gente podia tentar fazer um comitê Municipal, alguma coisa assim. A gente tem o Comitê da Orla, que a orla marítima

aqui no Rio é uma APA, Área de Proteção Ambiental, pega toda a Orla. Então para a gente internamente, para abrir gestão com a prefeitura, era interessante. A gente participava desse grupo, e a gente levava os problemas da orla de Copacabana, porque lá tinha Conservação, Meio Ambiente... vários órgãos e aí a gente conseguia falar sobre alguns problemas. A gente... o Patrimônio, não tem poder de polícia, a gente não autua, a gente não faz nada. A gente só vê e comunica ao órgão. Então a gente tá muito na rua porque como a gente tem os processos a gente vai vistoriar, a gente faz monitoramento, vai nos pontos de visada, levantamentos...

L: Mas aí esse Comitê da Orla também acabou?

P: É, não teve nenhuma reunião também depois, mas a gente tá... não teve nenhuma reunião depois da pandemia acho que eles nem fizeram reunião remota. Acho que não fizeram não... tudo ficou meio parado né.

L: Deixa eu fechar aqui...Sobre o Memorial do Holocausto ainda. Então inicialmente a Associação de Moradores já bateu de frente né, porque era um grande impacto. Ela se localiza na Zona de Amortecimento no Morro do Pasmado. E vocês opinavam e outras questões da Zona de Amortecimento? Discutiam dentro do comitê?

P: Então, quando... a gente... não, não. Assim, a gente apresentava o nosso monitoramento né, que a gente começou a pensar: “Como que a gente vai analisar esses processos?” Não dá para a gente proteger a paisagem toda, senão você não vai poder mudar nada, e a proteção da paisagem não é isso, não é sair tombando tudo. Se não tombaria toda a cidade como Ouro Preto né... Não cabe um tombamento aqui no Rio de Janeiro né, um tombamento do conjunto da cidade inteira.

Então a gente começou a pensar aqui o que que teria que ser priorizado, não dá para a gente manter tudo. Então vamos pegar esses pontos, que o próprio dossiê já elencava. A gente tem os mirantes de onde a gente vai e consegue enxergar a cidade com aquelas visadas mais conhecidas: em cima do Corcovado, Mirante do Dona Marta em que se vê a enseada de Botafogo... e a gente foi pegando esses pontos e foi fotografando. Então quando vinha um processo de um projeto em Botafogo, a gente sabia que no meio de Botafogo já é verticalizado, então se subir algo ali fica mimetizado na paisagem. Quando era Jardim Botânico, que já tava mais perto da encosta... então a gente fez meio que uma setorização. Até essa setorização a gente apresentou no Plano Diretor também, o Plano Diretor que foi enviado agora para a Câmara. Até tava vendo aqui a página do Plano Diretor, tudo bem completinho, têm o projeto de lei que foi encaminhado... isso é legal. Acho que até têm um o passo-a-passo tem até a apresentação que a gente fez. Fizemos alguns estudos, reuniões... foi

um Plano Diretor bem participativo, sabe? Tinham grupos de discussão que tinha muita gente da sociedade, depois a gente fez audiências públicas.

L: Então talvez isso seja agregado ao Plano?

P: Sim, sim.. está sendo considerado a paisagem, tanto a zona de amortecimento (ela entrou como uma Zona de Ocupação Controlada). Isso tudo foi considerado no Plano Diretor, essas áreas, tanto a Zona de Amortecimento do Parque da Tijuca. Que é um área que era bem complicada porque era toda né... a gente chama de Zona de Amortecimento Setor C, essa parte entre o mar e a montanha, só que a Zona de Amortecimento pega todo o maciço da Tijuca, Jacarepaguá, pega vários bairros da Zona Norte... também têm APA ali então tem outros... mas ali como é a Zona de Amortecimento do Parque a gente não opina. Ali já é uma área teoricamente de proteção ambiental, você está no entorno de um Parque Nacional. O Parque da Tijuca é um parque nacional que é gerido pelo ICMBio, federal né. Então o que acontece ali acaba sendo mais uma questão de Meio Ambiente. Mas é justamente a área que a gente tem muita ocupação, que é a parte de Jacarepaguá... então têm uns problemas bem... isso afeta a paisagem mas antes é o meio ambiente né.

L: Vocês ficam mais com o Aterro, com a praia e com a Zona de Amortecimento.

P: Isso. É o que a gente chama de bordas d'água, as enseadas...

L: Inclusive eu ia pedir esses mapas dessa zona que você falou que vocês mais opinam, essa faixa limítrofe. Vocês têm esses mapas, essa delimitação. Inclusive ia perguntar se modificaram alguma coisa, porque eu não tô conseguindo ver a delimitação do sítio [no mapa online disponibilizado pela prefeitura] e a Zona Limítrofe não está marcada.

P: Não, não... A zona limítrofe na verdade ela saiu como uma listagem de logradouros. Têm uma resolução que dizia que tudo que for localizado na Zona de Amortecimento Urbana Setor C, ia ser analisada pelo ETPC. Aí no meio era só se fosse construção nova ou se fosse aumentar altura. Então se for uma reforma de uma fachada numa área da Zona em Botafogo, a gente não vai opinar... mudança de uso... nada disso tem importância para a escala da paisagem. Mas um lugar que você não tem um prédio, e coloca ali, é um impacto grande.

L: Isso é uma portaria?

P: Isso é uma resolução SMU (acho que é 12 de 2018, tem no site da SMU). Depois dá uma olhada mais detalhada na mapinha. A gente dá uma listagem que são todos esses logradouros. A gente até tentou desenhar mas não fica bom... funciona melhor a listagem. Queriam que a gente fizesse listagem de tudo né, aí eu falei: "Não dá pra gente listar tudo que têm no Sítio, se não a gente vai três anos só fazendo isso. Mas é isso que a gente conseguiu, eles aceitaram

o mapa, aceitaram essa listagem. E assim, quando tão na dúvida mandam, a gente de vez em quando recebe coisa de Jacarepaguá, mas aí a gente encaminha pro Meio Ambiente.

L: É eu ia falar a mesma coisa, às vezes no IPHAN a gente também recebe.. não sabem se é patrimônio ou não...

E aí o Comitê Gestor ficava mais nas Zonas principais do sítio. A Associação de Moradores puxou esse assunto do Morro do Pasmado...

P: E o ICOMOS também.

L: Preocupado com esse impacto?

P: Isso. E também o representante do ICOMOS que era o Rafael Inter e o Júlio Sampaio (eles se alternavam, um era suplente do outro). E quem pediu essa discussão depois de ter saído essa notícia da construção foi o pessoal do ICOMOS, fez uma moção, uma manifestação... Tinha a Sônia Rabelo, que era Procuradora, depois vereadora, ela ficava no Urbanismo e tal. Representava a Federação das Associações de Moradores (FANRio). Eles criaram isso, essa coisa de como estão construindo. Têm as orientações da UNESCO que dizem que quando você tem qualquer obra de vulto, tem que ser encaminhado ao Patrimônio Cultural Mundial.

L: Desculpe, uma obra de que?

P: Uma obra de vulto: uma obra muito grande, alguma coisa que o licenciamento acharem que é um grande impacto. Aí a gente faria uma consulta para o comitê do patrimônio Mundial.

L: Eu quero saber também se tinha essas datas dessas reuniões, pra eu saber o que foi considerado de impacto nisso. Se a questão visual de ter um Obelisco ali seria prejudicial à paisagem.

P: Eu acho que foi muito também pela maneira como as coisas foram feitas, quando o processo passou pela gente, pela minha gerência, a gente falou isso, tem que ir para o Conselho, têm que consultar a UNESCO, porque a UNESCO poderia dizer não. Igual em Dresden, na Alemanha, aconteceu isso. Queriam construir uma ponte no centro histórico (não era a nossa paisagem cultural, era uma outra escala, era centro histórico) e eles queriam fazer uma ponte. Essa ponte foi conversada com a UNESCO e ela falou que essa ponte iria descaracterizar. Aí eles fizeram, parece que, um plebiscito, em que os próprios moradores votaram pela ponte e a cidade perdeu o título. Imagina, a gente falando “olha a gente tem que consultar, senão a gente pode perder o título”. E aí ficou aquela coisa, sabe, e não consultaram. Foi resolvido tudo com a presença do IPHAN, a Secretaria de Urbanismo na época... A gente fez sugestões que foram até acatadas. A primeira versão do projeto ele [o obelisco] era muito maior, não ficava quase nenhuma vegetação no Morro. O projeto era maior que o topinho do Morro, sabe? E aí não cabia, realmente não cabia. Aí a gente negou,

pediu para encaminhar, e aí não vem mais para a gente. Eles revisaram o projeto, ficou com o Urbanismo e o IPHAN (na época era até a presidente do IPHAN que se envolveu pessoalmente nisso). Eles resolveram fazer tudo sem consultar ninguém, sem consultar Patrimônio Mundial, sem ICOMOS, sem consultar nada. E aí teve essa reação, o ICOMOS fez uma Moção, o próprio INEPAC também...

L: O projeto já chegou nos moradores pronto né?

P: Pronto e aprovado. E ali era uma área *non aedificandi*, foi feita uma lei complementar para permitir que pudesse se construir aquilo, ali. Todo mundo ficou sentindo né...

L: O problema é que não teve participação desde o início.

P: Eles queriam apresentar o projeto na reunião e todo mundo aceitar. Mas as pessoas criticaram muito. Até a própria concessão, não foi uma concessão pública. Eles optaram por dar a cessão desse... (tudo bem Associação do Memorial do holocausto que construiu, não foi verba pública) Mas uma briga muito grande também foi isso, porque que se escolheu [fazer dessa forma]... não poderia ser uma concorrência aberta? Igual quando têm uma coisa pública né. Quando eles refizeram o projeto, o que incomodava mais era a torre, eles conseguiram diminuir um pouco, fizeram mais proporcional.

L: O obelisco que você diz?

P: É, o obelisco. Eles diminuíram um pouco... mas também tinha lá o conceito de que tinha que ser dividido em 10 passos e não sei o que... E assim, quando a gente tava analisando o próprio obelisco era o menor dos problemas, o problema maior era a ocupação e a transformação ali. E o próprio obelisco, ali a gente já tem Morada do Sol [condomínio residencial de grande porte], uma série de elementos ali atrás... ele tá na frente do Rio Sul [*shopping*] que é o prédio mais alto. Você vê o prédio de Botafogo, de Copacabana, de Niterói... o Rio Sul é onipresente na paisagem. Hoje em dia, sinceramente, eu não reparo, não vejo, isso não é uma coisa que chama atenção. Foi um projeto muito bem feito, um projeto paisagístico do escritório do Burle Marx... assim, vai ser daqui a 15 anos vai ficar (é aquela coisa... árvore demora pra crescer e tal). Mas assim a gente sentiu um pouco a diminuição da vegetação. Foi um impacto, mas é isso, um impacto que vai ser minimizado ao longo do tempo.

L: Ou sendo absorvido né? A sociedade vai entendendo como seu.

P: É, não sei como vai ficar a questão na justiça. Mas é aquela coisa né... Não ficou tão ruim, sabe? O pior nessa situação foi isso: não ter sido uma coisa muito transparente.

E aí até quando a gente tava fazendo plano diretor, a gente vê que as pessoas desconfiam bastante do poder público né. A gente tava envolvido, eram técnicos, o trabalho do Plano Diretor eram só os técnicos. Eu que sou da galera mais nova tô há dez anos na prefeitura, então tem aqueles que estão há 20, 30 anos... que trabalhou no Plano de Diretor de 92, de 2011. E aí a gente fazia as audiências públicas e as pessoas desconfiavam. Cismaram que a gente ia botar oito pavimentos no Cosme Velho... E a gente: “ Não o Cosme Velho vai continuar como é, é APAC, têm APA”. É uma área que não vai né... por causa dessa coisa da reconversão, de você poder usar uma casa antiga que não tem uma família que mora ali e poder subdividir ela em unidades. Não importa se mora uma pessoa ou se mora 20, o importante é ter um projeto que respeite as características dos imóveis tombadas. Se vai virar uma agência... tem vários usos que existem hoje que não são contemplados nessas áreas, que são zonas exclusivamente residenciais. Então a gente quer ampliar os usos, ampliar as possibilidades e as pessoas acham que vai construir prédio. Então é uma coisa que tem que ter um certo jeito pra falar, tem que ser uma coisa realmente com transparência.

L: Sim, falta diálogo porque as pessoas também não conhecem [o projeto] até porque não participaram, né?

P: Isso. E até foi muito criticado, porque foi feito durante a pandemia, porque era com audiência virtual... Realmente poderia ter esperado, acho que tem aí uma questão política de prioridades... tinha esse projeto de lei do centro também... Isso a gente vê que é muito importante né? Que a população quer participar. Então isso foi muito ruim, a gente teve um esvaziamento desses fóruns.

L: É, isso é super grave.

P: Agora os comitês que estão funcionando ainda, são os Comitês do Meio Ambiente, porque obrigado a ter. Se têm uma área de proteção, têm que ter um Comitê Gestor. Então a gente ainda consegue dialogar porque têm o Comitê do Parque Nacional da Tijuca, que a gente participa, têm o da APA da Orla né, que tem muito esses problemas de ocupação de calçadão, da faixa de areia... o que pode, o que não pode?

L: Já que entramos nisso vou pular para outra pergunta que é essa daqui: pergunta 6. Foi identificado alguns problemas na paisagem né, e o próprio dossiê também fala dessa ocupação da orla, do calçadão, fala de churrasqueira no Parque do Flamengo, fala de vendedor ambulante... E em 2018 teve essa apresentação.

P: Então... esse foi o início da nossa metodologia. A gente começou a pensar nessa, a gente chamou de interferências, mas era assim, não era no sentido de dar um juízo de valor, de se era uma coisa ruim ou uma coisa boa. Essa questão, principalmente das favelas, a gente tem

muitas favelas que estão no sítio e elas têm uma característica, elas já estão ali... a Babilônia, por exemplo, (em Copacabana a gente tem maior contato). A gente sabe que a gente tem que envolver [os moradores], que essas pessoas têm que pensar em reflorestamento, tem que pensar no controle mesmo, sabe? Na época do Plano Diretor tinha várias ações que foram apresentadas em relação a isso, de termos territoriais coletivos, de você pegar essas pessoas incluir elas no que tem de bom dessa paisagem e o trabalho com a paisagem também virar uma fonte de recursos para essas pessoas e essas pessoas também cuidarem né... A gente tem várias ideias, mas são coisas que envolveria a Secretaria de Habitação, a gente começou a fazer bastante estudos mas é difícil. Agora eu acho que a gente consegue, agora a gente tá com uma Secretaria de Planejamento Urbano. O que aconteceu: a gente tinha o Urbanismo, que era licenciamento e planejamento urbano dentro da mesma secretaria e, isso foi separado. Então agora virou a SMDES que cuida da aprovação do licenciamento e tem a SMPU que é o IRPH, o IPP (que tem os dados de cartografia, de informações da cidade) e o Macroplanejamento e planejamento local. Então esses quatro. Acho que nesses próximos quatro anos a gente vai conseguir alguma coisa, a Secretaria de Habitação tem uma subsecretária que também era muito atuante junto com a gente, até nessa coisa do Plano Diretor. Então quando a gente pensa naquelas interferências, não foi pensando que são coisas ruins, mas foi mais pra gente entender a paisagem, entender quando você tem... é uma análise visual do que incomoda! Você tem a linha do morro e você tem um monte de coisinhas saindo ali! Aquilo...

Então a gente pensa assim, se eu tiver um prédio novo aqui e ele for muito maior do que os outros, eu vou criar um novo ponto ali de interferência. Aí a gente tem que pensar: eu quero que tenha isso? O Rio Sul já foi feito, ele é um marco, ele faz parte dessa paisagem também. Você tem um prédio tão enorme que você vê ele dos dois lados da pedra. A gente entende que a cidade foi reconhecida por isso também, por essa maneira como foi se construindo... A gente brinca que até isso faz parte, você olha na Lagoa [Rodrigo de Freitas] e tem assim, vários prédios da mesma altura e um muito maior! Só no Rio de Janeiro né? Aquele cara ali era amigo do prefeito. Isso faz parte, mas também não quer dizer que a gente queira que aconteça isso agora.

L: Esse estudo, você disse que é uma análise visual do que incomoda, o que sai do ritmo né? Seria nesse sentido, do que sai do padrão visual. Mas esse estudo era no sentido de promover propostas, era pra prever futuros caminhos...

P: Isso. Era para entender um pouco que tipo de construção pode afetar uma certa área. Em Botafogo as construções altas não importam. Na lagoa você tem uma construção muito alta, ela já vai fazer uma diferença. Copacabana a gente começou a receber muito *retrofit*, os hotéis que não ficaram prontos para a Copa e para Olimpíada, aí agora tá tentando virar outra coisa para terminar a obra... E a gente começou a fazer essa análise. Quando a pessoa manda o projeto, evitar material reflexivo, as cores... a gente tinha um prédio que a empena de era vermelha e lá de cima isso gritava, sabe? Então no meio daquele conjunto que não era perto do Lido, que era tudo branquinho... E ainda têm isso, têm a APAC que tá ali. Antigamente só podia opinar em Copacabana o que estava naquele trequinho da APAC do Lido, Hoje em dia a gente já pode usar essa prerrogativa da paisagem. Então essas interferências, que você perguntou se fizemos todos, a gente acabou desistindo de fazer porque a gente viu que não adiantava muito ir por aí. Isso foi importante para a gente entender. A gente trabalhava no máximo com as APACs, então era uma coisa menorzinha. De quem trabalha comigo hoje, três arquitetas vieram depois. Mas eu já trabalhei na proteção, então a gente elaborava os estudos de APAC... Então quando eu comecei a trabalhar com APAC, era uma outra escala, e isso foi interessante para gente ir entendendo isso. Até para a gente saber de onde olhar né, [por exemplo] olhando de Botafogo, de qual ponto aquilo vai ter um impacto? E a gente começou também a orientar os arquitetos, porque chegava o projeto lá só... o projeto no meio do nada. Na faixa limítrofe a gente mandava as visadas e falava: a gente quer ver todas as visadas, as principais. E aí era muito interessante, o próprio arquiteto quando coloca o projeto ali na paisagem, ele já muda, vê melhor, às vezes é só isso, o cara não pensou em colocar ali. Até porque até então não era importante, é recente. Fizeram um prédio todo de vidro em 2001, uma coisa que a gente viu pronto e depois falou: “Nossa! Por que a gente deixou fazer isso?” Porque a gente não opinava sobre isso ainda, não tinha essa ideia de se pensar na paisagem. Alguns arquitetos reclamam... que Copacabana, o projeto que vai sair lá, onde era uma casa de pedra, a última casa da Orla a ser demolida. O Conselho de Proteção, o Conselho do Patrimônio, aprovou porque achava que não ia fazer sentido tombar a casa ali, com dois prédios [aos lados]. Assim, ia acabar prejudicando a própria pessoa ali. A gente fez um estudo, tombou outras casas em Copacabana. Mas ali entendeu-se que na orla não tinha interesse para tombamento. Então deixamos demolir a casa. E aí pelo Plano Diretor, tem que construir afastado das divisas. E nossa briga foi essa. Não faz sentido ali. A própria legislação pede. Aí a gente levou isso no Plano Diretor, ainda não tá aprovado, mas eu acredito que eles vão esperar, eu acho, para fazer um outro projeto, levando em conta que vai mudar a legislação.

L: Ah então você acha que vai mudar a legislação para acompanhar o patrimônio?

P: Isso. Porque na época dos hotéis, quando teve a legislação dos hotéis, acho que é Lei complementar 104.

L: Você falou na chamada, que nesse momento vocês conseguiram opinar.

P: Isso. Na lei dos hotéis, para você construir hotel você podia colar na divisa. Tem um artigo da Lei Orgânica que diz que se você colar na divisa você só pode construir 12 metros de altura. Permitia que você usasse o PA né, o afastamento... porque ali, Copacabana, foi edificada com aquela legislação. A legislação mudou depois. A Lei Orgânica é de 90, têm poucas construções da Lei Orgânica e tem também algumas do 322, que é aquele com embasamento... que também ali destoa um pouco, é afastado da divisa... Então a gente conseguiu deixar quando se for edificar numa área que já predomina o, né... você não é obrigado a dar afastamento, você pode escolher ou colar na divisa ou fazer... Nesse mesmo terreno, a gente teve um projeto da Zaha Hadid, um projeto muito legal, mas foi muito difícil para aprovar aí eles desistiram. Muito melhor do que esse. Além de ser um projeto muito bonito, seria uma coisa que ia trazer visibilidade para a Orla, ia ser interessante. Eu até peguei esse processo para estudar, ele é enorme. Muita gente pegou e olhou na época, muita gente ia consultar o projeto. Então tinha vários recursos, foi uma coisa assim para conseguir fazer. O Hotel Emiliano (aquele que é todo furadinho né), ele eu acho que ele é muito bom ali. Ele dialoga muito bem.

Ao mesmo tempo que a gente conseguiu fazer aquilo de bom, a gente tem resultados que não são bons por causa da legislação. Então isso tudo a gente tentou atualizar nesse novo Plano Diretor. Aí essa coisa não sei, esse esse prédio foi aprovado pelo Conselho, ele foi afastado das divisas, eu reclamei mas o Conselho... a gente fica sem saber o que fazer né, porque é a legislação em vigor. Eles aprovaram no início do ano e o Plano Diretor saiu agora, ainda não foi votado, não tá valendo. Não sei, acho que não começou a obra ainda. Mas é o que eu gostaria que eles mudassem, sabe, não deu tempo por muito pouco. Mas é isso né, coisas da cidade... a gente tem que se conformar.

L: Mas então vocês desde 2018 tem trabalhado mais nessa Zona Limítrofe né... essas interferências... então, eu achei engraçado porque tinha até uma foto do MAM lá, observando os prédios atrás como interferência visual ao MAM. Só que ali já a parte do Centro, não é nem na Zona de Amortecimento. E eu fiquei pensando: o Centro já está consolidado. O Santa Marta [favela] está como interferência visual ao ritmo da vegetação.

P: Não, a gente não tá dizendo que têm que tirar... a gente tá só... apontando né...

Mas isso também faz parte da relação. Por que a paisagem do Rio de Janeiro é tão rica? Porque tem tudo. Tem a montanha que ficou verde. Tem a montanha que foi ocupada por gente rica. Têm montanha ocupada com gente pobre. Quando a gente... quando a gente fala de interferência né, a gente ficou muito, pensando também nesse nome. A gente falava... era como se fossem as características, não é uma coisa negativa.

L: É eu entendo o que você tá falando, mas eu acho que na apresentação e no dossiê têm esse caráter de interferência.

P: Não... É... O dossiê ignora totalmente que as favelas fazem parte. A gente sempre falava isso no Comitê e não tinha uma discussão sobre isso e a gente também não conseguia fazer. Mas eu acho que é porque a gente ainda tava lá trás, ainda tava entendendo. Porque é uma paisagem que é muito complexa.

L: Então, por isso que eu estava perguntando se todos os atributos, as visadas seriam preservadas. Vocês reconheceram as expressões e impactos apontados pelo dossiê? Ou se vocês foram atualizando esse pensamento?

P: A gente partiu dali, mas a gente foi descobrindo coisas novas. A gente sabe que temos que enfrentar esse problema, e que isso faz parte da paisagem. A gente sabe que é fora de cogitação tirar Dona Marta dali, tirar o Babilônia, não vai, isso não existe. Hoje em dia isso não existe mais. Isso é uma coisa bem... muito do passado. Mas aí o que a gente pensa com essas áreas é trazer para o nosso lado, fazer um trabalho de conscientização com as pessoas. Explicaria “Patrimônio Mundial”, o porquê, pras pessoas entenderem que elas fazem parte dessa paisagem. Do mesmo jeito que a gente tem em Copacabana o piso tombado do Burle Marx, é uma das maiores obras de arte a céu aberto do mundo. É muito importante, tem gente que vem para ver o calçadão. Aí você tem nos prédios ali do calçadão da Avenida Atlântica: o prédio que mora um Desembargador bota um jardineira, cerca o prédio com uma jardineira e não tá nem aí se o desenho tá passando ali embaixo. Aí a gente intima, fala com o INEPAC e o cara vai e fala com o governador e morre o assunto. É a mesma falta de identificação. Do cara que tá lá e da outra pessoa... então eu acho que isso é geral. No Rio de Janeiro as pessoas não têm noção do que é essa paisagem, do tamanho da paisagem.

L: E o que você acha que causa essa falta de identificação com essa paisagem? Que é reconhecida por alguns do lado de fora e por alguns aqui, mas...

P: Eu acho que é uma coisa muito elitizada né. Eu acho que essa coisa da UNESCO, de Patrimônio Mundial, não é uma coisa de todo mundo. As pessoas têm esse carinho pelo Rio de Janeiro, as pessoas reconhecem, mas eu acho que muito mais as pessoas de fora. Quem tá ali... acho que uma ou outra pessoa sim, mas quando interfere na sua vida: ah eu não vou

poder ter uma jardineira porque o piso aqui é tombado. O próprio restaurante ele prefere cercar uma área enorme com mesas e cadeiras, que você perde totalmente a visibilidade daquilo, daquele desenho, do que botar sei lá, uma área menor, fazer mais junto ao restaurante, valorizar o piso né. A gente tinha pensado em obrigar os restaurantes. Eu tenho um trabalho que é isso, um plano de recuperações que estamos até querendo fazer no ano que vem, têm o Dia do Patrimônio... O coordenador até então se aposentou, aí entrou um coordenador novo e ele tá muito interessado nisso. Então a gente tinha pensado em fazer uma série de encontros com os hotéis, até com com os restaurantes, os próprios moradores de condomínios de Copacabana para tentar né, puxar isso, porque os hotéis podiam tirar um partido, sabe? Mas a gente não tira partido disso.

Eu acho que isso é uma coisa que as pessoas sentem, não chega nesse nuance do projeto, do que é o Burle Marx, mas eu acho que tem uma dimensão que pensa que foi uma cidade que trabalhou muito seus espaços públicos. Por que a gente investiu tanto nisso? Nos lugares abertos? Porque têm essa natureza, essa coisa exuberante que as pessoas querem ver. Mas eu acho que é uma coisa, realmente, você precisa ter um conhecimento para você saber até quem Burle Marx, saber o que é arquitetura moderna.

L: Talvez até o próprio conceito de paisagem cultural ter vindo de fora.

P: Exatamente. Mas ainda sim tem aquela coisa que você vê, você sente. Mas não é só isso, é todo modo de vida. Quando eu fazia o PEP, eu tinha quatro alunos que eram de Minas. Aí eles ficaram num apartamento em Copacabana. Aí eu falei: “Nossa eu tô me sentindo igual na novela, eu saio de noite da aula e vou caminhar em Copacabana”.

L: É eu sei! Eu sou de Niterói e já fico deslumbrada.

P: Eu tava vendo até uma novela dessa que tinha coisa em Copacabana... eu sei que eu fico vendo, sabe? Essas coisas antigas de Copacabana, entendendo como construiu essa história. A gente trabalha muito direto com isso. E eu tenho esse projeto que é justamente isso, fazer um plano de recuperação de... esqueci o nome agora. Mas uma coisa assim, um plano para gente conseguir dialogar mais com as pessoas, tanto com quem explora, no sentido de que vive daquilo, do turismo, tanto quem mora lá e os restaurantes. Porque os restaurantes são nosso grande problema ali. Se deixar eles cercam, botam cimentado porque a pedra portuguesa faz a cadeira ficar balançando... Então é uma coisa assim, a gente pensa em que incentivo a gente pode dar.

L: E você acha que isso pode acontecer daqui para frente né?

P: Isso. A gente falava muito isso no Comitê Gestor, tinha gente da Secretaria de Habitação e outras. E aí a gente começou a pensar umas estratégias, o Rafael Winter tinha um projeto também, de levar pras escolas municipais, só que a gente nunca conseguiu. Mas eu acho que dessa nova gestão, nos próximos quatro anos a gente está mais centrado. Tudo bem que o pessoal tá muito focado no Centro, até mais pra Zona Oeste também, mas eu acho que a gente vai conseguir. E o importante é isso, ter essa parceria com a sociedade civil, com quem ganha dinheiro ali, pode ser uma coisa boa. O dono do hotel tem que pensar: "Pô, vale a pena eu consertar aqui. Alguém veio e descaracterizou o desenho? Vamos consertar." A gente tem esses os projetos, têm as plantas. A pessoa pode ir lá. Então a gente tem esse trabalho de formiguinha. A gente vê alguém estragando a calçada, aí vai lá, imprime o projeto para mostrar, fala do Burle Marx e tal. As pessoas gostam de ver. Têm essa coisa de que "ah não pode porque é tombado", mas não é uma coisa bonita? O cara fez quatro quilômetros de mosaico. O cara é reconhecido, é uma coisa que tem qualidade estética.

L: Você falou bastante dos restaurantes e dos prédios. E do outro lado da calçada têm os quiosques e os vendedores e isso também foi muito apontado pelo dossiê.

P: Ah quiosque é um problema sério. É concessão né, concessão no Brasil é uma coisa complicada. A gente tem um pouco de problema também com a Orla Rio, a concessionária que administra todos os quiosques. Eles tem uma concessão e ele explora todos os quiosques da Zona Sul até a Barra. Teve esse projeto que eles fizeram esses novos quiosques com design índio da Costa, todo transparente... só que a gente briga muito porque eles fecham, eles enchem de coisa. Eu já entrei em contato com o CEO da Orla Rio e falei com ele que a gente queria fazer um trabalho com os barraqueiros, com os quiosqueiros, eles usam. Então é a mesma coisa [do caso dos restaurantes]. Você gastou milhões, porque o projeto foi super caro. Pra que foi aquilo? Pra dar uma leveza. Aí o cara vai e cerca tudo com caixa de cerveja, cerca as cadeiras. Então é uma coisa horrível que tá acontecendo. Em Ipanema eles estão privatizando mesmo, colocaram uns guarda-sóis, jardineiras. Aí a gente fala que não pode, eles concordam, mas a gente vira as costas e sabe...

L: Deve ter uma questão funcional né, de segurança pra eles também. É um conflito.

P: É... eu tava até falando com a minha orientadora, já estava querendo falar sobre isso de Copacabana. Que essas disputas pelo território moldam essas coisas e influenciam. Cada um quer garantir o seu, mas se todo mundo tivesse essa consciência de que, quanto melhor você tratar a orla, quanto mais agradável tiver, vai ser melhor para todo mundo. Então aí a gente tinha essa ideia, a ideia de fazer reunião, de repente arranjar um hotel e chamar essas pessoas. Ainda têm a parte da areia né, a gente tá só até o quiosque. Isso de quem cuida dos

barraqueiros, de quadra de vôlei, essas coisas é muito do Meio Ambiente. Por isso que o Comitê da Orla é muito importante. Ele foi reativado quando teve aquele negócio do óleo, acho que em 2019. Porque quase chegou aqui no Rio, então eles reativaram. Até porque você tendo um comitê ativo consegue recurso. Mas depois da pandemia também meio que morreu.

L: Então o IRPH não lida com a areia em si?

P: Não. Assim, às vezes chega uma coisa lá. A SMAC, que tinha aquele chuveirinho... o Ministério Público foi lá, porque tava dizendo que era insalubre, que aquela água tava contaminada e tal. Aí eles vieram conversar com a gente o que a gente achava do chuveirinho. Eles queriam fazer uma concessão, sei lá. Eles tavam pensando para resolver o problema do chuveirinho. Mas assim, era um problema do Meio Ambiente. A faixa de areia tem essa coisa, por causa da vegetação de Restinga, por causa mesmo do impacto ambiental. A parte de areia é uma coisa muito... têm também aquelas bandeiras, tinha alguém reclamando que as bandeiras que tinha. Isso foi logo antes de eu sair de férias então não me lembro o que aconteceu. Mas tem tanta coisa pior que a bandeira né?

L: Pois é. Assim, isso é uma questão superinteressante. A questão mais individual do vendedor, da barraca, da bandeira e os impactos visuais. No dossiê é falado dos vendedores que põe cangas, coisinhas na calçada... Como é que vocês tratam isso?

P: Na época da Olimpíada tinha aquele Choque de Ordem [Operação Policial], então o Eduardo Paes tirava, não deixava as pessoas. Ficou durante um tempo, mas eu não acho que isso seja a melhor coisa, porque faz parte também.

L: Mas não chega processo pra vocês sobre isso? Isso não é discutido no grupo?

P: A SEOP que é quem faz essa fiscalização, na época do Crivella liberaram. Que não iam tirar ninguém, que iam deixar todo mundo trabalhar. Aí ficou realmente muito cheio. Eu acho que têm que ter... pensar nisso né, a questão do espaço urbano. Você vai ocupar mais da metade da calçada? Essa coisa da paisagem é sempre muito “tirar um pouquinho”, é muito tentar achar o equilíbrio. Se você tirar todo mundo que tá vendendo ali... aquilo também faz parte, você vai na Praia de Copacabana e têm ali aquelas cangas do Rio de Janeiro... faz parte. É um comércio que...

L: Característico de lá.

P: É... a nossa cultura também sempre. Desde sempre tem gente vendendo coisas na rua, têm também a feirinha. Uma época a gente tentou pensar um padrão de barracas e tal, e também não deu muito certo. Então a gente sempre tem muitas né, mas é aquilo, a falta de continuidade do governo é um problema. Porque a gente tá aqui, mas aí muda o secretário.

Então um órgão que você já tinha uma comunicação, então o novo chefe tem que aprovar. Então a gente tá pedindo uma coisa, e a política da Secretaria tá indo por outro caminho. Então demora um pouco para ajustar. Ainda mais agora na pandemia, tinha gente que tava trabalhando ainda remoto... então demora, quando começa um novo governo, para as coisas voltarem a funcionar.

Mas é muito isso, eu sinto que é muito essa coisa de equilibrar mesmo. Não adianta você querer que a praia fique limpa, sem nada, sem ninguém. Porque as pessoas são a alma do lugar. Só existe a Paisagem Cultural porque existem as pessoas. Senão seria uma Reserva Biológica e não uma Paisagem Cultural. Não é só a beleza, a natureza, que importa, é o uso. Por que em determinado momento de 1950, todo mundo queria morar em Copacabana? Era alguma coisa...

L: O modo de viver...

P: É! O modo de viver descontraído. Que era mais simples, ligado à saúde, ligado a aproveitar mesmo os espaços. A gente não sabe se a cidade construiu por causa da vocação ou se a vocação é por causa né... Uma coisa vai alimentando a outra.

L: Eu fico pensando que, é o objetivo então parece que é um pouco não deixar mudar demais a paisagem mas a cidade está em movimento.

P: A gente vai acompanhando. Se alguém hoje quiser construir hoje um prédio maior do que o Meridien [antigo edifício da Orla de Copacabana], a gente... mas isso foi uma fase que passou, esses prédios enormes. A gente alguns mas foi um momento, igual construírem no topo do morro né, como foi o Pasmado. Aí todo mundo fala: “Ah mas já tem na Urca, já têm o Corcovado”, aí a gente falou “Mas isso foi em 1910, 1800”, sabe?

L: É, fez 109 anos ontem.

P: Não é uma coisa que hoje em dia a gente faz. Não é porque já foi feito... ok já foi feito. Antigamente era assim. É lindo o Cristo, uma coisa maravilhosa mas a gente não quer que em cada morro tenha mais um Cristo, sabe? Até porque perde o sentido.

L: Mas ao mesmo tempo essa tentativa de, não sei nem se é uma padronização, uma intervenção discreta talvez? Essa tentativa de não modificar tanto, ela não inibe? Era isso que eu também queria saber. Como é que tem sido a atuação do órgão? Você falou que cogitaram tentar padronizar as barracas da areia, fico pensando se essa intervenção visual é parte também. Porque as pessoas customizam suas barracas e cada barraca é de um jeito.

P: Não têm. Até o próprio quiosque a gente vê, né? Teoricamente os quiosques são todos transparentes e sem impacto, mas o cara quer botar o nome dele no quiosque, ele quer ter uma identificação. Mas ele também não precisa botar um negócio de caixa de cerveja azul até 1 m

de altura. Isso é uma coisa também da sensibilidade, conversar para as pessoas entenderem o porquê. Não é porque o Patrimônio é chato e não pode. Só vai funcionar se a pessoa realmente conhecer aquilo. Então acho que essa é a nossa maior dificuldade. A pessoa entender que ali, poxa, é um lugar especial, um lugar diferente que é pra usar, ninguém quer que não. Igual o Parque do Flamengo, eu acho que tinha que ter um monte de quiosque. Eu vou lá sinto falta. Têm, sei lá, quatro quiosques no Parque inteiro. Aí o pessoal fica falando que é tombado, “Ah mas o IPHAN...”, mas e o uso ali, sabe? Têm um quiosque ali que funciona super bem, muita gente, é uma coisa que é legal de estar ali. Ainda mais agora na pandemia que é melhor estar em um lugar aberto.

L: Eu ia até te perguntar do Aterro do Flamengo, porque...

P: O Parque do Flamengo é um problema, porque ele não é um Parque, nem Copacabana. São as duas áreas do Sítio que não tem gestão própria. O Parque da Tijuca tem, Jardim Botânico tem...

L: Vocês seriam a gestão né?

P: Então, na verdade é a gestão da prefeitura inteira, a Comlurb ali trabalha como se fosse rua normal. Então a primeira coisa que a gente precisa fazer é criar o Parque como Parque. Isso quando foi feito o Parque foi previsto uma fundação. Só que era na época do [Governador Carlos] Lacerda, que era Estado da Guanabara. Então eles deixaram o Lacerda fazer o parque, mas logo depois foi a Ditadura Militar, a fundação acho que ela existiu e já deixou de existir. Então a gente não pensa no parque como um todo. A COMLURB vai, poda aqui, poda lá de acordo com a demanda. A gente já fez muitos estudos de pensar numa gestão integrada, de fazer parcerias com a sociedade civil. A gente ainda não conseguiu fazer isso, não conseguiu efetivamente realizar isso do Parque. Acho que tinha que ter gestor, alguém que só cuidasse do Parque, articulasse tudo. A gente tenta fazer isso, mas não é o ideal.

L: Sim, não é o papel de vocês. E têm o Plano Diretor né.

P: A gente teria que fazer um Plano Diretor do Parque. A gente nunca conseguiu contratar, tem um dossiê no Plano de Gestão, a gente fez um termo de referência. Mas também não conseguiu. A gente chegou a fazer várias modelagens econômicas, [pensou em] ceder algumas áreas para iniciativa privada e a iniciativa privada administrar. Não se materializou, ficou tudo muito no estudo.

L: Vocês fariam um Plano Diretor então, contratariam uma empresa que faria?

P: É. A gente tem até um Termo de Referência pra fazer, só que... a gente não consegue. Na minha gerência sou eu e mais três, e até é uma gerência que tem bastante.

L: É eu entendo, muitos processos, pouca gente.

P: O processo empaca a gente de fazer mais coisas, de fazer estudos. A gente até consegue fazer bastante coisa. Tem bastante coisa pensada, mas é aquilo, falta vontade política, sempre tem outras prioridades, isso é um problema.

L: Enquanto isso vocês vão levando a administração do Parque por demanda?

P: Isso é um objetivo nosso, até uma pressão muito... do Paulo Vidal do IPHAN. Ele é bem parceiro nosso, porque ele cuida justamente dessa parte do tombamento do Parque. E ele insiste muito nisso, que tem que ter uma gestão. Têm que ter. A gente sabe que tem que ter. Mas é aquela coisa, têm sempre uma prioridade política né. Eu acho que com o Reviver Centro, o gestor do Centro, que também é muito... porque na verdade o Parque do Flamengo pega Centro, na verdade vai até Botafogo. O tombamento municipal define a área do Parque do Flamengo, em que se estende até final dos jardins da Praia de Botafogo. Então pega Glória, Flamengo, Centro, pega vários bairros. Antes de entrar de férias, a gente tinha começado a entrar em contato com o pessoal, que agora tem gerentes executivos locais, antes tinha os superintendentes, acho que continua a superintendência mas têm esse gerente executivo local que é por bairro, por área. Então a gente começou a conversar com o pessoal da Zona Sul, que tem justamente esse mesmo interesse. Tem muita gente que chegou agora, a gente passou material, marcou algumas reuniões. Mas é isso, tem que vir de cima, tem que ter uma coisa que fale “vai fazer”. A gente falou que o decreto foi feito, estava pronto. A gente já fez várias tentativas mas isso ainda não conseguimos. Isso é uma coisa que é muito cobrada pelo IPHAN. É uma coisa que eu acho também se a gente não fizer, tá fazendo 10 anos que a gente tem o título, eu não sei como vai ser a prestação de contas com a UNESCO. Alguma hora a gente vai ter que encarar aquela listinha de tudo que a gente tinha que fazer e com o trabalho de casa... Dá medo, é uma responsabilidade muito grande. Tem a lista do patrimônio em perigo, patrimônio tá em perigo porque a gente não está administrando bem? Olha que vergonha. O Eduardo Paes até tem uma visão...

L: Ele incentivou né, o Crivella não.

P: A pandemia é uma coisa assim que tá tirando muito tempo para a gente. Não dá pra pensar em gestão... tem que vacinar as pessoas. É uma coisa complicada. Mas está nos nossos planos.

L: Então vou te perguntar de novo, porque o dossiê também fala disso, é igual eu perguntei sobre a orla, que têm os vendedores. Você falou dos ambulantes no aterro, isso chegou para vocês em algum momento?

P: Olha, no Aterro não tem essa gestão. Então não chega muito para gente não. Quando esse pessoal da Zona Sul foi lá conversar com a gente eles falaram que acham que está com muitas redes de vôlei, muito... Gente, eu acho que o Parque é para isso, sabe? Eu não acho que tem que controlar isso. Imagina você ficar ali andando e já não ter nenhum quiosque vendendo água... Eu acho que isso é o equilíbrio mesmo. Você vai tirar a pessoa que quer trabalhar? Eu acho muito... ainda mais nesse momento ainda.

L: A minha preocupação maior com o dossiê, é porque ele têm essa pegada muito elitista. E se isso tava se debatendo...

P: A gente... Eu pelo menos, entendo que as pessoas fazem parte da paisagem, quem é que vai usar? Eu já acho que o Parque do Flamengo podia ser muito mais usado, ele tem horas que não é usado. Será que se tivesse mais quiosques...? Mas ainda tem um pouco de resistência, também muito pela parte do IPHAN. Toda vez que a gente pensa em fazer alguma coisa... é porque o IPHAN tem uma outra visão do Parque.

L: Como é que é essa interface com o IPHAN e com o INEPAC? Então você tá me falando que o IPHAN tem uma outra postura, qual?

P: Como é tombado, eles têm essa coisa do seu projeto original que foi a planta do tombamento, os usos... eles são um pouco mais rígidos em termos de patrimônio, até porque para eles é um bem tombado. Não é o nosso tombamento, de paisagem, não é como se fosse um tombamento do Teatro Municipal. O nosso é o Paisagismo. A gente sabe que é uma área urbana e não dá para ser congelado, é uma coisa que vai depender muito das pessoas e isso é o legal de lá, essa vida que têm. A interface que a gente tem com o IPHAN é muito através do Paulo mesmo, dos técnicos. A gente procura o técnico responsável pela área. Quando alguém chama o IPHAN para uma reunião, eles chamam a gente e vice-versa. O Paulo também já foi coordenador lá no IRPH e do INEPAC, aí voltou para o IPHAN, acho que ele é original do IPHAN. São os técnicos mesmo que correm atrás. A gente poderia pegar o processo e mandar pro IPHAN. Mas a gente não faz isso, a gente conversa aí tenta tomar uma decisão juntos. Na Lagoa [Rodrigo de Freitas], que é Zona de Amortecimento mas é também é tombado, então a gente não opina muito. Passa pela gerência do tombamento e depois passa pela gente, sempre pelos dois. Porque a gente tem muita superposição de proteção, principalmente na área do Sítio. Então um dá um ponto de vista do tombamento e a gente outra, e isso vai pro Conselho de Patrimônio, então conselho delibera considerando os dois pareceres.

L: Então depende também da área, porque no Parque do Flamengo tem mais a interface com o IPHAN e o INEPAC...

P: Isso. Com o INEPAC é na Orla de Copacabana, que é tombada pelo o INEPAC.

L: E têm essa interface com o INEPAC?

P: Sim, sim. Têm a Taís agora lá, arquiteta. No INEPAC também mudou muita gente. Tinha uma equipe boa, na época que tinha o Comitê Gestor tinham arquitetos que eram ótimos mas teve um desmonte no INEPAC. Tiraram e colocaram cada um para um lugar e agora tem essa arquiteta nova, deve ter uns dois anos, um pouco antes da pandemia. Aí a gente tenta fazer tudo com reunião, eu ligo para ela. Eu tenho muito acesso com eles. Realmente, como eles são tombamento eles têm uma visão mais restritiva que a nossa. Então a gente conversa pra chegar num comum.

L: Então na Lagoa já não tem essa interação tanto com o IPHAN.

P: Não. É mais o pessoal da SPEU. Porque a gente cuida das áreas do Sítio, têm uma outra gerência [no IRPH] que cuida das áreas públicas tombadas. A Lagoa é tombada, não está no Sítio mas está na Zona de Amortecimento, mas por ser tombada, a gerência olha do ponto de vista do tombamento e, a gente do ponto de vista da paisagem. Então em alguns momentos eles vão ser mais restritivos e em outro momento a gente vai ser mais restritivo que eles, se for uma APAC dentro do Sítio...

L: Então vocês conversam mais dentro do IRPH. Eu achei engraçado porque eu e minha chefe ficamos responsáveis pela área da Lagoa e eu nunca conversei com ninguém. Mas entendi, porque é mais do pessoal do construído né.

P: Isso.

L: Mas aí você falou que vai então para o Conselho de Patrimônio.

P: Isso. Quando é a área da Zona de Amortecimento a gente também manda para o Conselho (CMPC).

L: Eu queria saber quem são os participantes e se ainda tá tendo Conselho.

P: Tá tendo sim. Ele funciona a cada 15 dias na quinta-feira, a cada duas semanas. Então todos os processos que são de bem tombado, todos os estudos de tombamento... chega um processo lá pedindo tombamento de algum lugar, aí vai para proteção, a Gerência de Proteção analisa, faz um parecer, instrui aquele processo e manda pro Conselho, aí o Conselho delibera. O que pode, o que não pode, se vai fazer o projeto. São oito participantes e mais oito suplentes, acho, e o Presidente do Conselho que é o Presidente do IRPH que é para desempatar votos.

L: O Conselho é do IRPH?

P: Não. O conselho é ligado ao gabinete do Prefeito mas ele não tá dentro do IRPH. O Presidente do Conselho, que é o mesmo Presidente do IRPH sempre. Têm arquitetos,

historiador, pessoal de universidade, assim, eu não sei se tem isso publicado em algum lugar, mas eu acho que a cada 2 anos é indicado pelo Prefeito. Eu achei que agora quem indica é o Secretário, porque agora tá na SMPU. SMPU tá com o IRPH, IPP e Urbanismo Então a gente tem gente do CAU, tem gente do urbanismo, tem professores da universidade.

L: Então o Conselho trata também de questões da paisagem cultural?

P: Sim. Teoricamente tudo que é tombado têm que passar pelo Conselho e construção na Zona Limítrofe, a gente resolveu que ia passar também porque aí não fica uma coisa né...A gente orienta, faz o parecer e o Conselho no final delibera. Nem sempre o Conselho tem a decisão que a gente tá de acordo. Pelo menos tem uma transparência, são 16 pessoas que estão ali, então não é uma coisa pessoal.

L: Tem sociedade civil também?

P: É... assim... têm a universidade, acho que não tem associação de moradores, não sei... acho que não têm. Mas tem bastante funcionários da Prefeitura, de várias secretarias, do Meio Ambiente, do Urbanismo...

L: Eu queria tanto ver uma memória disso, uma ata...

P: Posso ver se eles publicam, eu não tenho certeza, eu vou perguntar. A gente só instrui o processo e volta para gente com o parecer do conselho, se está de acordo ou não está de acordo com o parecer.

L: Paula, último tema. O site e as fotografias e as visadas. O dossiê reconhece já as visadas, têm uns pontos, umas setinhas. Vocês parecem que respeitaram essas visadas, essas indicações de lugares e fizeram as fotos né. Você disse que ainda não está completo, ainda estão tirando fotos.

P: A gente não conseguiu ir assim alguns mirantes que têm, Morro da Babilônia a gente não conseguiu ir, lá até tinha aquele POUSO né, aquela coisa do urbanismo, que fica na comunidade. Aí a gente tava pensando em fazer algumas trilhas do pavão-pavãozinho também, só que o Crivella desativou os POUSOS. Mas agora vão reativar, vão voltar a funcionar. A gente teve uma época que a gente fazia toda semana. Chegou um ponto que começou a enrolar muitos os processos e a gente começou a ir por demanda. Chegava um assunto, a gente ia no mapa, via da onde que ia interferir e a gente ia especificamente. E deixava no mapa, a ideia que a gente faz desse monitoramento é que vá tendo várias camadas de foto.

L: E essas fotos servem para vocês analisarem os processos.

P: Isso. A gente vê pelo endereço aonde é, vê de onde que aquilo pode ser visível, se já tiver o ponto fotografado a gente olha. Algumas vezes a gente volta. No Morro do Leme a gente sempre volta. Têm lugares de mais fácil acesso também né.

L: Eu baixei todas as fotos do site do Morro do Leme. Todas, uma por uma, e têm muitas do Morro do Leme. É até engraçado.

P: É, porque toda vez a gente vai. Têm lugares mais fáceis de ir e, às vezes, tira foto mas o dia estava nublado. Mas é bom, é muito diferente você vendo né, a paisagem tem isso, você tá ali sentindo. A foto ajuda mais longe de ser o ideal. E tinha que ter outras ferramentas de trabalho, é tudo muito limitado. A Prefeitura é complicada. A gente tem várias ideias, esse mapa que já foi uma coisa que a gente conseguiu fazer... porque o Henrique, que agora é o coordenador, ele já tinha feito mestrado em transporte então ele já tinha trabalhado com *GIS*, eu não sabia que existia isso, ele me mostrou. A gente tem um outro mapa que a gente mapeia as intervenções, o processo... só que esse não tá disponível no DATARio, ele não tá público porque têm informação sigilosa. Mas ele é bom porque a gente tem essa visão de onde tem muita construção, onde tem muito *retrofit*...

L: Eu queria saber se esses pontos foram debatidos quando começaram a fazer esse levantamento, se você chegar a debater os pontos indicados pelo pelo dossiê?

P: A gente acrescentou alguns, mas é porque quando a gente fez o *survey* (esse que você tira foto e ela já vai automaticamente para o mapa), a gente fez só com a lista. Então a gente ainda tem que criar uma outra camada, porque a gente descobriu uma série de pontos que não estão marcados. E tem vários pontos que a gente não foi, tipo: Clube Costa Brava, muito difícil para a gente ir, não conseguia agendar e ele tá totalmente fora do sítio. Então umas a gente foi cortando: “Esse aqui deixa para quando quando precisar, a gente vai”.

L: Mas no site só têm pontos que estão no Sítio porque vocês já foram com a lista do dossiê.

P: Isso. Mesmo no dossiê ele tem pontos que estão fora do sítio, olhando pro Sítio. Tem uns muito longe. Aí é legal assim que a gente às vezes vai no final de semana, da Pedra da Gávea por exemplo. No Parque da Catacumba tem um ali em cima que não tá na lista e pra Lagoa é muito importante, mas a gente não fez essa camada. Tá com as fotos guardadas na rede mas ainda não conseguiu. Minha vontade era fazer tipo uma hierarquia, porque têm uns pontos que são mais importantes.

A gente recebe muito processo de mais-valia, mas a gente percebeu que em alguns lugares quando a pessoa legaliza ela faz um negócio bonitinho, ela melhora... porque tem uns pontos que a gente tá muito perto. E a gente vê aqueles telhados, uma cobertura que os caras fazem de qualquer jeito, sabe? Então a gente até sugeriu no Plano Diretor, liberar fazer mais um

pavimento desde que a pessoa faça um projeto mesmo, que de fora não fosse um puxadinho... assim como dois apartamentos com um telhadinho colonial, outro bota piscina... no mesmo prédio, então fica aquela bagunça. Então a ideia era que se fizesse projetos únicos, que organizasse, que diminuísse esse impacto. A gente viu que isso é uma coisa importante também para esses mirantes médios. Têm os maiores que tem outra visão, aí você vê aquela massa edificada, é análise. E a prioridade tem que ser esses lugares porque são nesses lugares que as pessoas realmente vão né. As coberturas também, têm umas coberturas de Copacabana que são bem ruins.

L: É, casa em cima de prédio.

P: Sim. Não dá para resolver tudo de uma vez, mas dá para pensar em alguns incentivos para que a pessoa tenha um cuidado maior.

L: Uma coisa que eu reparei nas fotos, olhando todas, é que elas tratam de paisagens amplas, essa visão do todo, do natural, da natureza e tal. Como é que vocês pensaram isso? Deve ter uma intenção por trás desse recorte né, dessa forma de tirar foto...

P: É, a gente queria registrar o que a gente tava vendo mesmo, de cada ponto a gente foi rodando assim... Eu acho que depende muito da escala do ponto. A gente vê cada linha de visualização. No plano, que é toda aquela linha do Parque do Flamengo. É diferente do que quando estamos lá em cima, então acho que cada uma tem uma característica que a gente vai usar num determinado momento. O Sítio mesmo, o Parque e a Orla de Copacabana, a gente tem muita preocupação não só com visual, a gente fala que tem essa paisagem cênica, tem que lembrar que ele tá ali, não precisa igual, mas a gente pensar que alguma coisa nova vai ter um impacto ali. É uma coisa que a gente gostaria que tivesse ou não? Ele pode ser daquele jeito que a pessoa tá propondo ou ele pode ser um pouquinho menor ou pode ser diferente, daquele jeito ele vai tá agredindo algum uma outra... Mas até hoje a gente, na Zona de Amortecimento, a gente não negou nenhuma. A legislação atende bastante, assim, o Plano Diretor vai melhorar um pouco mais, eu acho. Vão colocar oito pavimentos pra tudo. Eles estão fazendo diferente, vão manter ou PEUs, vão manter áreas de proteção. Mas a gente precisa muito ir, sabe, a parte do Flamengo a gente gosta muito de ir, de sentir como está.

L: Têm essa questão da paisagem que tem essa origem cênica, distante, longe, natural. E a UNESCO tem também essa pegada no entendimento dela de paisagem cultural. Então essas fotos [do dossiê] parecem refletir isso, essa intenção cênica.

P: É uma maneira da gente monitorar o que eles definiram no dossiê como as principais visadas, mas não é só isso, isso é mais para a gente pensar, não se perder, do todo. Por

exemplo, vai construir um prédio aqui, como ele vai dialogar com os outros? É uma área que já tem muitos prédios, vai ser só mais? Tudo bem. É uma área que não tem nenhum e vai ser o primeiro? Têm o exemplo da Pedra do Arpoador, tinha um prédio muito alto e aí veio um prédio menor, eles construíram aqui [entre os dois] um intermediário que melhorou muito a relação, acompanhou o Morro. Eu, por mim, não construiria nada ali, atrás da Pedra, mas eu acho que o Conselho aprovou os dois. O Conselho achou muito estranho poder um e não poder o outro na mesma rua. A gente faz o estudo, a análise, coloca a foto e faz a simulação do prédiozinho ali. O Conselho tem arquitetos, mas não é só de arquitetos, têm advogados, pessoal da PGM, historiadores e alguém não têm essa visão, então a gente tem que mandar a simulação, a gente manda a foto né, indica no mapa e pede pra inserir a simulação nessas fotos, nessas visadas. Quando eles não conseguem, a gente tenta fazer.

L: Vocês usam essas fotos que estão no site mesmo?

P: Isso.

L: Legal.

P: A gente pede para eles colocarem nessa porque a gente tem a referência de como era sem, e de como vai ser com.

L: E vocês então têm que gerenciar essa escala macro né, essas fotos também não refletem proximidade, não têm fotos de perto, de quiosque, de barraquinhas, essas coisas.

P: Isso. Essas fotos é mais pra gente ver a questão dos processos, desses novos elementos que vão ser inseridos e fora isso, têm todo o trabalho da gestão desses espaços. A gente lá têm a Parques e Jardins né, que acompanha coisa de poda... mas a gente também vê, no Parque do Flamengo tinha umas iniciativas de plantar e resolve reflorestar e tal, só que o Parque é tombado, aí vê aquela área de grama e acha que ali vai plantar o que quiser, “Ah vou plantar aqui porque tá vazio”. Aí a gente orienta, o projeto tem esse vazio, o vazio é um vazio, pensado para equilibrar com a massa das árvores. A gente tem várias pessoas que tentam ajudar e acabam...

L: Entendi. Então essa escala menor chega pra vocês também.

P: Sim, por conta das vistorias. A gente trabalha ali na Coutinho então Parque do Flamengo, acontece alguma coisa a gente vai lá olhar. Copacabana não tanto, a gente deixou mais de ir na pandemia, mas agora a gente tá voltando. Agora a gente já voltar a trabalhar né, já têm o decreto, todo mundo já voltou presencial, tinha muita gente lá no grupo de risco então a gente ficou remoto. Agora já tá voltando.

L: Eu queria, não sei se é possível, esse georreferenciamento que está no site. Será que eu consigo o *shapefile* dele?

P: Eu não sei se eu tenho, mas o Henrique Fonseca têm, ele que fez toda essa parte de georreferenciamento. A gente tem lá na rede. É porque não tá aparecendo pra você né?

L: É não tá aparecendo pra mim, tá para você?

P: Há muito tempo que eu não entro, porque eu tô de férias.

L: Aí eu tinha curiosidade de ver essa Zona Limítrofe georreferenciada, mas vocês fizeram por listagem né?

P: É, foi uma listagem só.

L: Pergunta polêmica: essa faixa limítrofe entra as favelas que estão bem ao lado do Sítio: Santa Marta e Babilônia.

P: É não... Então, essa essa faixa limítrofe a gente pega só os logradouros. Ué no meu está aparecendo agora, é só os logradouros.

L: Agora apareceu.

P: A gente tinha feito um negócio 3D legal, mas acabou demorando muito para carregar as montanhas, era até legal mas não deu muito certo. Se você quiser também no Plano Diretor tem uma página que tem todo o processo, não deve ter o texto que foi enviado para Câmara, mas tem a nossa apresentação, têm as audiências, tem um monte de coisa. É bem interessante.

L: Você não terminou de falar sobre os logradouros.

P: Isso. E aí no resto tudo conta como Zona de Amortecimento. A gente tinha pensado em fazer a primeira quadra em Copacabana. Essa definição era mais para fins de licenciamento mesmo. O que era as áreas que interferiam mais e onde a gente... queria poder opinar né. E aí a gente viu que essa área é mais importante. Em Copacabana a gente pensou em pegar uma quadra, duas quadras, mas assim, ia ser um volume muito grande que tem como a gente absorver agora. Na época da mais-valia a gente recebia, sei lá, vinte processos por semana, para fazer nós quatro era muito pesado. Aí a gente não conseguiu expandir. O ideal seria que fosse uma quadra. Lá no Flamengo eles construíram, na Rua 2 de Dezembro eu acho, um prédio muito grande e ele pela legislação ficou enorme. Ele não tava pronto ainda mas a gente viu que ele tava aparecendo atrás da Praia do Flamengo. Ele conseguiu porque o terreno era grande então chegou no [gabarito] máximo.

L: E não estava na Zona Limítrofe. Aqui em Niterói acontece a mesma coisa: os prédios atrás chamam muito mais atenção que os da praia.

P: Em Copacabana a gente tem uns dois que são assim, muito altos, então a gente pensou mas realmente não tem condição, se não a gente não faz mais nada, a gente vai ficar só vendo processo. E a gente tem toda essa parte mesmo de acompanhamento, da gestão dessas

interfaces nos outros órgãos, dessas demandas também que aparecem, as bicicletas do Itaú, caraca... agora colocaram aquele painel enorme, sabe? Concessão é sempre um problema né, já fico com medo.

L: Eu acho que era isso.

P: Se precisar depois, estou à disposição.

L: Se você tiver qualquer material que esteja com você no trabalho...

P: Vou dar uma olhada agora, o *shapefile*, ver o que eu tenho do Comitê Gestor. Do Conselho eu não tenho, mas posso ver onde que isso fica, se ficam disponibilizadas [as atas] em algum lugar, aí eu te passo.

L: Isso, o *shapefile* e as atas do Comitê Gestor seria perfeito.

P: Vou pedir para as meninas separarem.

L: Perfeito! É, meu TCC é nesse sentido mesmo de ver como que se deu esse pós título. Teve uma tese de doutorado de uma moça francesa que estava fazendo um doutorado sanduíche. Saiu em 2015 falando sobre os processos de patrimonialização. Mas foi em 2015 e é super completo e ela é francesa, não é daqui então não deu continuidade. E aí a curiosidade era essa, ver o que aconteceu depois e como todo esse movimento da Unesco rebate na nossa vida, cotidianamente.

P: Sim, sim... rebate menos do eu gostaria né. As pessoas podiam ser mais... mas é assim, o patrimônio é muito de cima para baixo.

L: E é uma coisa que as pessoas não sabem, me perguntam qual o tema do meu TCC eu digo “patrimonialização do Rio feita pela UNESCO”, ninguém sabe.

P: Você não têm noção. Eu fui nesse passeio do Centro Cultural da Marinha e levei meu filho. Vai de barquinho entra na Baía de Guanabara e volta. A mulher não falou. Ela é da Marinha, ela ia nas reuniões do Comitê e em nenhum momento ela falou. Depois eu fui falar com ela e ela disse que esqueceu. Isso tem que ser uma política.

L: Se ela falasse ia ter que explicar muita coisa...

P: Têm a ideia do Centro de Interpretação da Paisagem né, que até o Henrique foi para uma missão do IPHAN em Portugal, para ver o Centro de Interpretação porque a gente tava querendo implantar aqui. A gente também pesquisou alguns locais, mas também deu uma parada.

L: Logo que eu entrei no IPHAN, eu fui acompanhar o projeto do Docas, que o André Zambelli estava, do Centro de Interpretação.

P: Isso, ao lado do Valongo.

L: Então não tem um espaço definido para o Centro de Interpretação?

P: Não. A gente já tinha várias sugestões, aí mandou para o prefeito, mas ninguém falou mais nesse assunto. Mas é uma coisa que a gente tem interesse. E agora já tem o outro Burle Marx, mas é bom porque tem a gestão própria, vai ser igual parte da Tijuca, a gente vai acompanhar mas a última palavra vai ser do... Mas é interessante. Eu acompanhei as candidaturas também. Têm as candidaturas dos fortes históricos, Forte de Copacabana, Santa Cruz...

L: A gente nem falou da questão da água, né? Aqui de Niterói, o forte daqui, a visada daqui. Quem faz essa gestão dos fortes e da água em si?

P: Os fortes são do exército, a maioria desses fortes daqui são do exército. Então eles tem um departamento de patrimônio, que também participava do Comitê. Eu não sei como vão juntar essa gente de novo... era muito bom. A gente resolvia os problemas lá falando, a gente conhecia as pessoas e tinha muito processo.

L: Você falou que tem as atas do Comitê Gestor, mas quando se extinguiu o comitê, já tava meio fraco né, mas depois teve o grupo... como é?

P: Grupo Gestor, ele mudou de nome, foi meio que rebaixado.

L: Aí já não teve mais ata.

P: Acho que teve só mais uma reunião. Mas aí já era memória da reunião. Mas acho que eu não recebi. Não lembro nem se fizeram, eles demoravam muito pra fazer. Não era nem ata, não podia nem ser chamado de ata, a gente rebaixou mesmo.

L: E aí ficou mais concentrado no IPHAN?

P: É, com relação ao patrimônio, a gente perdeu um pouco essa relação com IPHAN que a gente tinha antes. A gente procura... é uma coisa muito de técnico para técnico. Porque assim, eu vou mandar meu processo pra lá e sei que ele vai cair na mão do Paulo Vidal, aí eu prefiro conversar com eles, a gente faz reunião, a gente alinha para não chegar.... senão eu falo uma coisa, aí chega lá ele não concorda e fica aquela coisa... A gente preferiu assim.

L: Eu pensei até em fazer entrevista também com a Isabelle, mas eu não conheço ela, só de vista.

P: Ela é ótima.

L: Seria interessante ver como é que funciona isso. Ela que coordenou também o Grupo Gestor depois?

P: É, ela coordenava o Comitê e depois continuou no grupo. A Isabelle é uma boa, quando eu fizer o meu mestrado ela vai ser da minha banca, ela acompanha bastante Copacabana.

L: Qual o tema do seu mestrado? Assim, o título, já têm?

P: Eu quero fazer isso, um plano de gestão para Copacabana.

L: É o que você já vem fazendo no IRPH?

P: Isso. Porque o Parque do Flamengo já tem muita gente fazendo, e Copacabana não tinha muito estudo. Mas também na pandemia... porque ia ser muito uma coisa de campo. E tá tudo tão diferente né, com a pandemia. Como é que vai ficar os restaurantes? Vai poder continuar a ocupação ou que vai mudar? Ah, eu vou te mandar o texto da qualificação.

L: O meu TCC, eu tô vendo que já estamos em novembro e as coisas estão complicadas... Mas a intenção inicial era também ter direcionamentos no final, ser um pouco prático. Mas vamos ver se eu vou chegar lá.

P: Ah mas depois você me mostra.

L: Com certeza! Em fevereiro é a apresentação, posso até te convidar se você quiser.

P: Ai que legal, legal.

L: Então tá, eu acho que foi ótimo, incrível.

P: Qualquer coisa se quiser conversar de novo, sem problemas.

L: Então posso te cobrar se você esquecer desses três...

P: Vou olhar agora. Vou mandar logo o texto, mas os outros eu vou ver, se não tiver comigo aqui eu vou pedir para o Henrique.

L: Muito obrigada Paula!

P: Nada, que isso. Bom trabalho, foi um prazer ajudar.

L: Obrigada e boas férias.